



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PEC 241/16 - NOVO REGIME FISCAL			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 1192/16	DATA: 06/10/2016	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 11h20min	TÉRMINO: 20h12min	PÁGINAS: 220

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Discussão e votação do Parecer do Relator, Deputado Darcísio Perondi, à Proposta de Emenda à Constituição nº 241/16.
Deliberação de emendas ao substitutivo do Relator à Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção inaudível.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Houve tumulto no plenário.
Houve manifestações no plenário.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Bom dia a todas e a todos! Peço que se acomodem. Hoje é um dia muito importante para o Brasil, e é necessário que haja compreensão de todos sobre essa importância.

Peço aos assessores, aos membros da Comissão e aos não membros que se acomodem, para que possamos dar início aos trabalhos.

Chamo à mesa o nosso grande Relator, o nosso amigo Deputado Darcísio Perondi, que realizou um importante trabalho nessa caminhada de unificação e de busca de consenso nesta Comissão.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, do Poder Executivo.

Senhores assessores, servidores da Casa, convidados especiais que estão acompanhando esse processo, membros e não membros desta Comissão, Sras. e Srs. Deputados...

Algumas pessoas estão falando ao microfone como se estivessem falando numa rádio do interior do Ceará. Por favor, falem mais baixo, e de preferência coloquem o celular no modo silencioso, que é o que eu vou fazer com o meu agora, para não atrapalhar o processo.

Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. convidados, Sras. e Srs. servidores da Casa e demais interessados nos rumos que o Brasil precisa tomar neste momento diante de uma conjuntura tão adversa e de tantas dificuldades na área econômica. Em respeito a milhões de brasileiras e brasileiros que agora se encontram desempregados e que estão atrás de uma alternativa ou oportunidade de trabalho para garantir o sustento de suas famílias com dignidade, em nome de um País de dimensões continentais que precisa se reencontrar para gerar desenvolvimento, um País que tem muitas oportunidades, um País que tem um déficit de investimento superior a 760 bilhões de dólares, que por si só já representa um ativo muito importante para o País, é fundamental que se busque recuperar a credibilidade necessária para atrair investimentos.

Neste dia especial, hoje, 6 de outubro, um dos grandes pilares e sustentáculos do Poder Legislativo no Brasil comemoraria 100 anos se estivesse



conosco. Esta Casa, a democracia brasileira, deve muito a esse grande e extraordinário líder político e personalidade da nossa história recente e contemporânea, o Dr. Ulysses Guimarães, a quem eu peço que façamos uma homenagem, garantindo uma relação de respeito no debate profundo sobre as questões aqui elencadas, sem agressividade, sem perda do decoro parlamentar. Não aceitarei, em momento algum, xingamentos, ilações ou qualquer desrespeito a qualquer um dos Srs. e Sras. Parlamentares aqui representados, indiferentemente do pensamento partidário, ideológico, e da diversidade que há aqui e muito bem representada nesta Casa Legislativa.

Então, para garantir o processo, peço aos seguranças e assessores...
(Pausa.)

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. servidores, por favor, está muito barulhento aqui. Na sala 12, que é menor, estava mais silencioso do que nesta sala, onde ocorrem as reuniões da mais importante das Comissões, a CMO. Esta é a sala nobre do corredor das Comissões.

Antes de iniciarmos os trabalhos, informo que as inscrições para discussão da matéria feitas durante a nossa última reunião estão mantidas, e a lista continua aberta e à disposição dos Parlamentares na mesa de apoio. É importante também dizer que, como há muitos inscritos, para preservar o direito democrático de todos a se manifestarem, daremos prioridade aos membros da Comissão. Então, os membros da Comissão, indiferentemente de titulares ou suplentes, terão prioridade sobre as inscrições. Depois, os demais Deputados da Casa no exercício do mandato poderão usar da palavra e participar do debate.

Serei peremptório com relação ao tempo. Não haverá prorrogação de tempo para nenhum dos senhores ou senhoras oradores. É bom que isso fique muito claro, porque, além de o tempo ser longo, 15 minutos para cada um dos debatedores no momento do debate do mérito da matéria, as representações de Lideranças ainda se inscreverão para usar da palavra, o que poderá prolongar, e muito, o tempo desta sessão.

Nós não temos hora para acabar, não teremos problema nem dificuldade, porque já se encerrou o primeiro turno das eleições. Então, se emendarmos hoje, amanhã, sábado e domingo, não teremos dificuldade. Agora, o importante é que



todos saibam que serei peremptório com relação ao prazo, ao tempo estipulado para cada orador, para que todos tenham oportunidade de falar.

As Sras. e Srs. Deputados que desejarem inscrever-se queiram fazê-lo até o início da discussão. Iniciada a discussão da matéria, encerra-se definitivamente o prazo de inscrição para o debate da matéria, conforme o art. 171, *caput*, do Regimento Interno.

Comunico ainda que, até o presente momento, apresentaram voto em separado os Deputados Patrus Ananias, Jorge Solla e Enio Verri, que acaba de chegar fazendo barulho aqui atrás da mesa. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - É preciso delegação do Líder da Minoria. Todos os inscritos pelos partidos ou pela Liderança da Minoria ou do Governo, para poderem falar em nome da Liderança, precisam apresentar um comunicado por escrito, para que não se suscite margem de duplicidade ou de deturpação no encaminhamento e não caia sobre esta Comissão nenhuma suspeição de alguma irregularidade ou ilegalidade, conforme o Regimento.

O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO - Deputado Danilo, peço a palavra só para obter um esclarecimento, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Com a palavra o Deputado Gilberto Nascimento.

O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO - Sr. Presidente, quero apenas fazer uma consulta a V.Exa. Eu tenho um destaque, por exemplo, para votação em separado. Em que momento eu posso fazer isso? Já devo encaminhar à Mesa ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Após o debate.

O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO - Só após o debate?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Sim.

O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO - O.k.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Há sobre a mesa alguns requerimentos, inclusive um de autoria do Deputado Patrus Ananias que requer a discussão por partes do substitutivo que consta do parecer do Relator.

Faço, sobre este requerimento, os seguintes esclarecimentos. (Pausa.)

Está ruim de trabalhar desse jeito. Quero garantir a todos o direito de participarem do debate. Vamos ordenar os trabalhos. Não se esqueçam de que ontem nós saímos daqui às 2h30min e não conseguimos votar o que era mais importante, o FIES, cuja votação milhões de brasileiros estão esperando para a suplementação dos recursos do Fundo. E é necessário que esta Casa mobilize-se e respeite esses estudantes e suas famílias, para garantir o ensino a esses jovens que farão o futuro do nosso País.

Faço, sobre o requerimento do Deputado Patrus Ananias, os seguintes esclarecimentos: as Comissões devem oferecer parecer à matéria para orientação do Plenário...

O Deputado Patrus Ananias encontra-se presente? (Pausa.)

Estou me dirigindo a V.Exa., Deputado.

A deliberação da Comissão se dá sob o conjunto do parecer oferecido pelo Relator — relatório, voto e substitutivo, quando houver —, e não sobre a proposição em si, conforme dispõe o art. 57, incisos VI, IX e X, e os arts. 126 e 130, todos do Regimento Interno, para citar alguns.

Ressalte-se, por oportuno, que o disposto no art. 101, inciso I, alínea “a”, e inciso II, no art. 114, inciso VI, no art. 165, § 2º, e no art. 174, § 3º, refere-se à discussão ou votação de proposições, e não de pareceres. Portanto, na Comissão, não há que se falar em discussão ou votação por partes.

Declaro prejudicado o requerimento, porque a discussão e o debate serão sobre o todo do relatório apresentado pelo Relator Darcísio Perondi.

Iniciaremos os trabalhos, deliberando requerimento de inversão da ordem dos itens.

Há requerimento sobre a mesa. Aliás, já há dois requerimentos sobre a mesa. O primeiro é de autoria do Deputado Mauro Pereira, do Deputado Silvio Torres e do Deputado Victor Mendes, do PSD do Maranhão.

Requerimento de inversão de ordem dos trabalhos:



Sr. Presidente, nos termos do art. 50, § 1º, e conforme o art. 117, caput, do Regimento Interno, requeiro a V.Exa. inversão da ordem dos trabalhos, para deliberar sob a seguinte ordem: 1 - Ordem do Dia; 2 - Expediente; 3 - Discussão e votação da ata.

Para defender o requerimento, convoco o Deputado Mauro Pereira, que dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, Deputado Danilo Forte; nosso Relator, Deputado Darcísio Perondi; nosso Vice-Presidente, Deputado Silvio Torres...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Desculpe-me, V.Exa. dispõe de 5 minutos.

O Deputado Mauro Pereira tem 5 minutos para defender o requerimento. Quem quiser fazer a contradita, que se inscreva.

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - O Deputado Patrus Ananias fará a contradita.

Com a palavra o Deputado Mauro Pereira, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, Deputado Danilo Forte, nosso Relator, Deputado Darcísio Perondi, Deputado Silvio Torres, Raquel Figueiredo, colegas Deputados e Deputadas, primeiramente eu quero desejar um bom trabalho a todos, para que nós possamos sair daqui, neste dia, com uma esperança para o nosso País.

O meu requerimento para que seja colocada a Ordem do Dia já de início é justamente pela função que temos aqui hoje. Trabalhamos até às 3 horas da madrugada, e o nosso objetivo é debater o projeto, discuti-lo. Por isso, estou pedindo aos meus colegas Deputados e Deputadas que votem a favor desse requerimento, para que nós já possamos entrar de imediato na Ordem do Dia.

Era isso, Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - O Deputado Patrus Ananias já se inscreveu para contraditar.



Com a palavra o Deputado Patrus Ananias, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, esta PEC 241 merece, no mínimo, um tratamento mais atencioso deste Congresso Nacional, para que a Câmara dos Deputados não passe à história como uma Casa submissa às pressões do Poder Executivo. Nós estamos discutindo aqui o futuro do Brasil nos próximos 20 anos. Nós estamos discutindo aqui se vamos preservar o Estado Democrático de Direito, fundado na Constituição Cidadã de 5 de outubro de 1988 — e hoje esta Casa prestou uma homenagem ao ex-Presidente da Câmara dos Deputados e da Assembleia Constituinte, o Deputado Ulysses Guimarães.

A PEC desmonta a Constituição e coloca-se numa perspectiva contrária às diretrizes constitucionais, sintetizadas no art. 3º da Carta Maior.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Vamos fazer silêncio para ouvirmos o Deputado Patrus Ananias, por favor.

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - A PEC fere cláusula pétreia da Constituição, desmonta as políticas sociais. É uma PEC contra os pobres. Além do desmonte da educação e da saúde, a PEC assina, como eu disse e reitero, a pena de morte para o Programa Bolsa Família, para o Benefício de Prestação Continuada — BPC, que garante aos nossos idosos e pessoas com deficiência pobres o salário mínimo. A PEC desvincula o BPC do salário mínimo, assim como desvincula o próprio salário mínimo dos mecanismos de reajuste que foram implementados, nos últimos anos, nos Governos Lula e Dilma.

O mínimo que esta Câmara dos Deputados deve à sociedade, Sr. Presidente, é discutir com seriedade esta PEC.

Eu vou ler aqui matéria publicada hoje no jornal *Folha de S.Paulo*, Deputado Darcísio Perondi, dos jornalistas Valdo Cruz e Paulo Gama, insuspeitos de qualquer simpatia pelo Partido dos Trabalhadores ou pelo campo democrático popular, pelas forças de esquerda. Ouçam o que dizem hoje esses jornalistas bem informados, no jornal *Folha de S.Paulo*:

Em busca de apoio para sua proposta de teto para os gastos públicos, o presidente Michel Temer acertou



com empresários um plano para pressionar o Congresso a aprovar a medida e determinou que o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, vá à televisão defender o projeto.

No sábado (1º), véspera do primeiro turno da eleição municipal — estou lendo matéria da Folha de S.Paulo —, Temer reuniu-se com empresários em São Paulo e foi informado de que entidades do setor privado publicarão anúncio nos jornais nos próximos dias defendendo a aprovação do teto de gastos.

Mais embaixo, a mesma matéria diz:

A primeira versão do anúncio elaborado pelos empresários, apresentada a Temer — é o Presidente do capital, é o Presidente dos empresários, e não desta Nação brasileira! —, recebeu o título de “Teto de gastos é remédio indispensável” e terá a assinatura de entidades de representação empresarial, entre elas as federações das indústrias de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Fica claro, Sr. Presidente, o que nós estamos dizendo aqui: é uma PEC para servir aos interesses do grande capital, é uma PEC para servir aos interesses do capital financeiro e dos seus históricos serviços no Brasil, dessa parcela da elite brasileira, colonizada e colonizadora, incapaz de vincular-se a um projeto de Nação soberana, economicamente forte, socialmente justa. Essa é a PEC dos ricos. É uma PEC contra os pobres e contra a Nação brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, nós reiteramos o pedido a V.Exa., ao seu espírito público, para que nós possamos discutir com profundidade esta PEC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Patrus Ananias.

Vamos à votação do requerimento de autoria do Deputado Mauro Pereira.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Para orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Para orientar.

Como vota o PMDB?



O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, o PMDB vota “sim”, até porque nós estamos aqui justamente preocupados com a situação do nosso País. Nós queremos, sim, um Brasil melhor, um Brasil que recupere aqueles 12 milhões de desempregados e que dê a eles condições de viver com dignidade. Por isso, o PMDB vota “sim” ao requerimento, pelo bem do nosso povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Mauro Pereira.

Como vota o PT, Deputada Erika Kokay?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, nós estamos preocupados com o Brasil. Eu penso: *“Qual é a lógica de um Governo que está mancomunado com o setor financeiro?”*, como já foi dito inclusive pelo Relator. O Relator disse que iria construir o seu parecer em parceria com o sistema financeiro. É óbvio que o sistema financeiro tem interesse nesta PEC, porque a PEC transforma os gastos com as políticas públicas, garroteando-os por 20 anos. E libera, deixa incólume, não fala dos lucros do sistema financeiro.

Aqui, quando se fala que aumentou a dívida, ninguém diz que a dívida não aumentou em função dos gastos sociais. E os gastos sociais, as políticas de educação e de saúde, o Estado como indutor do desenvolvimento nacional é fundamental para contermos o desemprego. Em 6 meses ou em menos de 6 meses do Governo Temer, já aumentou em mais de 1 milhão o número de desempregados. É, portanto, o que a história nos diz.

Nós queremos defender o Brasil, por isso somos contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputada Erika Kokay.

Como vota o PSDB, Deputado Marcus Pestana?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O Brasil tem pressa, Sr. Presidente, o Brasil tem pressa! Não é possível que quem meteu o Brasil nesta enrascada fiscal queira obstruir. Criaram o problema e querem obstruir a solução!

Por isso, orientamos “sim”, com a pressa que os desempregados, os jovens e a sociedade brasileira têm. As bobagens que estão sendo ditas por aí, nós as discutiremos no mérito.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Marcus Pestana.

Como vota o PP, Deputado Ezequiel Fonseca?

O SR. DEPUTADO EZEQUIEL FONSECA - O PP é favorável. Entende que o País passa por dificuldades e este poderá ser o caminho. E juntos nós temos que discutir muitos outros. Somos favoráveis ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Ezequiel Fonseca.

Como vota o PR? (Pausa.)

Como vota o PSD, Deputado Thiago Peixoto?

O SR. DEPUTADO THIAGO PEIXOTO - Sr. Presidente, ser contra a PEC é ser a favor de 12 milhões de desempregados, os que não têm trabalho hoje, é ser a favor da inflação, é ser a favor do descontrole fiscal total.

Eu acho interessante a Oposição citar aqui Ulysses Guimarães e a Constituição, Constituição que eles não assinaram.

Sr. Presidente, o PSD vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado.

Como vota o PSB, Deputado Danilo Cabral?

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Sr. Presidente, o PSB vai fazer algumas contribuições no decorrer dessa discussão. Eu acho que mereceríamos aprofundar esse debate ainda mais um pouco.

Portanto, o PSB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota o DEM, Deputado José Carlos Aleluia?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, hoje, quando fui andar, recebi quatro ligações de quatro pais de família desempregados. Nenhum deles me pediu para votar contra a PEC; todos pediram emprego, e emprego é através dessa PEC.

Os Deputados do Partido dos Trabalhadores têm toda a razão de votar contra. Eles devem votar contra, porque, durante o período deles, eles só fizeram gastar, e nos entregaram 12 milhões, tendendo chegar a 13 milhões, podendo chegar a 14 milhões de desempregados!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado José Carlos Aleluia.

Como vota o PRB, Deputado Cleber Verde?

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Sr. Presidente, o Brasil tem pressa. O Brasil tem pressa, e eu acredito que a Casa precisa dar uma resposta à altura, principalmente, da necessidade das oportunidades de trabalho. O PRB entende que esta é uma oportunidade que nós temos agora de fazer um gesto concreto, com a perspectiva de mudar principalmente a situação do nosso País, gerando mais oportunidade de trabalho. Este é o primeiro dos encaminhamentos que o Governo deve enviar e que esta Casa deve apoiar.

Portanto, o PRB encaminha “sim”, entendendo a importância de invertermos a ordem dos trabalhos e votarmos com celeridade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Cleber Verde.

Como vota o PDT, Deputado Subtenente Gonzaga?

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, ser contra a PEC não é necessariamente ser contra o equilíbrio fiscal, não é ser contra uma gestão responsável: é ser contra a adoção desse instrumento para alcançar esses fins. Portanto, a discussão é do equilíbrio, não necessariamente de que o instrumento seja suficientemente capaz para traduzir um valor que nós temos, que é a busca pelo equilíbrio. Mas o PDT se posiciona contra este instrumento.

Portanto, o PDT vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado.

Como vota o PTB? (Pausa.)

Como vota o Solidariedade? (Pausa.)

Como vota o PTN, Deputada Jozi Araújo?

A SRA. DEPUTADA JOZI ARAÚJO - O PTN orienta “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputada Jozi Araújo.

Como vota o PCdoB, Deputada Luciana Santos?

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Sr. Presidente, nós estamos aqui diante de um ataque muito grande aos direitos mínimos do cidadão brasileiro e da



cidadã brasileira. O Deputado José Carlos Aleluia fala do emprego. Como dizer ao povo que a PEC 241 tem a ver com a promoção do emprego, na medida em que, dos atuais 8,5% do PIB dos investimentos que não são relacionados ao orçamento vinculado, restarão apenas 3,5% para poder garantir despesas de pessoal, subsídio de transporte, energia, segurança, reforma agrária, saneamento, gestão ambiental, habitação, urbanização, mobilidade urbana?

Como, Deputado Aleluia, garantir emprego sem investimento público, que promove obras de infraestrutura, obras que geram emprego em todo o País e melhoram a qualidade de vida da população, como a mobilidade urbana, que está sendo debatida neste País nas eleições municipais, como saneamento básico?

De onde nós vamos tirar recursos para isso com a PEC 241?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota o PCdoB no requerimento?

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - O PCdoB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputada.

Como vota o PPS, Deputado Arthur Oliveira Maia?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente, não há nenhuma maldade maior com o povo brasileiro do que o desemprego causado pela política irresponsável do PT.

Quero dizer que esta PEC tem a ver e muito com o desemprego porque é justamente a falta de controle e o desarranjo da economia que geram inflação e, consequentemente, geram o desemprego. Na verdade, o Governo não é o principal empregador. Quem tem que ser empregador é a economia saudável que vamos construir a partir da aprovação desta PEC.

O PPS vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Arthur Maia.

Como vota o PSC?

Com a palavra o Deputado Gilberto Nascimento.

O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO - Sr. Presidente, como o PSC tem pressa, assim como eu já disse aqui que o Brasil tem pressa, nós temos pressa também em que se antecipe essa votação. O PSC vai votar “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota o PHS? (*Pausa.*)

Como vota o PROS? (*Pausa.*)

Como vota o Partido Verde?

Com a palavra o Deputado Evandro Gussi.

O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI - Sr. Presidente, com a celeridade que o momento exige, é importante que comuniquemos também a população brasileira a respeito de um fato. A Primeira-Ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher, tornou-se célebre por uma frase: *“Não há dinheiro público. O que há é dinheiro dos contribuintes”*.

O que nós precisamos é que o gasto público seja controlado, porque as pessoas não aguentam pagar mais impostos e ainda assim o Brasil continuar devendo.

Por essa celeridade e essa necessidade, precisamos inverter a ordem dos trabalhos, e o PV vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Gussi.

Como vota a Rede, Deputado Alessandro Molon?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, tenho visto alguns colegas corretamente mencionarem a sua preocupação com os desempregados e ouvi alguns colegas falarem em maldade.

Não há maldade maior do que dizer a uma pessoa que ficou desempregada e perdeu o seu plano de saúde que o sistema público de saúde vai piorar; que, além de não ter o plano de saúde, o hospital público vai ficar pior, que ela não vai ter remédio, que ela não vai ter médico, que ela vai ter que morrer na fila do hospital.

É disso que se trata nesse debate, Sr. Presidente. Por essa razão, a Rede vai votar contra o requerimento e vai fazer um debate sério e profundo sobre essa proposta que atenta contra a dignidade da pessoa humana e os mais caros direitos fundamentais que a nossa Constituição quer proteger.

A Rede vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Molon.

Como vota o PEN? (*Pausa.*)

Como vota o PRP? (*Pausa.*)

Como vota o Governo, Líder do Governo, Deputado Carlos Marun? (*Pausa.*)



Como vota a Minoria?

Deputado Henrique Fontana, V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Presidente, Relator, primeiro, quero cumprimentar todos os colegas. Lógico que cada um aqui terá a sua liberdade democrática de expor suas ideias, mas eu gostaria de retirar do nosso debate palavras de um Deputado que respeito muito. O Deputado Marcus Pestana afirmou que alguns dizem bobagens e que outros seriam os donos da verdade.

Eu vou defender neste plenário nas próximas semanas a ideia de que, se for aprovada esta PEC, vai aumentar o desemprego no Brasil. Aliás, os Governos Lula e Dilma foram os Governos que mais geraram emprego na história do Brasil. Até o final de 2014, foram 22 milhões de empregos.

Por fim, fica aqui um desafio: qual o país do mundo congelou os investimentos públicos por 20 anos antes desta PEC?

Nós votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Fontana.

Garantindo aqui o direito democrático de dar a palavra aos partidos, mesmo não participando por indicação...

O SR. DEPUTADO AELTON FREITAS - Presidente Danilo, o PR foi chamado. O PR quer manifestar o voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota o PR?

O SR. DEPUTADO AELTON FREITAS - O PR vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Aelton Freitas.

Garantindo o direito democrático dos partidos, mesmo não representados na Comissão, como vota o PSOL, Deputado Ivan Valente?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu queria ler um trecho do relatório final do Relator. Ele fala assim: *“Caso nada seja feito, o dia do juízo final chegará e atingirá a todos, famílias, aposentados, funcionários públicos e empresários”*.

Vejam, isto aqui se chama terrorismo! Isto, sim! Quando se fala da reforma da Previdência, que vai aumentar em 10 anos o tempo para a mulher se aposentar... É isso que vocês têm de dizer ao povo. Quando se corta gastos com saúde e com



educação e, na verdade, desvincula-se verba para a saúde e para a educação, isso é terrorismo. Dizer que diminui investimento público e gera emprego e renda é uma mentira que não vai colar.

Então, nós estamos aqui para dizer que essa é a PEC dos banqueiros. São eles que têm pressa neste momento, não é o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota o PSOL?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O PSOL vota “não”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado.

As Sras. e Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

(Não identificado) - Votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Verificação. Votação nominal.

Peço que abram o painel. Na hora em que der o quórum, eu encerro a votação.

Por favor, a Mesa...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Verificação conjunta, Presidente. Sr. Presidente, peço verificação conjunta.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - O Partido dos Trabalhadores está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - O PT está em obstrução. Verificação conjunta, Deputado Aleluia.

(*Processo de votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Alguém das senhoras e senhores deseja votar ainda? Todos já votaram? (*Pausa.*)

Deputada Luciana, vote no ritmo do frevo de Olinda.

O Deputado Rosso já votou? (*Pausa.*)

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Presidente, aqui não tem “obstrução”. Faço o quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Não vote. (*Pausa.*)

Vou encerrar a votação. (*Pausa.*)



Está encerrada a votação. (Pausa.)

Vamos proclamar o resultado: "sim", 18; "não", 3; "abstenção" 4. Total: 21.

Aprovado o Requerimento nº 1, de 2016.

Vamos ao Requerimento nº 2, de 2016, de autoria do Deputado Thiago Peixoto, subscrito pelos Deputados Altineu Côrtes e Silvio Torres, que requer a retirada de pauta da proposição.

Requerimento nº 2, de 2016, do Deputado Thiago Peixoto, que requer, nos termos do art. 117, *caput*, do Regimento Interno, a retirada de pauta da PEC 241/16 da Ordem do Dia desta reunião.

Concedo a palavra ao Deputado Thiago Peixoto, por 5 minutos, para defender o requerimento.

O SR. DEPUTADO THIAGO PEIXOTO - Sr. Presidente, eu tenho certeza de que nós já estamos maduros o suficiente para votar a PEC 241. Mas é muito importante que o Plenário tenha essa certeza, que todos tenham essa certeza aqui.

Por isso apresentei este requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Muito obrigado, Deputado Thiago Peixoto.

Para contraditar, concedo a palavra ao Deputado Jorge Solla, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Sr. Presidente, a retirada de pauta do projeto seria a melhor alternativa para esta Comissão. Só que nós estamos percebendo que essa é uma manobra para inviabilizar os requerimentos, as emendas e, inclusive, o adiamento da votação.

Então, primeiro, eu queria deixar claro que esse é um expediente inadequado para ser utilizado numa Comissão que se propõe a garantir um mínimo de debate, um mínimo de espaço democrático para que o debate aconteça.

Segundo, não é possível que V.Exas. queiram passar um rolo compressor em cima do Congresso para aprovar, a toque de caixa, uma proposta que só vem atender os interesses da FEBRABAN. Inclusive, nesta Comissão Especial, quem melhor fez a representação do Governo e a defesa desse projeto foi o representante da FEBRABAN. Era, inclusive, quem conhecia os detalhes da proposta.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Peçam ao assessor para sair da frente, Deputado Mauro Pereira e Deputado Rosso, porque ele está atrapalhando o orador ali atrás.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Inclusive, ele conhecia tanto a matéria que o representante da FEBRABAN foi até indicado para ser auxiliar na relatoria da PEC 241, nesta Comissão.

Então, eu queria pedir que não se utilizasse expediente dessa natureza aqui. Nós queremos fazer o debate, sim. Nós queremos que população brasileira fique sabendo, apesar de toda a maquiagem da mídia hegemônica monopolista, o desastre social que V.Exas. estão causando. Não me venham falar aqui de desemprego, não, porque nunca teve tanto desempregado quanto no Governo tucano. Havia engenheiro na fila de emprego de gari no Rio de Janeiro. V.Exas. estão lembrados disso.

Então, ninguém venha falar aqui que a taxa de desemprego está alta, porque V.Exas. geraram o maior desemprego da história deste País, no Governo Fernando Henrique Cardoso. Ninguém venha falar que a dívida está alta, porque, em 2002, o Brasil teve a dívida pública líquida quase o dobro da atual.

Então vamos colocar o debate, vamos colocar os pingos nos “is” para a população saber: V.Exas. querem cortar recursos que iriam para o povo e, com esse dinheiro, garantir o pagamento aos banqueiros. É isso o que V.Exas. querem. Por isso a FEBRABAN participou da formulação do projeto. Por isso o representante da FEBRABAN aqui na Comissão foi cotado para auxiliar o Relator. Por isso os empresários estão se mobilizando para fazer campanha. V.Exas. vão aumentar a riqueza dos 2% mais ricos do Brasil e vão tirar da população as conquistas asseguradas na Constituição.

Não é por acaso que, inclusive, no documento que V.Exas. distribuíram, queixam-se de que, entre 1997 e 2015, aumentou três vezes a despesa primária. É bom lembrar hoje, no centenário Ulysses Guimarães, que graças à Constituição brasileira, a saúde passou a ser um direito de cidadania. Não era antes de 1998, não era! Não é por acaso que, a partir de 1998, a população progressivamente passou a ter acesso à saúde, passou a ter acesso à educação.



Até 2002, era proibido abrir escolas técnicas no Brasil. No meu Estado, só tinha uma, porque Fernando Henrique Cardoso proibiu a abertura de novas escolas. Hoje existem 38. No meu Estado, só havia uma única universidade federal, cujo primeiro curso foi aberto — pasmem — por Dom João VI, quando aqui chegou em 1808. Levou 200 anos para ser aberta a segunda universidade pública na Bahia, e foi no Governo Lula. Hoje são sete universidades.

Então, a população brasileira tem de saber que V.Exas. querem fechar a universidade pública, quando os filhos dela passaram a ter, pela primeira vez, a oportunidade de estudar. V.Exas. querem fechar o posto de saúde, quando, pela primeira vez, está havendo médicos para a população indígena, com o Mais Médicos, que Presidenta Dilma teve a coragem de fazer o preenchimento desses postos. A população brasileira precisa saber! E nada pior para o debate do que usar subterfúgios como esse requerimento para tentar inviabilizar que o debate aconteça. Por isso, somos contra esse requerimento.

E insisto: acho que seria até produtivo, Sr. Presidente, se esse requerimento pudesse ser retirado de pauta, para não se precisar votar um expediente tão danoso ao debate público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Deputado Jorge Solla. Infelizmente, cumprindo o Regimento, não posso retirar de ofício nenhum requerimento, e temos de resguardar a vontade dos que o subscreveram.

Vamos à votação.

Algum Líder quer encaminhar?

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Em votação.

Como vota o PMDB, Deputado Altineu Côrtes?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Presidente, o PT ontem não cedeu até o final. Nós deixamos de votar o FIES, e eles defenderam que estavam usando o Regimento. Nós precisamos trabalhar!

O PMDB é contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota o PT, Deputada Erika Kokay? (Pausa.)

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - O Governo vota “não”, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota o PT, Deputado Enio Verri?

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sr. Presidente, vou orientar a bancada do Partido dos Trabalhadores.

Surpreende-me a posição da base do Governo que, ontem, quando era para votar a liberação dos recursos do FIES, não deu quórum na sessão do Congresso. Não houve sessão do Congresso ontem, porque a base do Governo não compareceu, prejudicando, com isso, os estudantes que precisam do FIES. A Oposição estava lá, defendeu, e defendeu muito.

Agora, quando é para favorecer banqueiros, o quórum está dado e criam subterfúgios para postergar o debate, não deixando a reflexão acontecer e evitando com isso que a Oposição denuncie o grande golpe que é a PEC 241. Eu gostaria que a base do Governo tivesse a mesma efetividade para defender os interesses do FIES. Ontem, à noite, como disse um membro do PSOL, devem ter ido a algum restaurante fazer alguma festa, porque não estavam em plenário votando.

Nesse sentido, o Partido dos Trabalhadores deixa claro que esta PEC é um golpe contra os trabalhadores. E nós votamos “sim”, porque isso não pode ocorrer de maneira nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Enio Verri.

E aqui não cabe nenhuma ilação a nenhum Deputado e nem ao seu comportamento fora da Câmara dos Deputados.

Como vota o PSDB, Deputado Marcus Pestana?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É urgente a correção de rumos para superar a trágica situação fiscal em que o Brasil se encontra.

Portanto, contra o adiamento da discussão, votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota o PP? (Pausa.)

Como vota o PR, Deputado Cleber Verde? (Pausa.)

Como vota PSD, Líder Rosso?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO ROSSO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é bom fazer um registro muito rápido deste dia importante para a



Câmara dos Deputados e para o Congresso Nacional, mas, finalisticamente, para o povo brasileiro.

Ao longo do dia de hoje, nós teremos exaustivas discussões, espero que não só de processo regimental, mas, essencialmente, de mérito. Diferentemente dessa madrugada, como disse o Deputado Altineu, quando infelizmente por 22 votos e por uma obstrução regimental e legítima, o FIES não foi aprovado nessa madrugada.

O autor do requerimento é um dos mais brilhantes Deputados da nossa bancada, o Deputado Thiago Peixoto, porém o PSD entende que nós precisamos enfrentar a matéria sem nenhuma pressa, mas, ao mesmo tempo, absolutamente conscientes da importância dela.

Votamos “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Rosso.

Como vota o PSB, Deputado Danilo Cabral?

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - O PSB reafirma a posição de defesa do ajuste fiscal, mas também de preservação das conquistas e entende que esta Casa precisa aprofundar esse debate para encontrar um equilíbrio. É necessário debatermos isso.

Então, o PSB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota o DEM, Deputado Aleluia?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - O Brasil tem pressa. Ontem, aprovamos o projeto do pré-sal e, hoje, em 40 minutos de pregão, as ações da PETROBRAS subiram 1,4%. Se nós aprovarmos esta matéria aqui na Comissão, certamente, as ações de todas as empresas brasileiras vão subir.

Aqui nesta Comissão, está ficando muito claro, pelo discurso comunista, que alguns acreditam em empregos só do Governo — e o Governo não é o maior empregador. Nós acreditamos no emprego do Governo, mas acreditamos também no emprego na iniciativa privada.

Portanto, votamos “não”. Vamos votar logo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota o PRB, Deputado Cleber Verde?



O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Sr. Presidente, nós acabamos de votar a inversão da ordem da pauta, para votarmos a PEC com maior brevidade.

Portanto, retirar de pauta é um contrassenso. O PRB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota o PDT, Deputado Subtenente Gonzaga?

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, o PDT vem insistindo em debater esta proposta e entende que ela não é a única opção que nós temos para o equilíbrio fiscal, ainda que no curto prazo.

Portanto, o PDT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota o PTB? (Pausa.)

Como vota o Solidariedade, Deputado Francischini?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, o Solidariedade enxerga nas ruas 12 milhões de pessoas desempregadas, e nós precisamos controlar os gastos públicos.

Por isso, nós votamos “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Francischini.

Como vota o PTN, Deputado Baldy?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Sr. Presidente, o PTN vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota o PCdoB, Deputada Angela Albino?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Encaminho pelo PCdoB, Sr. Presidente. Ontem, o Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social, que é um ambiente plural, fez o alerta de que, no ano que vem, o Novo Regime Fiscal já vai tirar dinheiro de 8% das pontuações necessárias. Em vez de ter os 79 bilhões necessários, nós não vamos dar conta nem do que já está pactuado.

O PCdoB vota “sim”, para que possamos debater mais e amplamente o tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputada Angela.

Como vota o PPS, Deputado Arthur Oliveira Maia?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente, o Brasil tem pressa de combater esse recorde de 12 milhões de desempregados, esse recorde triste, trazido e criado pelo Governo incompetente do PT.



Então, nós queremos discutir e votar imediatamente esta matéria. Nós votamos “não” ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota o PSC, Deputado Gilberto Nascimento?

O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO - O PSC vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota o PHS? (Pausa.)

Como vota o PROS?

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Sr. Presidente, hoje nós vamos enfrentar um *kit* obstrução. Esse requerimento viria de qualquer jeito, não importa de onde. Nós vamos logo resolver o problema desse requerimento, para que não soframos o que sofremos ontem, no plenário, de uma oposição ao FIES. Era uma oposição clara ao FIES, sem dúvida. Não queriam votar o FIES, ficaram protelando, e aconteceu aquilo.

O PROS vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Ronaldo Fonseca.

Como vota o PV, Deputado Gussi?

O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI - Sr. Presidente, o centenário de Ulysses Guimarães dá uma lição importante a esta Comissão. Por isso, nós vamos manter o clima de urbanidade e boa política.

Lá atrás, em 1988, o PT se negou a assinar a Constituição. E o Dr. Ulysses Guimarães, com uma sensibilidade política muito grande, depois, com muito trato, convenceu numa salinha, em apartado, que o PT voltasse atrás, mudasse a sua posição e acabasse assinando a Constituição que hoje todos nós aqui juramos defender.

Então, é importante nós vermos que o atual debate pode ser aguerrido, mas, no futuro, aqueles que hoje se contrapõem a nós, até de maneira aguerrida, poderão reconhecer a importância que essa PEC terá para o Brasil.

Por isso, o PV não pode concordar com a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Gussi.

Como vota a Rede, Deputado Alessandro Molon?



O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, exatamente pelo número de desempregados é que essa PEC não pode prosperar do jeito que está. Uma coisa é combater o desemprego; outra coisa é combater os desempregados. O que essa PEC faz não é combater o desemprego, é combater os desempregados, é combater as pessoas, que não vão ter mais plano de saúde, que vão precisar do sistema público de saúde e que, sem plano de saúde, vão ter que recorrer a um sistema que vai piorar.

É preciso que se diga isso claramente, de forma honesta, para quem nos assiste de casa: a saúde pública vai piorar com essa PEC, porque o País vai ter menos dinheiro para investir em saúde. É isso que essa PEC faz, ela tira dinheiro da educação pública. A escola pública vai piorar com a aprovação dessa PEC.

É disso que se trata. O debate não é outro; o debate é esse. E, para que isso fique mais claro, eu vou acompanhar o Deputado Thiago Peixoto e vou votar a favor da retirada de pauta e do requerimento dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Muito bem, Deputado Alessandro Molon.

Como vota o PEN? (Pausa.)

Como vota o PRP? (Pausa.)

Como vota o Governo, Deputado Carlos Marun?

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Preliminarmente, eu gostaria de colocar o seguinte: ontem, realmente, a obstrução do PT e de alguns dos seus aliados, às 2h30min da manhã, venceu-nos pelo cansaço. O resultado da vitória petista é o fato de que hoje milhões de estudantes não têm diante de si uma concreta perspectiva de futuro.

Vamos tentar corrigir isso! Não somos irresponsáveis! Mas esta é a verdade do que aconteceu ontem: às 2h30min da manhã, fomos vencidos pelo cansaço, a partir da brilhante obstrução levada a efeito pelo PT.

Quanto à PEC 241, nós temos pressa. O Brasil tem pressa.

Por isso, obviamente, o Governo não admite sequer cogitar uma retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Marun.

Como vota a Minoria, Deputado Henrique Fontana?



O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Primeiro, Sr. Presidente, quero sugerir ao Líder do Governo ilegítimo e sem votos que peça ao seu Presidente para emitir uma medida provisória hoje para pagar o FIES e que não faça terrorismo com os estudantes do FIES, não faça manipulação com os estudantes do FIES.

Segundo, nós obstruímos para impedir a votação desta PEC na segunda-feira.

Sr. Presidente, eu quero pedir a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - É porque V.Exa. fala mais alto, aí a turma também conversa mais alto, Deputado.

Por favor, peço silêncio aos demais participantes do debate, para que o Deputado Henrique Fontana tenha a segurança de que vai cumprir o tempo para orientar em nome da Minoria.

Com a palavra o Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Obrigado, Presidente.

Segunda questão. Eu insisto: essa propaganda do medo, essa tentativa de dizer que essa PEC é a salvação do Brasil é uma manipulação.

E respondo à pergunta que ninguém responde do lado do Governo: nenhum país do mundo adotou um fundamentalismo neoliberal como esse. Nenhum!

Eu só peço mais 10 segundos para concluir, Sr. Presidente.

Esse ajuste aqui é um ajuste absolutamente irracional, vai gerar desemprego e crise nas políticas públicas de saúde, educação e em todas as demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota a Minoria?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Nós votamos "sim" e vamos continuar debatendo esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Henrique Fontana.

Eu abri esse precedente, porque V.Exa. foi interrompido pelo barulho dos demais participantes desta Comissão.

Como o vota o PSOL, Deputado Ivan Valente?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu pediria que V.Exa. incorporasse nesta fala o meu tempo de Líder.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Incorporo o tempo de Líder ao tempo da orientação.

O Deputado Ivan Valente dispõe de 3 minutos a mais, portanto são 4 minutos no total.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, primeiro eu queria pedir a seguinte reflexão dos Deputados e das Deputadas: essa PEC está propondo o congelamento de gastos públicos por 20 anos, o equivalente a cinco Governos. Nós estamos falando de geração futura. Quem deu legitimidade ao Governo ilegítimo de Temer para fazer uma emenda constitucional para 20 anos, congelando gastos pela inflação num País que tem um déficit social monumental? Quero citar alguns poucos, eu não tenho tempo aqui: são 60 milhões de analfabetos funcionais no nosso País. Nós precisamos de mais investimentos.

Na saúde pública, não se implantou o Sistema Único de Saúde até hoje! Aliás, o Relator era considerado o campeão de luta pela verba para a saúde; agora, ele está colocando aí: *“Vamos cortar a verba da saúde”*.

Foram ao encontro do Temer ontem e falaram: *“Rapaz, ainda tem a eleição do segundo turno, e nós não podemos passar para o povo que a saúde vai piorar. Então, vamos colocar que, no ano que vem, não tem, mas nos próximos 19 anos terá. Vamos arrochar nos próximos 19 anos”*.

Não investem em ciência, tecnologia e inovação. Não investem em saneamento básico. Isso aqui é um megarretrocesso histórico na Nação brasileira, com uma lógica que ninguém mais aguenta, porque a lógica é a mesma do Fernando Henrique Cardoso, e inclusive do Lula e da Dilma. É a lógica do ajuste fiscal para agradar o mercado financeiro, que diz: *“Nós precisamos da confiança do mercado para trazer os investidores, senão não se gera emprego”*. Ora, só se gera emprego, inclusive, se o Estado é potente no investimento público, e não se nós acabarmos com o Estado, como nós fizemos ontem, ao entregar às multinacionais petrolíferas os campos do pré-sal. É disso que se trata, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Então, há um terrorismo na mídia, houve um terrorismo, ontem, num anúncio de jornal. E agora há, sem dúvida, a criação de uma unanimidade, nós estamos vivendo um momento do terror: *“O Brasil vai acabar, se não votarem a PEC 241”*.



Mentira! Mentira! Parem de mentir ao povo brasileiro. Estão pagando 46% do orçamento de juros, e os Deputados desta Casa não têm a ousadia de falar: “*Vamos, uma vez na vida, falar para os ricos pagarem a crise.*” Os ricos pagariam a crise com a taxação das grandes fortunas, com a taxação das grandes heranças, com a cobrança da dívida ativa dos caloteiros da União. Mas, não, pelo contrário, estão pedindo um novo REFIS, um novo refinanciamento. Com a auditoria da dívida pública, podemos ver os contratos fraudulentos que foram feitos. No ano passado, foram 503 bilhões de reais só de juros da dívida pública. Eu não estou falando em amortização e em rolagem da dívida.

Eu estou falando é o seguinte: o que nós vamos fazer aqui é arrecadar dinheiro para pagar juros, para o Michel Temer chamar os banqueiros, chamar os empresários e falar: “*Agora nós resolvemos o problema.*” Mas se estará piorando a situação do povo, piorando os serviços de saúde e de educação. E não se vai gerar emprego. Ao contrário, vai gerar morte, vai gerar sofrimento. A PEC 241 é isto: sofrimento para o povo, mais lucros para os banqueiros, mais concentração de renda, de terra e de poder em nosso País desigual.

Isso aqui é um imenso o retrocesso, isso não pode passar, e o povo tem que se revoltar contra esse tipo de coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota o Deputado Ivan Valente ao requerimento?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado.

Como vota o PR, Deputado Milton Monti?

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente, eu vou falar aqui de fatos concretos. Não vou fazer um discurso ideológico.

Nós temos um modelo de desajuste fiscal que deixou uma herança de 12 milhões de desempregados, um PIB negativo durante 3 anos e que não resolveu os problemas sociais — de distribuição de renda, de educação e de saúde.

Nós temos a comprovação de que esse modelo não dá certo. Insistir nesse modelo é um grande equívoco. Nós precisamos ter equilíbrio fiscal para gerar emprego, prosperidade e melhores condições sociais para toda a população. Não há



outra forma de se fazer. O resto é discurso apenas e tão somente político para marcar posição, e cada um marca a posição que quiser.

Nós queremos prosperidade para o País. O País tem pressa, o País não pode esperar mais. Se continuar nessa derrocada, o País vai à falência.

O PR vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Milton Monti.

Como vota o PHS, Deputado Carlos Andrade?

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Sr. Presidente, a PEC 241 nasce de uma constatação clara: há um descontrole nas contas públicas e o problema precisa ser enfrentado com urgência.

O PHS vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Carlos Andrade.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Sr. Presidente, só para registrar, o PTN vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - O PTN vota “não”, conforme orienta o Deputado Alexandre Baldy.

Prestem atenção: os Srs. Deputados que concordam com o requerimento de retirada de pauta permaneçam como se acham. Os demais queiram se manifestar. (Pausa.)

Rejeitado o requerimento.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Um momento, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Rejeitado o requerimento, vamos dar prosseguimento à pauta.

Ficam prejudicados os requerimentos de adiamento de discussão apresentados. Os demais requerimentos estão...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, primeiro, nós gostaríamos que ficassem registrados, nesta reunião, os nossos votos pela retirada deste projeto que representa uma destruição do Estado brasileiro e do seu povo.

Segundo, Sr. Presidente, aqui houve uma manobra explícita, que fere, inclusive, as boas novas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Qual é a questão de ordem, Deputada?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Vamos seguir a ordem, Sr. Presidente. Qual é a questão de ordem da Deputada?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - A Deputada Erika Kokay tem uma questão de ordem a fazer.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Pela ordem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Qual é o dispositivo regimental, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Vamos dar 1 minuto para a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Pela ordem.

Sr. Presidente, V.Exa. está me concedendo 1 minuto, e eu pediria aos Parlamentares que respeitassem a posição da Presidência.

Houve uma manobra aqui. Obviamente, nós temos o estatuto da administração pública e estamos no exercício de uma função pública, que estabelece a necessidade de transparência e a necessidade de que as intenções sejam claras. Nós temos, inclusive, uma lei nacional que estabelece a necessidade de que haja ampla publicidade.

Um Parlamentar aqui apresentou um requerimento para retirada de pauta; o seu partido votou contra a retirada, e ele mesmo, inclusive, votou contra a retirada. O partido votou contra a retirada de pauta, porque, nitidamente, como foi confessado pelo Deputado do PROS, havia uma manobra para impedir que a Minoria utilizasse o seu direito regimental de obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputada Erika Kokay.



Passo à Ordem do Dia, para a apreciação da seguinte pauta: discussão e Votação do Parecer do Relator Darcísio Perondi à Proposta de Emenda à Constituição nº 241-A, de 2016.

Informo que foi concedida, em nossa última reunião, vista conjunta, por duas sessões ordinárias.

Neste momento, eu volto a prestar alguns esclarecimentos acerca dos procedimentos que nortearão os trabalhos de discussão e votação do parecer do Relator nesta Comissão.

Os Srs. e as Sras. Deputadas terão a palavra, na ordem de inscrição, alternadamente contra e a favor do parecer, priorizando os Deputados da Comissão.

É permitida a permuta de inscrição. Porém, aqueles que não se encontrarem presentes na hora da chamada perderão definitivamente a sua inscrição. Então, se o Deputado não estiver na hora da chamada, não poderá voltar a ser convocado pra falar.

O prazo para discutir a matéria é de 15 minutos para os membros da Comissão e para os Líderes e de 10 minutos para os Deputados não membros. Repito: o tempo de discussão da matéria é de 15 minutos para os membros da Comissão e para os Líderes e de 10 minutos para os Deputados não membros.

Os Deputados e as Deputadas que desejarem fazer a leitura do voto em separado deverão fazê-lo de acordo com a lista de inscrição e pelo prazo já estabelecido, não lhes sendo permitido falar novamente.

Os autores de voto em separado que não estiverem inscritos deverão encaminhar o seu voto à Secretaria para a inclusão na publicação do avulso, ou seja, o voto em separado tem que ser mandado para a Secretaria, para ser incluído no avulso.

Os requerimentos de destaque poderão ser apresentados até o anúncio da votação da proposição.

Passo a palavra ao Relator, o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Bom dia, Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares, toda a imprensa brasileira presente e demais cidadãos que aqui estão.



Hoje, é o centenário do nascimento de Ulysses Guimarães. Com ele e com a Constituinte, nós saímos de uma ditadura duríssima e entramos na democracia. Por sinal, o PT não quis assinar de imediato a reforma da Constituição, e Ulysses sabe disso, está nos olhando e também nos iluminando. E não é de graça e de balde que nós estamos reunidos aqui no Plenário 2, o plenário da Comissão Mista de Orçamento.

Esta PEC sim é transformadora, inovadora e revolucionária, porque vai construir um orçamento verdadeiro, não fictício, um orçamento com eficiência e prioridade, e não um orçamento que o Governo manda a toque de caixa, como fez com planos mirabolantes e sem saber que é preciso ter caixa, que é preciso ter recursos financeiros.

Estamos aqui hoje para dar ao Brasil um orçamento verdadeiro, que vai ser cumprido, um orçamento também, Sras. e Srs. Parlamentares, que vai empoderar o Congresso Nacional, que passará a ter mais força, porque estará ouvindo, com eficiência e prioridade, a sociedade nos rincões do Brasil. O Novo Regime Fiscal dará mais empoderamento a esta Casa.

E mais, é uma máxima de gestão pública, bem antes de Cristo, do tempo dos pensadores gregos: não roubar e não deixar roubar; não gastar mais do que arrecada; cabe ao gestor cuidar mais do dinheiro público do que do seu. Essas máximas foram esquecidas nos últimos 7 anos. Por isso levou-se o Brasil a uma crise fiscal sem precedentes, a uma crise econômica sem precedentes.

Não é terrorismo, não! É a verdade. É a sinceridade. O povo quer a verdade. O povo a quis nas manifestações do dia 13, o povo a quis nas megamanifestações pelo *impeachment*. O povo continua querendo a verdade e as soluções. E a verdade e as soluções começam aqui, com o Novo Regime Fiscal e com a reforma da Previdência, porque as duas funcionam numa simbiose, numa dependência biológica, como os pulmões e o coração no corpo humano. É a verdade. É a sinceridade que o novo Governo de Michel Temer e o Parlamento consciente passam a dar ao povo que nos está olhando.

Prezados Deputados, prezadas Deputadas, antes de ler alterações pontuais ao parecer dado à PEC 241/16, quero aqui prestar homenagem ao PSB.



Na busca de uma solução para a dívida com os Restos a Pagar e necessidade de manter os investimentos públicos em andamento, quero prestar aqui esta homenagem ao Presidente da Comissão, o Deputado Danilo Forte, que é do PSB, ao Deputado Paulo Foleto, que é o Líder, e a todos os Deputados dessa bancada aguerrida e estudiosa que expressaram preocupação e auxiliaram no debate para conciliar a demanda com os propósitos da PEC. Eles encaminharam uma proposta a mim pós-prazo de emendas.

Como é sabido, encontra-se na conta de Restos a Pagar montante significativo dos recursos para investimentos, obras em andamento de todos os portes, inclusive incluídas por emendas ao longo do tempo e que aguardam execução.

Observa-se, portanto, que a preocupação da PEC não é apenas a dívida financeira, mas também aquela correspondente à manutenção dos investimentos e ao pagamento dos encargos contratuais líquidos e certos a demais convênios em andamento.

Por último, reforço que a conexão estabelecida pela PEC entre as novas autorizações orçamentárias e a execução financeira limitará a geração de novos Restos a Pagar no futuro.

A título de informação, os Restos a Pagar chegam a 180 bilhões de reais e a quase igual valor os convênios e contratos. Valor quase igual de contratos que não puderem ser honrados ainda.

Alterações pontuais ao parecer dado à PEC 241.

Análise da admissibilidade das emendas.

No parecer originalmente apresentado, as emendas tiveram o seu mérito analisado, com rejeição e aceitação total e parcial.

(O Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - No entanto, é necessária também a realização da análise da admissibilidade dessas emendas, uma vez que elas foram apresentadas a esta Comissão após a tramitação da PEC pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Nesse sentido, incluímos no parecer, no trecho que trata da análise das emendas...



(O Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Vamos prestar atenção no que diz o Relator, para que depois não haja questionamentos nem indagações sobre o que já foi falado.

Deputado Thiago Peixoto, Deputado Victor Mendes, amigos, silêncio, por favor.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Nesse sentido, incluímos no parecer, no trecho que trata da análise das emendas, a verificação da admissibilidade. Quanto a isso, chegamos à conclusão de que todas as emendas atendem aos requisitos formais e materiais e podem ter seu mérito analisado.

Logo, também, em nosso voto, concluímos pela admissibilidade das Emendas nºs 1 a 22 apresentadas à PEC 241/2016, retirada a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União — DRU.

No substitutivo inicialmente apresentado, no qual empreendi alguns ajustes e acordos necessários para o aperfeiçoamento do texto enviado pelo Poder Executivo, optei inicialmente pela prorrogação da DRU, para que ela tivesse validade pelo mesmo prazo da vigência do novo regime fiscal que se pretende instituir. Foi o Relator que incluiu essa parte.

Em minha exposição inicial, defendi que a prorrogação da vigência da DRU, para coincidir com a vigência do novo regime fiscal, consistiria em instrumento necessário e muito bem-vindo para viabilizar a gestão fiscal, principalmente em termos de eficiência de gastos. Ainda que continue com esse entendimento, fui convencido pelos meus pares de que esse debate deveria correr de forma autônoma em relação ao debate sobre a PEC 241.

Assim sendo, retirei do substitutivo apresentado a proposta de prorrogação da DRU, ou seja, retirei todo o art. 2º do substitutivo, tendo sido renumerados os artigos subsequentes.

Alteração do art. 104, proposto ao Ato da Disposições Constitucionais Transitórios — ADCT, que trata das vedações.

Trata-se de alteração de redação que visa simplesmente dar mais clareza e evitar interpretações duvidosas do texto constitucional. No substitutivo inicialmente



apresentado, a redação do *caput* do art. 104, proposto ao ADCT, continha a expressão — entre aspas — “*aplicam-se no exercício seguinte e até o final do exercício de retorno das despesas aos respectivos limites*”. E alteramos essa redação para: “*aplicam-se até o final do exercício de retorno das despesas aos respectivos limites*”.

Fizemos tal alteração pois entendemos que o exercício seguinte já está contemplado na expressão “*até o exercício do retorno das despesas aos respectivos limites*”. Além disso, a menção ao exercício seguinte poderia gerar interpretações duvidosas quanto à aplicação do dispositivo, em função do momento de apuração do cumprimento dos limites e do período anterior, que foi de aprovação do Orçamento.

Assim, empreendemos a modificação indicada para dar a melhor redação, sem comprometer o instituto proposto.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Muito obrigado, Relator, Deputado Darcísio Perondi.

Nós temos duas listas de inscrições: a lista conforme o posicionamento no debate — Deputados contra e a favor — e a lista dos Líderes inscritos, a quem eu peço que sejam o mais breve possível para agilizarmos a votação.

Diante disso, o Regimento diz que a discussão deve ser iniciada com os oradores contra; em seguida, falarão os oradores a favor. Peço aos Srs. Líderes que falem na medida em que a matéria seja colocada em votação.

O primeiro inscrito é o Deputado Alessandro Molon, que dispõe de 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sr. Presidente, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Pois não, Deputado Enio.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sr. Presidente, quero apenas oficializar a troca da minha inscrição. A Mesa pediu que eu a oficializasse: o meu número era 13, e troquei com a Deputada Erika Kokay.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Enigmático o número.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Mas é um número que eu adoro. Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Com a palavra o Deputado Alessandro Molon, por 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, cumprimento V.Exa., os demais colegas e o Relator.

Sr. Presidente, quero, de saída, divergir frontalmente do parecer apresentado pelo Deputado Darcísio Perondi. Antes, porém, Presidente Danilo Forte, quero pedir a V.Exa. um esclarecimento ou, ao menos, dar uma informação a V.Exa.

A Casa fez quatro estudos técnicos sobre o tema: três, contrários à proposta; um, favorável. O único que foi dado ao conhecimento dos Parlamentares foi o favorável. O único estudo divulgado pela Casa para os Parlamentares foi o parecer favorável. Os outros três, que são contrários, não foram divulgados para os membros da Casa.

Isso é uma censura à liberdade de expressão dos técnicos da Casa, concursados, que se posicionaram contrariamente à proposta, porque a proposta é muito ruim.

No entanto, lamentavelmente, o debate foi cerceado — e muitos colegas não tomaram conhecimento desses textos, como eu tomei, porque eu procurei esses estudos. Outros, talvez, não tenham tido essa ideia e não receberam esse comunicado.

Eu quero lamentar profundamente o ocorrido, porque esta é uma postura antidemocrática, que não contribui para o melhor trabalho desta Comissão e de todos os membros da Casa.

O segundo ponto, Sr. Presidente, diz respeito à importância de se explicar o que esta PEC propõe na prática: ela congela os gastos sociais. No fundo, é disso que se trata. Os mínimos constitucionais em saúde e educação só serão cumpridos no ano que vem. Nos próximos 19 anos, os mínimos constitucionais em saúde e educação não serão cumpridos, não serão respeitados.

Então, o que esta Casa está tentando fazer é aprovar uma PEC que garanta o desrespeito da própria Constituição, que viole cláusulas pétreas. E, por isso, ela sequer deveria estar tramitando nesta Casa. Ela deveria ter sido arquivada na Comissão de Constituição e Justiça, como eu defendi à época.



E por que só serão respeitados os mínimos constitucionais no ano que vem? É por que se trata de ano pré-eleitoral, Sr. Presidente? É porque, no fundo, não se quer que a população perceba o que foi feito contra ela?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Eu pediria a esse rapaz que está conversando com o Deputado Odorico que se abaixe um pouquinho ou saia da frente...

Obrigado, Deputado Alessandro Molon.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Obrigado, Sr. Presidente.

Então, esta é a primeira pergunta: por que a exceção para o ano que vem? Será que a exceção para o ano que vem é para que a população, em 2018, vote sem sentir os efeitos reais desta PEC? É para que a população não conheça a verdade na próxima eleição?

Sr. Presidente, vamos imaginar uma criança pobre nascida no dia 1º de janeiro do ano que vem. Sabe qual é a única certeza que essa criança vai ter? Que, até completar 19 anos de idade, a desigualdade vai aumentar no País em que ela nasceu. A única certeza que ela vai ter é que a escola pública que ela vai frequentar vai piorar; é que o professor dela vai ganhar pior; é que o hospital a que eventualmente ela terá que ir vai piorar ao longo dos 19 anos, porque esta PEC congela os gastos sociais.

Não tenho nada contra, Deputado Darcísio e demais colegas, o corte de gastos e o enfrentamento do déficit, mas começemos por nós mesmos, começemos pelos políticos. Cortemos os nossos benefícios, não o hospital dos pobres, não a escola dos pobres. Cortemos as verbas de gabinete, cortemos o nosso salário, mas não cortemos os postos de saúde, o Bolsa Família, o Benefício de Proteção Continuada. Vamos começar dando exemplo. Por que esta PEC não trata do mundo político? Por que esta PEC não corta na própria carne, se o problema é responsabilidade fiscal? Vamos começar dando exemplo. Vamos limitar os nossos gastos, não os gastos com os hospitais públicos.

Esta PEC é totalmente inconstitucional. Eu vou elencar os princípios que ela violenta, Sr. Presidente. Ela violenta e atenta contra o direito fundamental à vida, na medida em que o hospital dos pobres vai piorar. É disso que se trata, Sr. Presidente; não são números apenas, são pessoas. É gente que vai ficar na fila e vai morrer na



fila; é gente que não vai ter o remédio para o tratamento do câncer; é gente que vai demorar 2 anos para fazer um exame de próstata, uma mamografia; é gente que não vai ter radioterapia, quimioterapia; é gente que vai morrer na fila do hospital. É isso o que estamos aprovando aqui.

Se a preocupação fosse com gastos, mas houvesse um mínimo de sensibilidade social, esta PEC excepcionaria os gastos em saúde, educação e assistência social. Façamos isso! Tenhamos coragem de retirar dela os gastos em saúde, educação e assistência social, e esta PEC será aprovada por uma larga margem de votos, sem precisar se oferecer jantar à noite no Palácio da Alvorada, no domingo.

Esta proposta viola o direito fundamental à vida, à saúde, à educação. Ela atenta contra o princípio da vedação do retrocesso social, o princípio da proibição da proteção deficiente, o dever da progressividade na concretização de direitos sociais. Portanto, ela atenta contra direitos fundamentais, individuais e sociais. Ela é inconstitucional. Esta PEC não pode ser aprovada por esta Casa.

Mesmo que esta Casa quisesse, por unanimidade, nós não poderíamos aprovar esta PEC. O Constituinte de 1988 — e já se falou tanto aqui do Dr. Ulysses, Sr. Presidente —, além de garantir o direito à saúde, para que esse direito à saúde fosse efetivo, previu no texto da Constituição o financiamento do sistema de saúde. O Constituinte, para garantir o direito à educação, previu gastos mínimos em educação. De nada adianta a Constituição dizer que as pessoas têm direito à saúde e educação se elas, na prática, não o têm. E é por isso que o Constituinte constitucionalizou os investimentos em saúde e educação.

Então, quando se tenta reduzir o financiamento público da saúde e da educação, o que se coloca em risco, de fato, são esses direitos. Coloca-se em risco um sistema de saúde que logra a integralidade e a universalidade.

Talvez algum colega aqui pense que se gasta muito com saúde no Brasil. Os gastos públicos em saúde no Brasil representam 47% do total. Na Alemanha, são 76,8%; no Canadá, 71,1%; na Itália, 77,6%; na Holanda, 84,8%; na Noruega, 85,5% — a Noruega trata o petróleo diferentemente da maneira como começamos a tratá-lo ontem nesta Casa —; no Reino Unido, 83,2%; e no Brasil, 47% — no Brasil, 47% dos gastos totais em saúde são públicos. E não me parece que faltem recursos aos



alemães, aos canadenses, aos italianos ou aos noruegueses para custear a sua própria saúde.

Agora, comparo com a América Latina, Sr. Presidente, porque talvez alguém aqui pense que é fundamental comparar com países com realidade próxima à nossa. Gastos *per capita* em saúde na América Latina: Argentina, 851 dólares; Chile, 562 dólares; Costa Rica, 825 dólares; Panamá, 853 dólares; Uruguai, 740 dólares; Brasil, 474 dólares. Mas os que vão votar a favor dessa PEC estão achando esse gasto elevado. Eles acham que o Brasil gasta muito em saúde e por isso vão congelar os gastos em saúde pública.

Esta Casa, 3 anos atrás, ao discutir os *royalties* do pré-sal, aprovou investimentos em saúde, porque nós entendíamos que os gastos em saúde eram insuficientes, mas agora nós estamos reduzindo ainda mais esses gastos. Poucos anos atrás nós aprovamos o Plano Nacional de Educação — PNE, mas agora nós estamos acabando com o financiamento da educação pública.

Portanto, Presidente, nada é mais contraditório e nada é mais cruel com os mais pobres deste País.

E eu insisto: quem disse que está preocupado com os desempregados deve lembrar que eles perderam o plano de saúde da empresa. Portanto, vamos ter mais gente procurando o sistema de saúde. Nessa hora, tem que haver aumento de proteção social. Quando um país está em crise, tem que haver aumento de proteção social, e não redução, porque as pessoas precisam mais de proteção social.

Não bastassem essas maldades, em setembro, dois pareceres do IPEA — aliás, um órgão de Estado — mostraram a crueldade dessa PEC. No campo da saúde, o IPEA disse quais são os impactos do congelamento: redução do gasto público *per capita* com saúde, desobrigação dos governos em alocar mais recursos em saúde em contextos de crescimento econômico, provável aumento das iniquidades no acesso a bens e serviços de saúde, dificuldades para a efetivação do acesso à saúde.

Presidente, não fosse isso suficientemente cruel, no campo da assistência social chega a ser dramática a aprovação dessa PEC. A redução dos gastos com assistência social no Brasil vai atingir, até o fim da vigência dessa PEC, em 2036, 54% dos recursos. Isso significa tirar da assistência social 868 bilhões de reais. Se



havia um problema que o Brasil tinha começado a enfrentar, ainda que de forma muito incipiente, era o problema da desigualdade. O IPEA diz que os pequenos avanços no campo da desigualdade vão ser perdidos. Ou seja, ao final da vigência dessa PEC, o Brasil vai ser um país muito mais desigual.

Quem quiser apoiar isso que vote a favor da PEC. Quem quiser um país mais desigual que vote a favor da PEC. Eu não quero um país mais desigual. Eu quero controle de gastos, sim! Vamos cortar na publicidade do Governo, vamos cortar nos gastos do Parlamento, vamos cortar nos gastos que, de fato, são eletivos, que podem ser cortados. Agora, cortar em hospital público, em um país em que tanto pobre morre por falta de atendimento, cortar em educação pública...

Presidente, vamos falar aqui de países capitalistas com o mínimo de decência. A educação pública é o mínimo para oferecer igualdade de oportunidades. Sabe o que vamos conseguir com a aprovação dessa PEC? Que os mais pobres tenham menos chances de vencer na vida. Muita gente fala aqui de meritocracia, mas não quer oferecer o mínimo de condições para que as pessoas ofereçam o seu mérito para o País. Isso se faz na escola pública. Isso não se faz sem dinheiro público. O que essa PEC faz é retirar todos os recursos públicos da saúde e da educação, que seriam possíveis para se tentar reduzir a desigualdade que ainda é a marca mais vergonhosa deste País.

Contem com o meu voto para cortar gastos, mas não contem com o meu voto para começar o corte de gastos pelos mais pobres. Isso é a coisa mais fácil, porque eles são os menos representados nesta Casa, mas é a coisa mais cruel para se fazer em um país ainda tão desigual.

Contem comigo e com a Rede na luta mais dura contra essa proposta, não pela limitação dos gastos, mas porque ela corta os gastos de quem mais precisa, de quem mais depende de proteção social, em especial, em um momento de crise econômica.

Contem comigo para cortar os gastos do Parlamento, para reduzir os nossos salários e para reduzir as nossas verbas de gabinete. Não contem comigo para retirar dinheiro da educação, da saúde e da assistência social.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Alessandro Molon.

Só a título de informação, é importante que todos saibam que a Consultoria da Comissão de Orçamento fez uma análise oficial da PEC 241 e inclusive levantou 13 questionamentos, dos quais 12 foram acatados pelo Relator Darcísio Perondi.

Apenas um questionamento não foi acatado, mas hoje se transformou em sugestão do meu partido, o PSB. Essa sugestão será apresentada na fala do Deputado Danilo Cabral.

Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Silvio Torres, por 15 minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a saúde tem sido a palavra mais falada na discussão desta PEC que nós estamos analisando. Nada mais adequado do que tratar também a saúde da economia do Brasil.

A economia brasileira nunca foi saudável totalmente. Ao contrário, ao longo de toda a sua história, ela teve momentos como este, momentos em que esteve à beira de um estado terminal, e acabou buscando soluções que permitiram que o Brasil sobrevivesse.

Na década de 80, uma hiperinflação descomunal, que atingiu especialmente as camadas mais pobres de modo profundo, levou gente pobre à miséria. Por falta de uma determinação política, por falta de uma visão consciente da situação em que nós nos encontrávamos, o Brasil fez com que essa população sofresse durante muito tempo.

O Plano Real não foi um milagre. O Plano Real foi o esgotamento de todas as tentativas curandeiristas — digamos assim — que foram feitas antes para tentar conter a hiperinflação. Aí foi adotado o Plano Real, um fortíssimo ajuste fiscal na economia brasileiro. Todo mundo que viveu aquele tempo sabe como o Plano Real se iniciou e o que ele exigiu da população brasileira.

O Plano Real deu resultados, inegavelmente. Ninguém nega isso. Foi elaborado por pessoas capacitadas, pessoas corajosas, que também enfrentaram críticas naquela época. Todo mundo lembra que esse plano foi levado com determinação por um Presidente que, por coincidência, sucedeu um Presidente que sofreu um *impeachment* e que teve no Ministério da Fazenda Fernando Henrique



Cardoso, o homem que levou o Plano Real ao sucesso. Depois, como se sabe, Fernando Henrique Cardoso permaneceu por dois mandatos consecutivos na Presidência da República.

Durante algum tempo, mesmo após a sucessão do Presidente Fernando Henrique, o pano de fundo da economia brasileira, aquilo que sustentava a economia brasileira, se baseava ainda nos fundamentos do tempo do Plano Real, que trouxe estabilidade econômica ao Brasil.

No começo do Governo Lula, os preceitos seguidos foram os corretos para que o Brasil não voltasse à situação anterior de desequilíbrio fiscal, de inflação sem controle, de penalização das classes sociais menos abastecidas, enfim. Foi bom para o Brasil ter vivido esse período, foi muito bom, depois de muito tempo, de décadas e décadas de processos que não davam certo. Parecia que o País caminhava, finalmente, para um modelo sustentável de crescimento e de justiça social.

Infelizmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados — infelizmente —, a tentação de permanência no poder por um tempo ilimitado, a visão equivocada, atrasada, a visão de retrocesso nessa história bem-sucedida do Plano Real, com suas consequências, levaram o Brasil novamente a uma enfermidade grave. Não há como negar isso! Não adianta querer tapar o sol com a peneira, não adianta fazer disso um debate político-partidário. São dados concretos, são dados que interferem na vida das pessoas, dados reais. Então vamos tratar o Brasil dessa forma. Nós precisamos enxergar dessa forma para depois buscarmos, novamente, soluções que nos levem a uma situação melhor.

Quando o País poderia ter seguido uma regra que estava dando certo, escolheu caminhos errados e acreditou que tinha saúde em excesso para poder, inclusive, queimar parte das suas forças em função de um projeto de poder. Hoje, a economia do Brasil está muito doente, tão doente quanto na década de 80 e início da década de 90. Não tenho dúvidas de que nós caminharemos para uma situação terminal se nós não tomarmos uma atitude forte, uma atitude dura, um remédio amargo.

Todo mundo sabe que nós não viemos propor um remédio indolor. É lógico que existem sacrifícios, que estão previstos no projeto — e todo mundo sabe. Hoje



ninguém é bobo. Todo mundo conhece as regras da economia e sabe quais são as consequências das medidas que estão sendo propostas. É um remédio duro, é um remédio amargo, mas é um remédio adequado para a doença da economia brasileira. É só por isso que nós vamos ter que tomar esse remédio. Esse medicamento veio quando se esgotaram e se mostraram ilusórias e inconsequentes as tentativas de se curar o Brasil com remédios de curandeiros, digamos assim. Acharam que bastava abençoar a situação da economia brasileira, e as coisas se corrigiram. Não se corrigiram. Ao contrário, a situação foi piorando a cada dia.

Nós vivemos, hoje, sem dúvida alguma, a antevéspera de uma situação caótica. O caos que está sendo aqui levantado por alguns membros da Oposição já existe. Não há como piorar essa situação se tomarmos essas medidas. Ao contrário, a piora virá se não tomarmos nenhuma dessas medidas. Então é hora de coragem e de determinação. É hora de espírito público, de abrirmos mão de projetos político-partidários e olharmos para a realidade que vive o Brasil.

Quais são os sintomas claríssimos? Desemprego na indústria — fábricas fecham cada vez mais as portas — no comércio e no setor de serviços. A inflação está sem controle algum, fruto de políticas e remédios inadequados para a situação econômica brasileira.

E qual é o pior sintoma desse verdadeiro tumor com metástase, que está se espalhando, como V.Exas. sabem? Quais são os principais sintomas? Onde está centro desse tumor? Qual é o mal maior? É a situação fiscal, o déficit público brasileiro.

E é disso que estamos tratando. Essa PEC 241 trata do déficit público brasileiro. Os números são inegáveis, e não há parecer diferente em lugar nenhum. Não adianta querermos manipular números e opiniões, porque os números são indesmentíveis.

E vou ler alguns números aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados: a diferença entre as receitas totais e as despesas totais do Governo central, em 1 ano, está em 479 bilhões de reais, quase meio trilhão de reais. Isso equivale a quase 8% do PIB brasileiro. Esse déficit está dividido em 170 bilhões de reais gastos nas chamadas despesas primárias do Governo: custeio, despesas de pessoal e tantas outras. O déficit deste ano corresponde a 170 bilhões de reais acima da arrecadação, e 309



bilhões de reais são pagos em juros por conta desse desequilíbrio fiscal, porque esse déficit tem que ser refinanciado o tempo todo.

O Brasil é como aquele sujeito que, mesmo endividado no cheque especial, pagando juros altos, continua gastando mais do que ganha. Como V.Exas. sabem, aprofunda-se cada vez mais no cheque especial.

Os 170 bilhões de reais desse desequilíbrio estão virando dívida, ou seja, estão sendo acrescidos às atuais dívidas. Com isso, estamos pagando juros sobre juros sobre o déficit de uma conta que não vai acabar mais. Com a PEC 241, nós tentaremos acabar com o desequilíbrio entre receitas e despesas, tentaremos fazer com que sobre alguma coisa para que essa conta impagável não aumente ainda mais.

Uma falsa solução — e nós ouvíamos muito sobre elas aqui — seria parar de pagar os juros da dívida. Isso levaria, entre outros malefícios, ao congelamento de contas bancárias, como aconteceu no malfadado Plano Collor.

No fundo, o que se propõe aqui é a mesma inconsequência e irresponsabilidade: parar de pagar os juros, como aconteceu com o Plano Collor.

Nós poderíamos fechar a conta com alternativas, tapando buracos, com aumento de impostos. A carga de imposto em cima do brasileiro já está em 32% do PIB. Essa carga tributária já está entre as maiores do mundo, sem que haja contrapartida, sem que haja benefício à altura desse valor arrecado.

E, para cobrirmos o déficit, se nós fôssemos aumentar impostos, essa carga iria para 35%. A cada ano, a carga teria que crescer mais, pois, se a PEC não for aprovada, a despesa vai continuar subindo acima da inflação e do crescimento do PIB. O correto é fecharmos gradualmente — e essa é a proposta que o Relator apresenta — o buraco de 170 bilhões de reais por meio de controle de despesa.

É disso que nós estamos tratando: o controle das despesas, que hoje sobem — como sabemos há muito tempo — muito acima das receitas. Isso vai aumentar a confiança na estabilidade das contas públicas, com redução da taxa de juros.

O buraco da dívida vai crescer mais devagar. A economia vai reagir, a arrecadação vai aumentar. Vai se criar um círculo virtuoso de crescimento econômico, aumento de arrecadação, queda de juros e estabilização do crescimento da dívida.



Eu acho que nós temos que discutir essa matéria de acordo com esse contexto. Nós temos que deixar de lado, que me perdoe o Deputado Alessandro Molon, por quem tenho grande respeito e cuja iniciativa de falar em cortar os nossos salários, as nossas mordomias, é muito louvável. Mas não vai ser isso que vai resolver o problema do País. É lógico que isso poderá ser o exemplo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Por favor, deixe-me acabar de falar. Eu não pedi a sua opinião. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Esperem aí! Vamos respeitar o Deputado que está falando.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - É lógico que nós podemos dar esse exemplo e muitos outros de controlar as despesas públicas. Mas é muito maior o problema do País, é muito mais em cima.

Nós temos que fazer o ajuste, como S.Exa. disse: “*Olha, eu estarei de acordo com o ajuste*”. Mas não existe meio ajuste. Ou fazemos o ajuste, Deputado Molon e outros Deputados, ou não fazemos. Nós não podemos ficar no meio do caminho, porque a situação da economia brasileira, a situação da doença da economia brasileira não nos permite mais acreditar que vamos curá-la apenas, mais uma vez, prorrogando as decisões mais importantes.

Por isso, Sr. Presidente, eu queria terminar a minha fala. Eu acho que muita gente vai colocar dados até talvez mas elucidativos do que o meu. Mas quero deixar aqui a minha visão a favor do relatório do Deputado Darcísio Perondi, que, eu sei, o fez com o espírito público, que o fez com patriotismo, que o fez procurando defender, como todos nós que temos uma posição a favor, os interesses da sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Silvio Torres.

Com a palavra a Deputada Luciana Santos, para falar contra.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, aqui o nosso posicionamento é radicalmente contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 241.



Lembro que, no dia 18 de abril, um dia depois do afastamento da Presidenta eleita pela Câmara dos Deputados, houve uma entrevista do Sr. Brant, um dos teóricos do programa chamado Ponte para o Futuro, do ilegítimo Presidente Michel Temer. É ele que diz, com todas as letras, o seguinte: *"Programa como esse não pode passar pelo crivo das urnas"*. Quem diz isso é o próprio Sr. Brant. E ele diz mais: que esse programa tem que ser imposto de maneira célere. Sabem por que, Srs. Deputados, Sras. Deputadas? Porque é um programa antinacional, porque é um programa antipopular, porque é um programa entreguista.

Uma das primeiras medidas do ilegítimo Temer foi montar um Ministério sem mulher, sem política de direitos humanos, foi rebaixar o papel dos Ministérios do Desenvolvimento Econômico e da Ciência, Tecnologia e Inovação. E todos nós sabemos quais são exatamente os aspectos centrais que podem enfrentar o desemprego: é política de crescimento econômico, é política de inovação, é inserir o País nas cadeias mais produtivas e mais dinâmicas deste mundo globalizado. Mas foi exatamente um movimento contrário que fez o Governo interino, ou melhor, ilegítimo.

O Ministro da Saúde anunciou um plano de saúde popular. O que é isso? Isso significa fazer com que o SUS, que é subfinanciado, que é precário, seja pago pela população — o único modelo de saúde gratuito, universal no mundo!

Agora o Governo anuncia uma medida provisória para reformar o ensino médio, rebaixar a qualidade do ensino médio, comprometer ainda mais tudo aquilo que significa um esforço para garantir o monitoramento da qualidade. Isso vai exatamente na contramão, retira disciplinas como Sociologia, como Filosofia, como Educação Física.

Ontem esta Casa votou, na madrugada, o pré-sal, a mudança do marco legal do pré-sal, o que é também um grande retrocesso. O pré-sal significa um ativo para o futuro do País. E esta mesma Casa aprovou que seriam 75% dos *royalties* do pré-sal para a educação e 25% para a saúde, liderada pelo Relator da PEC 241, o Deputado Darcísio Perondi, que foi uma das vanguardas da luta para que se colocassem 25% dos *royalties* do pré-sal para a saúde.

Mas, ontem, a retirada da PETROBRAS como operadora única do pré-sal não só compromete o destino desses recursos — seriam também 50% dos fundos



sociais para a educação —, como compromete o conteúdo nacional. E conteúdo nacional, sim, significa gerar empregos, significa defender a indústria nacional de petróleo, significa criar cadeia produtiva, como aconteceu com os estaleiros em Pernambuco, que foram construídos por uma decisão política, uma vontade política ainda do Governo Lula.

Nós vamos assistir ao desmonte da cadeia produtiva de petróleo — petróleo este que foi descoberto pelos brasileiros, pela inteligência da engenharia nacional. As multinacionais disseram que não existia petróleo no pré-sal, e quem descobriu esse petróleo foram os funcionários, os petroleiros, os engenheiros da nossa PETROBRAS.

Nós estamos assistindo ao anúncio de uma reforma política conservadora ainda para este ano. Nós assistimos à intromissão do Governo interino, através do seu Ministro da Justiça, decidindo na Lava-Jato quem se deve prender e quem não se deve prender.

Portanto, a PEC 241 é, sem dúvida, a expressão mais cruel desse plano, desse programa antipovo. Ora, congelar a despesa por 20 anos, remetendo-se ao Orçamento de 2017, um Orçamento sem povo e sem voto? Como disse o Sr. Brant, isso só é feito quando não se passa pelo crivo das urnas, quando não se passa pela vontade popular.

Numa tacada só, essa proposta de emenda constitucional quer retirar inúmeros marcos legais, inúmeras conquistas do povo brasileiro. Ela retira os direitos da Seguridade Social, que foram constituídos na ruas, nos debates de ideias, nas milhares de conferências realizadas por este País, em que nós criamos uma política de Previdência. Então, numa tacada só, querem fazer uma reforma da Previdência Social perversa!

Aliás, foi dito ontem, no jornal *Valor Econômico*, que o Governo já propõe corte nas pensões por morte, de 50% a 60% dos vencimentos integrais do cônjuge, bem como na saúde, na política social, na Emenda Constitucional nº 86.

É inacreditável que, na data em que esta Casa comemora os 100 anos do Dr. Ulysses Guimarães, do “Dr. Diretas”, do “Doutor da Constituição”, esta Comissão Especial vem ameaçar a Constituição de 1988, que foi o maior pacto social da última década deste País. E a Proposta de Emenda à Constituição nº 241 rasga a



Constituição do Sr. Ulysses exatamente no dia em que esta Casa homenageia os 100 anos de seu nascimento.

Na educação, nós vamos ver a aplicação do Plano Nacional de Educação — no qual esta Casa aprovou a destinação de 10% do PIB — ameaçada, inviável diante dessa proposta de emenda constitucional e do congelamento de despesas. O mesmo acontecerá com os 75% dos *royalties* do petróleo e os 50% dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal para a educação.

Caso fizéssemos a conta do que teria acontecido se, nos anos de 2005 a 2015, fosse aplicado o que propõe a Proposta de Emenda à Constituição nº 241, veríamos que teríamos perdido 350 bilhões de reais, que deixariam de ser investidos na educação, reduzindo o seu orçamento a um quarto do era no ano passado. Isso significa o quê? Tchau, educação pública! Tchau, educação pública! Isso é mais radical do que nos tempos Fernando Henrique, que não abriu uma vaga numa universidade pública e que não abriu uma escola técnica, e, muito pelo contrário, disse que haveria escola técnica só com parceria público-privada.

É o fim da política de salário mínimo, que mais distribuiu renda neste País. É o fim dos benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS, que deixou de ser assistencialista para ser uma política de inclusão. Os benefícios sociais não poderão mais ser vinculados ao salário mínimo. Como é que fica o benefício da prestação continuada para os idosos de mais de 65 anos, num país onde a população vai crescer 3,5% ao ano nos próximos anos? Isso vai ser desvinculado do salário mínimo!

Como fica a saúde? Vai haver um corte de 40% na saúde, de que esse mesmo conluio retirou, na época de Lula, 40 bilhões de reais. Vão retirar os 25% dos *royalties* que nós aprovamos. E repito a Emenda Constitucional nº 86, que garante 15% da receita corrente mínima.

E, pior do que isso, fazem o discurso falacioso de que isso é para resolver gastos. Se isso é para resolver gastos, por que o Governo interino de Temer aumentou em 900% a publicidade só para a *Época*? Por que aumentou em 2.750% a publicidade só para a Editora Abril? Por que aumentou em 230% os gastos com a Globo? Por que aumentou em mais de 80% os gastos com a *Folha*? Isso, sim, é gasto!



Saúde e educação não são gastos, Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Isso, senhores governistas, não é gasto, isso é investimento, isso é cuidar do povo, isso é gerar emprego.

Quando se reduzem 8,5% do PIB para ciência e tecnologia, para obras de infraestrutura urbana, o que isso significa? Significa deixar de gerar emprego. E isso não é emprego público, não, senhores, isso é emprego privado, investimentos para a mobilidade, para a infraestrutura urbana do País, que precisa muito. Isso significa emprego.

Mas esses mesmos governistas não têm a coragem — aí, sim — de enfrentar algo que, exatamente no segundo Governo Dilma, foi mais bem enfrentado: os gastos financeiros. Foi no Governo Dilma que nós chegamos a uma taxa de 7,5% de juros. Sabem o que isso significa para o Orçamento da União?

Hoje 45% do Orçamento da União vão para os gastos financeiros. Por que não se mexe nisso? Isso é intocável! Não se mexe no dinheiro dos rentistas, porque foram os rentistas que financiaram o golpe no Brasil. Por isso, acham mais fácil retirar direitos dos mais pobres.

É triste! É triste! No dia de homenagem aos 100 anos do Sr. Ulysses Guimarães, esta Casa vai dizer, em alto e bom som, que vai rasgar a Constituição e que vai retirar o direito dos mais pobres, o direito das pessoas desempregadas, o direito das pessoas que precisam ter um lugar ao sol, as pessoas que precisam ter uma educação de qualidade, as pessoas que precisam de mais escolas técnicas, que precisam de mais universidades, que precisam de um ensino médio de melhor qualidade, as pessoas que precisam de investimentos em infraestrutura no Brasil, para terminarmos a Adutora do Agreste de Pernambuco, para terminarmos a transposição do Rio São Francisco, para terminarmos as obras que vão, sim, garantir a volta do crescimento econômico, a volta da inclusão social.

Todos sabem bem: isso não é com o Estado, não se trata aqui de debate de Estado mínimo ou máximo. Nós estamos aqui discutindo o Estado necessário. Nós não somos a favor do Estado máximo. Mas aqui não se trata nem de Estado mínimo, aqui nós estamos debatendo um Estado inexistente, um Estado que só funciona para o setor rentista. O que nós estamos discutindo aqui é exatamente isto:



nós queremos o Estado necessário para impulsionar a economia, para retomar o crescimento e para incluir as pessoas, gerando emprego.

No entanto, o que nós estamos fazendo aqui é a liquidação, é o desmonte do Estado Nacional. E isso é inaceitável! Nós precisamos reagir. E vai ter resistência e vai ter luta, porque nós vamos denunciar o que significa essa PEC 241 em todas as instâncias deste País, seja no Parlamento, seja na rua. Nós vamos encher essas galerias aqui no Congresso Nacional, para impedir um retrocesso desse tamanho para o Brasil. Não se pode massacrar aqueles que já são os mais excluídos deste País.

Vai ter luta! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputada Luciana Santos.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Cury, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres Deputados e Deputadas e, acrédito, os milhões de brasileiros que devem estar prestando atenção a este momento da vida nacional.

Eu podia aqui fazer uma abordagem sobre dados, mostrar, numa linguagem simples e matemática, o atual estado de coisas. Mas houve aqui vários colegas que já o fizeram isso. Isso está na mídia, e não é muito difícil chegar lá para quem teve pelo menos a matemática básica dos bancos escolares.

Eu vou usar uma linguagem aqui para o cidadão comum, o nosso patrão, aquele que nos trouxe aqui e aquele pelo qual nós temos a responsabilidade de fazer este debate neste momento.

Por que estamos aqui? Estamos aqui porque o País está quebrado, o Governo Federal está quebrado. Num país com uma carga tributária de 32% a 34% do PIB, que tira um terço, chupa um terço de todo o esforço e trabalho da Nação, é óbvio que há implicações também colaterais, pois quem quer empreender precisa do Governo. Isso interfere na educação, interfere na saúde privada, interfere em todas as etapas da vida nacional. Então, não é somente em um terço da economia que um governo quebrado influi, ele para toda a economia.

Por que estamos aqui? Estamos aqui porque este Governo tem um déficit, um rombo de 170 bilhões de reais somente este ano — 170 bilhões de reais! Numa



linguagem simples, ele gastou mais do que arrecadou, ultrapassando em 170 bilhões de reais.

Este Governo, o Estado brasileiro gasta 13% do PIB com Previdência. É um terço de toda a sua carga tributária, um terço de tudo o que ele arrecada do cidadão. É uma Previdência absolutamente injusta, com altos salários e privilégios sem conta, enquanto o pequeno trabalhador, na sua grande maioria, recebe uma aposentadoria achatada pelo salário mínimo e sem horizonte de melhorias no curto prazo. Nós temos um governo que só investe 7% do seu PIB, quando, para resgatar a dignidade do cidadão brasileiro, podemos crescer 4%, com 25% de taxa de investimento entre público e privado. O setor público só investe 7%, o que é baixíssimo.

Taxa de juros? Nem preciso falar sobre isso. Temos uma das mais altas taxas juros do mundo, que impede as pessoas de trabalhar, de empreender. Sessenta por cento dos brasileiros estão endividados, quer seja pessoa jurídica da iniciativa privada ou pessoa física.

Portanto, é por isso que estamos aqui. Esta é a situação do País. E como chegamos a esta situação? Chegamos a esta situação por causa de 12 anos de um projeto de poder, não um projeto de atendimento ao cidadão, mas um projeto mascarado com um discurso de que era para atender aos mais pobres e que, por debaixo dos panos, era um projeto de poder. Esse projeto começou no início da década de 80, com uma ação de assalto e roubo dos sindicatos; na sequência, roubo nas Prefeituras. Conheço Parlamentares corretos e prefeitos corretos do PT — tenho conhecimento —, mas a cúpula do PT começou a assaltar os sindicatos no início da década de 80, num projeto de poder. Depois começaram a assaltar as Prefeituras, com o Sr. José Dirceu indicando pessoas para contratos fictícios.

Eu sou de São José dos Campos e conheço tudo isso. Começou na década de 90 em São José dos Campos, quando o Secretário da Fazenda fez denúncia. O Secretário da Fazenda, que foi torturado, que participou da troca dos prisioneiros pelo Embaixador americano... O Secretário do PT denunciou isso na Prefeitura do PT, quando Lula e seus asseclas tentavam assaltar essa Prefeitura. Uma Comissão tripartite, indicada pelo PT, por 2 a 1, decidiu que, na verdade, foi só uma tentativa.



Começavam, assim, os assaltos às Prefeituras; na sequência, o assalto aos Governos dos Estados; depois, ao Governo Federal.

E aí não era só um projeto de corrupção, era um projeto de tomada de poder, porque mexeram nas escolas. Quiseram entrar nas nossas famílias; quiseram achacar os empreendedores, tornando inviável o projeto de quem quer empreender, trabalhar e ter uma vida digna neste País. Não era só um projeto de corrupção, porque, se fosse só um projeto de corrupção, simplesmente se prenderiam e se colocariam os responsáveis na cadeia, se assumiria o prejuízo. Não o é. É pior do que isso: é um projeto estruturado de roubo dos valores e das liberdades individuais.

Hoje defendem a Constituição. Votaram contra a Constituição de 1988! Aqui dizem que, na verdade, está sendo aviltada a Constituição. Votaram contra! disseram que esta Constituição não era legítima e não era boa para o cidadão brasileiro, e hoje a usam para justificar os seus erros.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nossos cidadãos, o que fazer? Nós precisamos de um limite para essa irresponsabilidade do Governo Federal, dos Governos e de toda a classe política. Nós não temos poderes ilimitados. Nós não fomos eleitos para isso. Todos os Deputados, Senadores, Prefeitos, Governadores têm, legitimamente, o dever de implantar os seus planos, de defender os seus seguidores — assim o reconheço —, mas esse poder não é ilimitado. O limite desse poder é o limite do bolso do cidadão, é a capacidade que o cidadão tem de financiar esse projeto público. Isso não foi compreendido pelo projeto do PT, esse projeto de 20 anos de poder.

O limite dessa responsabilidade não se dá somente na PEC 241. Ele deve se dar, na minha opinião, em vários outros parâmetros. A Lei de Responsabilidade Fiscal foi o primeiro marco, um dos grandes marcos, dos últimos 30 anos. Ele permitiu que se colocasse um pouco de racionalidade, que se pudesse diferenciar o bom gestor do mau gestor, aquele que é irresponsável daquele que, por exemplo, tem certo respeito ao dinheiro público.

Mas isso não foi suficiente, porque o ente federal, o ente maior, aquele que detém 66% da carga tributária, é um irresponsável por natureza. Ter um Governo irresponsável num ente com tanto poder e irresponsável deu no que deu.



Nós podemos dividir. Os cidadãos brasileiros, na minha opinião, têm que ser classificados de várias formas, mas existe uma bastante simples, para as pessoas entenderem: existe aquele que sustenta o poder público e aquele que é sustentado por ele. Dentro do grupo sustentado por ele estamos nós, os professores, os juízes — todos os que recebem salários legitimamente —, o Juiz Moro, delegados, médicos, enfermeiros. Mas uma coisa nos une: nós somos todos sustentados por quem trabalha. Nós somos todos sustentados pelos empreendedores e pelos trabalhadores da iniciativa privada. Essa balança está pensa, essa balança está desequilibrada. Quem paga a conta não aguenta mais fazer isso. Há limites. Nós deveríamos ter limites. O nosso poder não é ilimitado.

É injusto dizer que tudo isso é culpa do PT, só do PT. Eu acho que o que eles fizeram ao longo desses anos realmente foi um crime com a sociedade brasileira, mas todos nós temos culpa — todos nós temos culpa —, porque toleramos essa falta de respeito para com o nosso patrão maior, aquele que trabalha e acorda cedo. É esse que está desempregado hoje. São 12 milhões na rua porque se acreditou num projeto de poder demagogo e populista.

Agora temos aqui uma grande responsabilidade. Sobrou para nós fazer isso. Sobrou para esta geração tentar consertar essa situação. Acredito que nenhum dos nossos colegas vai fugir dessa responsabilidade. Respeito as posições divergentes, respeito aqueles que têm preocupação com a saúde e a educação. Aliás, todos nós temos preocupação com a saúde e a educação.

Qual é o Parlamentar eleito, que recebeu voto, que não está preocupado com a saúde e a educação? A questão é a forma. Qual é a forma de fazer isso? Desse jeito o Brasil vai quebrar. Seremos a Grécia em pouco tempo. Em 2026 vamos ter consumido todo o orçamento público para a Previdência. Não pode! Vamos aumentar a carga tributária, tirar mais que 34%, 35% do bolso do contribuinte, do cidadão? Ele não aguenta pagar! Ele está com as suas empresas sendo fechadas! Os trabalhadores da iniciativa privada estão desempregados. Dessa laranja chuparam até o bagaço; o PT chupou até o bagaço. Não dá mais! Nós temos que ter essa responsabilidade.

Este é o meu primeiro mandato. Eu gostaria de estar aqui discutindo coisas mais propositivas. Infelizmente, houve essa herança maldita, para a qual esta



geração de Parlamentares vai ter que dar uma solução. A PEC 241 é só uma etapa desse processo. A PEC 241 é somente o primeiro degrau desse processo de limite que a classe política e os governos terão que se impor para respeitar o dinheiro do cidadão.

Eu vejo aqui comentários de que isso é uma briga de Michel Temer *versus* Oposição. Isso é falácia, é falso. Eu não votei em Michel Temer. Quem quebrou o País votou em Michel Temer. A diferença de Michel Temer para Dilma e Lula é que ele pelo menos está tentando consertar o que foi feito. Ele é responsável, porque apoiou o PT esse tempo todo — é responsável —, mas agora tem a responsabilidade de consertar isso. E eu não estou aqui por Michel Temer ou pelo PSDB; eu estou aqui pelo País. Nós temos que ter a responsabilidade de consertar esse descalabro.

A PEC 241 é uma medida importante, e vou direto ao assunto. *“Aprovada a PEC 241, não poderá haver mais aumentos na saúde.”* Mentira! Poderá haver aumentos acima da inflação, aumentos reais. *“Aprovada a PEC 241, não poderá haver aumentos reais na educação.”* Mentira! Poderá haver aumentos reais. É só ler o texto para a pessoa saber disso. *“Aprovada a PEC 241, não poderá haver aumento para professores, médicos, para o Juiz Moro – aliás, um grande herói —, para os procuradores?”* Mentira! Poderá haver aumento. Agora, aprovada a PEC 241, pode haver aumento real para a educação e a saúde e para mandar dinheiro para Cuba e roubar? Aí não dá. Para tudo, não dá. Vai ser preciso fazer opção.

E aí uma medida muito importante com a aprovação da PEC 241, no meu entendimento: nós vamos entrar num outro regime de transparência democrática, no qual os eleitos vão ter claro o que eles vão dizer à população. É fácil dizer que vai aumentar gastos em saúde e educação e, no dia seguinte, roubar, mandar dinheiro para Cuba, mandar meio trilhão para o BNDES, para emprestar dinheiro às empresas dos amigos, para se devolver isso depois como meio bilhão de contribuição eleitoral. Isso é fácil. Eu quero ver é dizer: *“Eu vou priorizar saúde e educação e vou gastar com saúde e educação”*. Eu quero falar em saúde e educação e, no dia seguinte, o meu filho não ficar milionário. Eu não vim aqui para o meu filho ficar milionário. Aliás, tenho três filhas, pequeninhas. Eu quero ver isso.



Com a aprovação da PEC 241, vai haver uma revolução. O candidato irá à rua e vai dizer o seguinte: *“Eu vou aumentar os gastos com saúde e educação acima da inflação. Para isso, eu vou cortar o que é desnecessário, obras desnecessárias, demagogia, populismo e corrupção também”*.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu vou terminar antes, porque acredito que isso é tão importante, que seria demagogia da minha parte utilizar todo o tempo.

Eu quero dizer o seguinte: o cidadão irá nos cobrar. Aliás, nas últimas eleições, nos últimos dias, ele já deu essa sinalização. Os demagogos e os populistas receberam o recado, com raríssimas exceções, merecido. O nosso papel aqui não é nos eleger na próxima eleição. O nosso papel aqui não é ser bonzinho. O nosso papel aqui é falar a verdade. Essa responsabilidade nós temos que ter com nossos filhos e nossos netos. Mais do que isso: eu não tenho procuração para endividar os filhos e os netos de V.Exas. Nenhum de nós tem essa procuração. Não vi nenhum eleito ir à rua dizer o seguinte: *“Eu vou endividar o futuro dos seus filhos e dos seus netos”*. Ninguém disse isso. Então ninguém tem o direito de fazê-lo.

Eu vou votar pela aprovação da PEC 241. Em que pese ainda termos muitas reformas a fazer, o Brasil pelo menos terá uma luz no final do túnel.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Eduardo Cury.

Com a palavra o Deputado Henrique Fontana, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Parlamentares e sociedade brasileira que acompanha este debate, nós vamos, ao longo das próximas semanas, ter muitos momentos para colocar nossos argumentos para a avaliação do povo brasileiro. Qualquer inclinação ao fundamentalismo, qualquer inclinação àquela velha tese de que eu sou o dono da verdade, eu salvarei o Brasil e aquele que se opõe às minhas ideias quer destruir o Brasil, é uma tentativa de criar um ambiente de propaganda, um ambiente de guerra psicológica, um ambiente de medo.

Aliás, Presidente, essa propaganda paga com o meu dinheiro deveria ser paga com o dinheiro do diretório político do PMDB, do diretório político do PSDB. Isso aqui, Presidente, é uma campanha eleitoral. Isso aqui é uma vergonha. Isso



aqui é guerra psicológica, uma propaganda do medo. Isso aqui é para ser debatido em momento de eleição. Não é para usar o dinheiro dos nossos impostos, Deputado Altineu Côrtes, não é para tirar dinheiro da saúde para colocá-lo em panfleto político para tentar aterrorizar a população.

Então, em nome do fim do maniqueísmo, eu quero equilíbrio fiscal, nós queremos equilíbrio fiscal. O debate no Brasil não é quem é a favor do equilíbrio e quem é contra o equilíbrio. O debate, Deputado Patrus Ananias, é como chegar ao equilíbrio fiscal.

Quem paga a conta, quem concentra a renda, Deputado Milton Monti, quem enriquece e quem empobrece... Isso é a essência da política e da democracia. Sempre na história da humanidade há representantes que defendem a concentração de renda e há representantes que trabalham pela ideia da distribuição maior de renda, pela ideia do combate à desigualdade.

É aí que o cidadão brasileiro que está acompanhando este debate começa a perceber... A pergunta qual é? O Presidente ilegítimo e sem votos... Aliás, é um parêntese que eu abro aqui. Eu quero desafiar o Presidente ilegítimo Temer a assumir a candidatura dele à Presidência da República. Parece que ele veio disposto, numa espécie de inimputabilidade, a chegar ao poder, Deputado José Carlos Aleluia, sem voto dos brasileiros. Alguns de V.Exas. o apoiam para o golpe, agora querem descartá-lo e dizem o seguinte: *“Deixe o Temer fazer essas barbaridades — o trabalho sujo —, depois nós chegamos com outra candidatura”*.

Eu quero desafiar V.Exas. a apoiarem Temer em 2018. Por coerência, V.Exas. que estão apoiando o Governo dele, V.Exas. que apoiaram o golpe precisam assumir a candidatura Temer em 2018. Acho que o Senador Aécio pode ser o Vice, o Governador Alckmin também pode ser o Vice. Ou, quem sabe, pode se fazer a inversão. É isso que eu ia dizer. Talvez, se abrir mão — o DEM e o PSDB estão sempre como siameses —, o PSDB pode entregar isso ao DEM. Agora, o time que está votando essas políticas que jamais serão aprovadas pelo voto popular tem que assumir essas posições juntos.

E aí como é a receita da turma do fundamentalismo neoliberal? Aliás, falaram muito em desemprego aqui. Eu quero ver se a *TV Câmara* pode filmar este gráfico aqui, porque a turma do neoliberalismo que hoje quer aprovar esta PEC governou o



País 8 anos. Sabem o que aconteceu com o desemprego? Está aqui, olhem! Quando começou o governo neoliberal deles, o desemprego era 8,4%. Ele subiu, Deputado Jorge Solla, até 12,3%. Ou seja, foi o Governo do desemprego. Aí nós, por decisão do povo brasileiro, assumimos o País. Vejam a curva do desemprego caindo. Vamos parar de usar argumentos sem dados. Esses aqui são dados do CAGED. Vamos parar de mentir aqui dentro, de fazer frase de efeito. Foi caindo o desemprego até o final de 2014, foram 12 anos de queda consecutiva no desemprego, e querem dizer que a política econômica do Lula e da Dilma foi ruim para o Brasil.

Chegamos ao melhor nível de emprego, Deputado Alessandro Molon, da história do Brasil, e isso foi ruim. Aí começou a guerra política, aí começou a turma do golpe, aí não se podia aceitar o resultado da eleição. Começaram as pautas-bomba, “quanto pior, melhor”. Aí, sim, voltou, infelizmente, a crescer o desemprego. Então, o desemprego tem causas externas? Sim. Mas a principal causa foi a desestabilização política promovida por quem queria dar o golpe.

Eu ia dizendo da receita deles. O Brasil tem que entender: a política econômica não é S.Sa. Meirelles. Ele não é Deus. A política econômica, Deputado Darcísio Perondi, não deve se deixar escorregar pelos fundamentalismos. Há escolhas políticas na política econômica. E qual é a escolha política de Temer, de Meirelles e do nosso Relator? A escolha é a seguinte: quem paga a conta são os pobres, como muito bem colocou aqui o Deputado Alessandro Molon e a Deputada Luciana Santos, porque o corte, a ideia de equilibrar as finanças públicas se dá apenas através do corte de investimentos públicos. É o chamado samba de uma nota só. Talvez com a compreensão do autor desse grande samba, eu prefiro dizer: é o samba de uma ideologia só, que é a ideologia de V.Exas. que dizem que não têm ideologia. Vamos parar de brincar com o povo brasileiro. Todas as escolhas têm ideologia.

Esse papo da não política, esse papo de que uma decisão como essa seria... Aliás, nenhum país do mundo, Deputado Molon, adotou essa receita — nenhum país do mundo! Se conseguir aprovar essa matéria, Deputado Perondi, talvez V.Exa. tenha que dar palestra no mundo inteiro, porque nenhum país do mundo descobriu que a receita para gerar emprego e tirar o país de uma recessão e de uma crise é



congelar todos os gastos públicos por 20 anos. Na verdade, foi o economista singular do universo: Henrique Meirelles.

Ele diz o seguinte: *“Vamos cortar os gastos em investimentos em saúde, vamos cortá-los em educação, vamos cortá-los em assistência social, vamos cortá-los em ciência e tecnologia, vamos cortá-los em habitação, vamos cortá-los em segurança”*. Em todas as áreas, se olharmos 10 anos para trás, as receitas públicas brasileiras cresceram 155%, Deputado Pompeo de Mattos, e o IPCA foi 77%. A garfada que eles querem dar nas políticas públicas é da metade da evolução de todas as melhorias que ocorreram nesses últimos anos.

E aí há o seguinte: se a Suécia, a Suíça ou o Japão resolvesse adotar essa PEC, eu também até ia... Não é o ideal, mas lá o estado de bem-estar está pronto. Lá não há gente morando em favelas, sem saneamento. Lá, Deputado Milton Monti, não há gente morando em barracos de 3 ou 4 metros quadrados. O Brasil não é a Suécia. O Brasil precisa avançar os investimentos públicos nas áreas sociais, precisa de mais proteção.

Eu fui Secretário de Saúde em Porto Alegre, eu sou médico comunitário, eu me dedico à saúde. Ao longo dos próximos anos, o Brasil precisa, seguramente, no mínimo, aumentar em 50% o valor real dos seus investimentos em saúde. Aliás, por diversas vezes, eu participei de palestras com o Deputado Darcísio Perondi, e ele dizia isso. Agora, ele está aí para servir a um Governo. Mas não se serve a um Governo de forma crítica. Há gente que está neste embalo ufanista do golpe, achando que virou dono do Brasil. Mas isso vai vir abaixo. Ontem, uma pesquisa já mostrou que 68% do povo brasileiro não confia em Michel Temer.

Eu estava destacando algo que me chama a atenção, mas quero falar com aquele cidadão que não está no dia a dia da política: pare e pense! Por que Temer e Meirelles, ajudados pelo Deputado Perondi e por alguns outros Deputados que vão votar a favor desta matéria, querem equilibrar as contas públicas só cortando gastos, só cortando os investimentos nas políticas públicas fundamentais para todos os cidadãos? Por que Temer e Meirelles não propõem aumentar a arrecadação do Brasil cobrando um imposto sobre grandes fortunas, como fazem, Deputado Marcus Pestana, diversos países desenvolvidos do mundo? Eu garanto cem votos da Oposição. Nós somos minoria. Vocês são os maioriais. Vocês conseguiram o golpe.



Vocês estão com o poder. Cuidado! O povo brasileiro está olhando para vocês, Deputado Altineu, e pode mudar de ideia de repente.

Eu pergunto: por que não apresentam aqui uma proposta de cobrança de imposto sobre a transmissão de grandes heranças? O Deputado Altineu Côrtes me fez um sinal, demonstrando: *“Eu voto a favor”*. Mas o seu Governo não manda a proposta para cá. Esse é o problema, Deputado Altineu. O seu Governo é o Governo que quer proteger os ricos. Perdoem-me aqui pela simplificação, mas é preciso dizer isso.

Eu pergunto: por que o Ministro da Fazenda não chama o Secretário da Receita Federal e desencadeia um grande programa de combate à sonegação? Porque eu e 90% dos cidadãos brasileiros — até mais — pagamos, Deputado Alessandro Molon, os nossos impostos em dia. Essa ideia de justificar a sonegação é uma grande injustiça. Há alguns que pagam e outros que não pagam. Agora, querem cobrar a conta dos mais pobres de novo.

Há outra coisa que eu anotei para falar aqui. Eu acho que bateu no teto a ideologia que moveu o golpe parlamentar de vocês. As pessoas estão percebendo que as palavras de ordem sempre eram: *“Fora, PT! Anti-PT! O PT é tudo de ruim que há na sociedade e nós do PMDB somos a virtude”*. Por exemplo, na tribuna, volta e meia dizem que a corrupção é um problema do PT e que, no Brasil, tirando o PT, não haverá mais corrupção. O povo brasileiro está se dando conta de que usaram esse debate da corrupção para colocar no Governo pessoas corruptas que querem, inclusive, proteger a corrupção, impedindo a continuidade das investigações contra a corrupção.

Há um exemplo que eu queria dar antes de encerrar, Deputado Jorge Solla: se esta PEC for aprovada, sabe quando é que se contratará um novo professor para universidade, durante os próximos 20 anos? Só quando morrer um aposentado, porque, quando um professor encerra a carreira e passa à aposentadoria, o salário dele continua na folha.

Esta PEC vai congelar, durante 20 anos, a evolução social do Brasil, que ampliaria a oferta de educação, saúde, segurança e habitação para o povo brasileiro. Esta PEC é um desatino tão grande que não foi usada em nenhum lugar do mundo.



O ajuste deve ser feito com equilíbrio social, com temperança, num médio prazo, olhando-se receitas, não com essa ideia ultrapassada do fundamentalismo neoliberal, que infelizmente vai nos levar a ser um País mais desigual, um País com mais desemprego, um País com mais crise. Isso não serve ao Brasil.

Por isso, nós vamos lutar contra esta PEC. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Henrique Fontana.

Concedo a palavra ao Deputado Thiago Peixoto, que dispõe de até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO THIAGO PEIXOTO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Darcísio Perondi, eu tive a oportunidade de participar da Comissão como integrante, participei de todos os debates e escutei com atenção todos os economistas e todos os especialistas das áreas da saúde e da educação.

Ao final, chego à seguinte conclusão: não existe dúvida, em campo político algum, de que temos que ter um movimento de virada da nossa economia e de que esse movimento de virada começa pela PEC 241.

É importante dizer que nós estamos vivendo uma crise sem precedentes. A crise de 1929 é fichinha perto da crise enfrentada agora. O principal ponto que gerou essa crise foi exatamente o desajuste fiscal promovido pelo Governo do PT, pela Presidente Dilma. Isso não é a minha opinião, isso é um fato. Todos os dados mostram isso.

Para se promover um ajuste fiscal no Brasil, nós temos três caminhos. O primeiro caminho, impossível de se pensar, é o aumento dos tributos. A sociedade não aguentaria e não toleraria e esta Casa — tenho certeza — jamais faria isso. Outro caminho, também impensável, é apostar que a inflação vai continuar alta e não tomar medidas para reduzi-la. Tenho certeza de que um País que, durante décadas, sofreu com problemas inflacionários jamais permitiria uma ação dessas. A única medida que nos resta é o corte de gastos. Infelizmente, nós não temos outro caminho. As outras pontes foram queimadas.

Eu ouvi, com muita atenção, o Líder Henrique Fontana, que insiste em dizer que a PEC 241 é uma jabuticaba brasileira e que, em nenhum outro país, houve medida parecida. É mentira! Diversas nações do mundo já estipularam tetos para



despesas e para gastos. Gostaria de citar alguns: Austrália, Bélgica, Bulgária, Canadá, Croácia, Dinamarca, Finlândia, França, Hungria, Islândia, Japão, Peru, Polônia, Espanha. A Suécia, citada há pouco pelo Líder, também já estipulou teto de gastos, assim como já fizeram até os Estados Unidos. Ou seja, o mundo responsável segue esse caminho.

Há outro ponto importante: o Líder Fontana falou aqui a respeito do nosso Ministro Henrique Meirelles. É interessante lembrar que, quando Henrique Meirelles havia sido recém-eleito Deputado Federal, pelo PSDB de Goiás, o Presidente Lula foi convidá-lo para ser o capitão da economia no Brasil. Ele era o bom! Eu acho que grande parte da redução do desemprego, durante os anos do Governo Lula, teve a participação do Meirelles. É interessante perceber também que, quando ele saiu do Governo, as coisas começam a desandar.

Outro ponto importante: eu olhei com atenção o gráfico que o Líder Fontana apresentou aqui. Curiosamente, o gráfico acaba em 2014. Ele se esquece de dizer que o descontrole do Governo passado gerou, em 1 ano e meio, 12 milhões de desempregados.

Líder Fontana, continue analisando o gráfico relativo a mais 1 ano e meio e V.Exa. vai perceber o resultado da política econômica do Governo da Presidente Dilma, que V.Exa. tanto defendeu.

É importante desmentir aqui uma série de afirmações. Foi dito que o orçamento da saúde seria reduzido e que nós não teríamos recursos para a saúde, mas é preciso destacar uma informação relevante: pela regra atual, no próximo ano, o orçamento da saúde seria de 103 bilhões. De acordo com a PEC 241, que nós vamos aprovar hoje nesta Comissão, o orçamento vai ter um aumento automático de 10 bilhões no próximo ano, chegando a 113 bilhões.

Eu fui Secretário de Educação do meu Estado, Goiás, e jamais votaria aqui algo que prejudicasse a educação. Por isso, fiquei muito satisfeito em ver que o que garante o financiamento da educação para os Estados está garantido. O FUNDEB, que é o que financia a educação básica no Brasil, não é objeto desta PEC. O salário-educação, que garante educação em todos os Municípios do Brasil, também não é objeto desta PEC. O FIES também não é objeto desta PEC. Ou seja, não haverá diminuição de recursos nem para a educação nem para a saúde.



É importante dizer também que esta PEC estabelecerá novos protagonistas aqui no Congresso Nacional. Nós Parlamentares vamos ter condições de definir, de fato, como será o gasto público, mas tomando cuidado para que haja gasto público com mais qualidade, porque o gasto público de má qualidade não gera resultados. O melhor exemplo nesse sentido é o da educação. O Brasil aumentou o investimento em educação nos últimos anos, mas a qualidade continua ruim.

Há outro ponto também importante, Sr. Presidente. Falaram muito em políticas sociais. Não há nada mais importante e nada é mais forte como política social do que a geração de empregos. Esta PEC é o primeiro passo para que o nosso País volte a crescer e a gerar empregos.

É interessante notar que agora, a todo momento, o PT cita Ulysses Guimarães, mas, na hora de assinar a Constituição do Dr. Ulysses Guimarães — Constituição que eles tanto defendem hoje —, não queriam assinar. Agora, ele é Deus!

O Dr. Ulysses Guimarães defendia a ideia de que, para vencer, nós temos que mudar. Há uma frase marcante dele: *“Mudar para vencer!”*. A mudança para gerar empregos e prosperidade virá por meio da PEC 241, que é meio, não é fim. O fim vai ser a geração de empregos e o crescimento da nossa economia.

Vamos votar logo, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Thiago Peixoto.

Estava inscrita para falar contra a matéria a Deputada Alice Portugal, que não está presente. A inscrição passou para a Deputada Angela Albino, que também não está presente. O próximo inscrito é o Deputado Jorge Solla.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Solla, para falar contra a matéria, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Quem são os outros inscritos, Sr. Presidente? V.Exa. poderia me informar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Há tantos nomes que a lista de inscritos está parecendo uma lista telefônica.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Está bem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Com a palavra o Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Eu não quero perder muito o meu tempo dando a resposta merecida, mas não vou poder deixar de rapidamente dizer que, de projeto de poder e de ladrão, o PSDB está cheio! O projeto de poder deles foi tão competente que penetrou na Polícia, no Judiciário, nos meios de comunicação. É por isso que os tucanos não são presos, apesar de todos saberem que Aécio Neves é o campeão de citações nas delações da Operação Lava-Jato. Temos que saber quanto o Alckmin roubou e quanto o Serra roubou. A filha de Serra virou milionária graças às benesses do Governo FHC. Temos que saber quanto o PHC está envolvido em crime. Ladrão, no PSDB, há aos montes. Há até traficante de cocaína. Agora, como o dono do helicóptero é do PSDB, a polícia não o prende. Está cheio de ladrões, gangue, quadrilha, asseclas!

Agora vamos entrar no assunto, porque eu tenho argumentos para colocar. Quem não os tem é que fica nessa baixaria, como o Deputado tucano que me antecedeu aqui.

Esta PEC pode ser batizada de “PEC das Perversidades” ou de outros nomes, mas eu acho que o melhor nome que deve ter é “PEC do Golpe”. Esta PEC e a entrega da PETROBRAS são as duas medidas negociadas pelos golpistas para ter o apoio da elite econômica e dos meios de comunicação neste País. Esse foi o acordo do golpe.

Tem que ficar claro que esta PEC é para cortar dinheiro que vai para políticas sociais, não para controlar gastos públicos. Há um monte de mentiras sendo ditas. Dizem que 26 países têm algo parecido. É mentira! Esses 26 países têm regras de controle de gastos, mas todas com aumento real, nenhuma congelando ano e nenhuma limitando a inflação, Deputado Henrique Fontana. Isso não existe! Isso é mentira! Isso é mentira! Isso tem que ficar muito claro.

Da mesma forma, estão dizendo que está havendo aumento real para a saúde. É mentira! A PEC 001, criminosamente, está trancada na gaveta da Mesa da Câmara. Todos aqui a apoiaram e votaram a favor dela. Houve o golpe no domingo e, na semana seguinte, a “porrada” do golpe foi tão intensa que perderam a memória e deixaram de defender a PEC 001.



Eu já falei antes e vou repetir que é muita hipocrisia as pessoas mudarem seus pontos de vista de acordo com o partido que está no Governo: “*Se for o meu partido, eu defendo uma coisa. Se for o partido de oposição ao meu, eu defendo outra coisa*”. Eu não consigo aceitar isso.

Infelizmente, o Deputado Darcísio Perondi não está aqui para que eu diga isso na presença dele. Eu conheço o Deputado Darcísio Perondi há muito tempo, mas não aceito que uma pessoa que, até antes do golpe, como vários aqui, estava achando que era muito pouco o aumento real da saúde de 60% acima da inflação venha dizer agora que pode ficar igual à inflação.

E mais: as regras que estão na proposta da LDO são inconstitucionais. Tinham que, primeiro, aprovar a PEC do golpe, para depois aprovarem uma LDO coerente com o congelamento aprovado na PEC. Mas já inverteram: a LDO já está em fase final de votação e está seguindo as regras da Constituição previstas nas mudanças feitas pela PEC do golpe.

Agora pergunto a vocês: por que não se ater ao tempo do Governo golpista e submeter essa proposta às urnas em 2018, como consta em uma emenda do Líder do PDT? Vamos fazer isso. Vamos aprovar essa medida no tempo do Governo golpista e vamos às urnas em 2018. Junto com a eleição do Presidente, vamos perguntar à população, no voto, se ela concorda. Vocês não têm coragem de fazer isso.

Por que não limitam também os gastos financeiros? Se é uma PEC para limitar gasto público, o primeiro gasto que se deveria limitar seria o pagamento dos juros. Mas esse não pode ser limitado, porque a elite brasileira não vai permitir. Só quem tem que pagar a conta é o pobre.

No diagnóstico, já vem a primeira mentira: “*Estamos com déficit gigantesco. Nunca houve um déficit como esse*”. É mentira! Em 2002, o déficit público era de 59,5%. Em 2015, o déficit público era de 36,2%. Vocês, tucanos, construíram o maior déficit público líquido deste País, no desastroso Governo Fernando Henrique Cardoso, que gerou a maior quantidade de desempregados da história do Brasil, deixou a população passando fome, deixou o funcionalismo público sem reajuste, não abriu novas vagas no ensino público superior e proibiu novas universidades e escolas técnicas. Massacraram a população! Foram 8 anos de massacre da



população brasileira. Foi por isso que perderam quatro eleições consecutivas. Só voltaram ao poder com o golpe e querem impor uma receita única.

Quanto à receita do Estado neoliberal — concordo com o Deputado Henrique Fontana —, negociaram para o Governo golpista praticar a receita dos tucanos. Depois ainda vão dizer que não foram eles, mas que foi o PMDB que aprovou esta PEC do golpe. Em 2018, vão chegar às urnas renegando esta PEC, renegando o Governo golpista e posando de sociais-democratas. Não têm nada de sociais-democratas. São neoliberais legítimos, que têm as posições mais conservadoras do patrimônio político deste País.

Vamos aos tributos. Não é por acaso que as grandes fortunas não são tributadas até hoje, apesar de isso estar na Constituição desde 1988.

Falando em Constituição e no Dr. Ulysses Guimarães, não posso deixar de lembrar — a Deputada Erika Kokay já lembrou isso na solenidade hoje — que, quando Tancredo morreu, procuraram Ulysses, tentando fazer com que assumisse o Presidente do Congresso, em vez de assumir o Vice-Presidente escolhido. Ele não aceitou e disse: *“Eu só vou ser Presidente com voto. Não vou ser Presidente sem voto”*. Há gente que deveria se lembrar dessa frase de Ulysses Guimarães.

Eles não aprovam os tributos sobre grandes fortunas e a elite brasileira que investe nas empresas e tem juros e dividendos não paga Imposto de Renda. Quem paga imposto neste País é o pobre. Ficam falando da carga tributária, mas quem paga imposto neste País é a população mais pobre. A tributação do consumo é trágica para quem menos tem, porque a pessoa milionária e aquele que recebe Bolsa Família pagam o mesmo imposto no quilo de feijão, pagam o mesmo imposto quando compram uma camisa.

Neste País, os ricos são beneficiados. Não há imposto sobre grandes fortunas, não há imposto sobre grandes heranças, não há imposto sobre juros e dividendos, não há imposto sobre helicóptero, com cocaína ou sem cocaína, não há imposto sobre lancha ou iate. Essa é a questão.

E mais: a sonegação no Brasil é premiada. Nós estávamos na CPI do CARF. Quem é o maior sonegador? Qual empresa mais sonegou nos últimos anos no Brasil? A RBS. O dirigente da RBS, na época em que a empresa mais sonegou imposto, foi premiado, pois ganhou um cargo de expressão no Governo golpista.



Quem estava aqui na Comissão defendendo esta PEC do golpe era a FEBRABAN. Os sonegadores — em primeiro lugar, a RBS, premiada com um cargo; em segundo e terceiro, dois bancos privados que dominam a FEBRABAN — foram premiados.

Agora, eu gostaria de dedicar um pouco do meu tempo para falar sobre a saúde. Todos sabem que o SUS é subfinanciado. Vou até pegar o documento que foi distribuído e assinado pelos partidos. Entre 2004 e 2014, a despesa do Ministério da Educação triplicou, mas isso não se refletiu no aprendizado dos alunos. Sabem por quê? Porque os golpistas não estão preocupados com o acesso à educação. Para eles, pobre entrar na universidade é despesa desnecessária.

Não é por acaso que a Bahia só tinha uma universidade, mas hoje tem sete. Quem governava antes achava que bastava uma universidade para os filhos da elite estudarem: *“Filhos do povo não precisam ir à universidade. Tem que cortar dinheiro da educação mesmo. O PT gastou muito dinheiro criando universidades e criando institutos federais. É um esperdício! Jogou dinheiro fora criando acesso à educação para o filho do trabalhador rural, da empregada doméstica”*.

Quanto à saúde, pensam da mesma forma: *“Para que ter um sistema de saúde que é o maior do mundo em transplante de órgãos? Para que ter um sistema público de saúde que faz mais de 90% das cirurgias cardíacas e faz tratamento de câncer, quimioterapia, radioterapia? Para que ter um sistema de saúde que paga mais de 95% dos medicamentos de alto custo? Para que ter um sistema de saúde que faz mais de 97% das hemodiálises? Vamos deixar os ricos garantirem sua saúde privada e subsidiá-la, como fazemos hoje, quando o povo brasileiro paga o tratamento de saúde de quem tem dinheiro e tem isenção total no Imposto de Renda”*.

Desde a década de 80, eu acompanho o Ministério da Saúde. É a primeira vez que vejo um Ministro sentar ali naquela Cadeira, Deputado Danilo Forte, não dizer que precisa de mais dinheiro para a saúde e, pelo contrário, dizer que tem que cortar o SUS, para caber no orçamento que a elite brasileira permite que seja usado com a população para custear a saúde. E mais: disse que vai criar plano acessível. Isso é retornar 20 anos na história da regulação da saúde suplementar neste País, quando se vendia ilusão. Quando o paciente precisava, ia descobrir nas letras



pequenas do contrato que não tinha aquela cobertura, e continuava a assistência custeada na assistência pública.

Nós não podemos permitir que se esqueça de que a saúde precisa de mais recursos. Não podemos permitir que os gastos sejam congelados. Com essa medida, querem tirar mais de 300 bilhões da saúde. Querem cortar recursos, sim!

Se considerássemos um período de 10 anos, de 2005 a 2015, e projetássemos essa medida, nós teríamos hoje 274,8 reais e não 490 reais. Como já foi lembrado também, em 10 anos, seria perdida a metade.

Chamo a atenção para outro ponto: se considerarmos que a inflação do setor da saúde é quase o dobro da inflação do IPCA, veremos que, a cada ano, reduziremos o orçamento da saúde em uma inflação anual. Isso é criminoso, porque vai destruir a capacidade do sistema de saúde.

E não estão esperando aprovar a PEC, não! Usando a blindagem da grande mídia, já estão tomando várias medidas, que eu quero aproveitar para denunciar aqui. Não estão renovando os contratos do Farmácia Popular. V.Exa., sabia disso, Sr. Presidente? Não estão mais renovando os contratos do Aqui Tem Farmácia Popular.

Já avisaram, por circular, ao Programa de Residência Médica que, no ano que vem, não vão pagar a bolsa de residência médica para os novos residentes. V.Exas. sabiam disso? Já houve uma circular do Governo golpista para os coordenadores avisando sobre isso. Esse é o presente deles para a corporação médica, que foi para a rua dizer *“Fora, Dilma!”* e financiar o golpe. O primeiro presente deles foi para a corporação médica. Suspenderam o repasse e, no ano que vem, não há dinheiro no orçamento para bolsa de residência.

Com relação ao Bolsa Família, já enviaram cartinhas comunicando o desligamento. Na semana passada, eu fui a um Município de 30 mil habitantes no interior da Bahia e 647 famílias já foram avisadas de que, no mês que vem, não haverá mais Bolsa Família para elas. Já estão tirando o dinheiro do pobre, sim. E querem tirar mais!

Este Governo golpista sem voto serve à elite. Vocês querem desmontar o estado de bem-estar social que se buscou construir neste País a partir da Constituição. Para vocês, o Estado serve para garantir os direitos da elite. Como



dizia Milton Santos, Presidente Danilo Forte, a elite brasileira não quer ter direito, quer, sim, ter privilégios, tirando os direitos da maioria da população. Eles querem tirar o dinheiro que garantia ao filho da trabalhadora doméstica estar na universidade pública hoje, para pagar mais juros e obter mais lucros. Isso é o que vocês vão fazer. Não adianta tergiversar, chegar aqui e ficar com aquele discursinho de ódio ao PT, acusando-o de corrupção. Ninguém vai comer isso, não. Todos estão sabendo a verdade. Toda a população brasileira é contra se retirar dinheiro da saúde, da educação e da assistência social, para pagar quem financiou o golpe. A população brasileira vai saber identificar isso e não vai aceitar que sejam retirados esses recursos.

Eu ouvi falar em déficit. Só para que não se esqueçam, ressalto que algo em torno de 70 bilhões do déficit deste ano foi causado pelos golpistas, para pagar a conta, inclusive aqui dentro. Nós não podemos nos esquecer disso, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Jorge Solla, pela sua bela exposição.

Para falar a favor da matéria, o próximo orador inscrito é o Deputado Rogério Marinho. Como S.Exa. não se faz presente, o próximo inscrito passa a ser o Deputado Mauro Pereira, a quem concedo a palavra, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, Deputado Danilo Forte, colegas Deputados aqui presentes, meu amigo Relator, Deputado Darcísio Perondi, sociedade brasileira, sem sombra de dúvidas, a PEC 241 é um assunto do qual devemos tratar com muito orgulho e com muita satisfação. Deus está nos dando essa oportunidade.

Por que eu digo isso? Eu sou de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, uma região onde a indústria metalmecânica é uma das mais fortes — pode-se dizer — do mundo. Nós temos as maiores indústrias do setor de transportes, como, por exemplo, a Randon, a Guerra, a Marcopolo, a Neobus, a Agrale S.A. e outras. Como Vereador, nós pudemos acompanhar o crescimento da Agrale S.A. e de outras empresas, assim como o crescimento do nosso País.

Na década de 90, nós tivemos uma inflação que chegou a 85%, o que causou uma crise enorme e um desabastecimento no nosso País. Depois veio o Plano Real, que foi implantado pelo nosso Presidente Itamar Franco, que tinha como seu



Ministro Fernando Henrique Cardoso. Em seguida, nós tivemos o nosso Presidente Fernando Henrique Cardoso, que foi quem deu sustentação ao País, com o Plano Real.

Depois veio a época do Governo Lula, que pegou o País saneado, depois da gestão dos Presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Foi aí que houve o crescimento econômico do Partido dos Trabalhadores, que tinha à sua frente os Ministros Guido Mantega e Antonio Palocci. Com esse crescimento econômico, veio a euforia, em especial durante o Governo do Presidente Lula, para a eleição da Presidenta Dilma.

Logo em seguida, para se reeleger, a Presidenta Dilma usou todos os artifícios que estavam ao seu alcance. A ex-Presidenta Dilma Rousseff reduziu os juros e aumentou o prazo de pagamento, para que o povo pudesse comprar bens duráveis. Os nossos empreendedores buscaram dinheiro em bancos, como o BNDES, para investir — e investiram muito. Indústrias foram construídas no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, em São Paulo, mais precisamente em Araraquara. Era um momento de euforia. A Presidenta Dilma ganhou a eleição.

Mas, em janeiro de 2015, o povo brasileiro começou a ver o golpe da ex-Presidenta Dilma Rousseff e de todos os partidos que aqui falaram e falaram, como, por exemplo, o PCdoB, a Rede e o PSOL. Aí veio a realidade, que foi muito dura.

A ex-Presidenta deu um desconto de 30% na conta de energia elétrica durante 2 anos, mas depois houve um aumento de 60% até 90%. Os juros dispararam e o crédito foi cortado. Para que a ex-Presidenta Dilma ganhasse as eleições, as empresas tiveram, durante 2 anos, uma bonificação no ICMS e no ISS. O INSS, que era pago pelo empreendedor por cada servidor, reduziu, mas, em janeiro, a realidade voltou, com um novo desconto de INSS para os nossos empreendedores. Aí vieram a crise e o desemprego, que hoje atinge 12 milhões de pessoas.

Em 2015, o povo se revoltou com esse pessoal do PT, do PCdoB, da Rede e de seus assemelhados e foi para as ruas. Esta Casa aqui fez justiça. A nossa Casa fez justiça votando o processo de *impeachment*. Foram 637 votos a favor da retirada da ex-Presidenta Dilma Rousseff. Em seguida, o Senado também cumpriu a sua



missão e retirou o Partido dos Trabalhadores e a Presidenta Dilma Rousseff do Governo.

Agora, o que sobrou? Sobrou a herança da Presidenta Dilma Rousseff. Pode-se dizer que sobrou a herança maldita do PT, a herança maldita que eles deixaram. Sobraram 12 milhões de desempregados e um Brasil endividado. Não há Ministérios que não devam alguma coisa para alguém — todos os Ministérios estão devendo.

O Governo Federal, o Governo da Presidenta Dilma Rousseff, nos últimos 2 anos, não pagou os juros e os dividendos aos bancos internacionais. Hoje o Governo Federal não tem crédito para ser avalista de Prefeituras como a de Porto Alegre, a de Caxias do Sul e a de Manaus, que têm financiamento internacional, mas que precisam ter o aval do Governo. Mas o Governo não tem poder para avalizar, não serve como avalista.

Na área da saúde — que foi tão falada pelos membros do PT que acabaram de dizer que o Governo iria tirar o dinheiro da saúde —, o Ministério da Saúde deve para os hospitais dos Municípios 3 bilhões de reais. Só para o serviço de oncologia de Caxias do Sul, para a Prefeitura, o Estado deve muito dinheiro! Deve para todo mundo, deve muito. São 170 bilhões de reais de déficit.

Eu pergunto: qual a moral do Brasil no mundo para os investidores? Qual a moral do Brasil, do nosso Governo, para os investidores internos? A moral é zero, é quase zero!

Vamos fazer uma reflexão: por que nós estamos assim? Porque, com esse déficit, o Governo Federal tem que pagar aos banqueiros juros cada vez mais altos, porque os banqueiros estão vendo que o Brasil, nos últimos anos, não economizou. Pelo contrário, gastou mais e vem gastando mais! E cada vez que um cidadão comum deve de forma irracional, ele usa o financiamento normal; em seguida, ele começa a usar o cheque especial, que tem juros mais altos, e depois tem que pegar dinheiro de agiota, quando a situação dele já chegou ao caos E o Brasil está nessa situação! Nós gastamos mais do que arrecadamos. Os banqueiros sabem disso e emprestam-nos dinheiro a juros altos por saberem que nós estamos numa situação delicada.

Se continuarmos com essa atitude, nós vamos ficar igual a um país vizinho que todo mundo conhece! Trata-se de um país que gastou demais e que, como o



preço do petróleo caiu, não está conseguindo manter as suas finanças e não tem crédito para comprar de fora. Eu estou falando da Venezuela, um país administrado por um Presidente relacionado e idêntico aos governantes que tínhamos aqui: o Lula e a Dilma.

Nós, Deputados e Deputadas de bem, queremos o melhor para nosso País! O que nós queremos é uma gestão séria, como a que está acontecendo agora no Governo Michel Temer.

O Ministério da Saúde, que tem à frente de sua gestão o Ministro Ricardo Barros, em 4 meses, economizou 1 bilhão de reais renegociando alugueis, renegociando contratos de DI, comprando medicamentos de uma forma correta, de uma forma honesta.

É isso o que o Presidente Michel Temer está fazendo por meio de sua equipe: cortando Cargos em Comissão — CCs. Essa gestão pega o que temos e o administra com qualidade, com respeito. Isso é o que o nosso Governo está fazendo, e todos os Ministros estão agindo dessa forma.

O que nós vamos fazer? Nós não vamos, em hipótese nenhuma, cortar direitos, cortar recursos para a saúde, cortar recursos para a educação. Pelo contrário, nós vamos dar sustentabilidade a essas áreas, a fim de que todos os serviços sejam bem-feitos. Como? Aplicando todo o dinheiro que nós temos de uma forma correta.

Ao mesmo tempo, temos que deixar uma coisa bem clara: baseado em todo o trabalho que já foi feito, ou que está sendo feito pela Operação Lava-Jato, pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Ministério Público Federal, pela Polícia Federal, pelo Procurador Deltan Dallagnol, do Ministério Público Federal, e pelo Juiz Sérgio Moro, o nosso Governo vai apoiar e continuará apoiando totalmente os órgãos públicos federais, as Forças Armadas, para que deem a segurança de que nosso povo precisa!

O combate à corrupção, Deputado Danilo Forte, sem sombra de dúvida, é o mais importante. O que estava sangrando os cofres públicos era a corrupção, e a corrupção tem dono, tem nome! Quem falou foi o Rodrigo Janot, quem falou foi o Deltan Dallagnol, que disse que, se não fosse o ex-Presidente Lula, não existiriam mensalão nem petrolão!



Quem também está exercendo um papel importantíssimo é o nosso Ministro Henrique Meirelles, que foi criticado aqui pelos petistas, pelos Deputados do PCdoB e por outros. Para eles, bom é o Guido Mantega, bom é o Antonio Palocci! Mas esses dois eram bons para o bolso deles e para o bolso do Partido dos Trabalhadores, e por isso os dois foram presos. O Guido Mantega não está preso porque se apoiou num caso de doença, mas os outros estão presos!

E nós vamos acabar com a corrupção. A Operação Lava-Jato vai acabar com a corrupção. Votaremos neste ano o PL 4850/16, que estabelece dez medidas contra a corrupção, o que vai fechar o cerco.

O nosso Governo, com a PEC 241 aprovada — nós que gostamos do nosso País vamos aprová-las! —, vai ter um conceito de País sério perante o mundo, perante os investidores, e esse conceito vai fazer com que os juros sejam reduzidos. Vamos ter mais linha de crédito para as pessoas e nós vamos, sim, dar emprego a esses 12 milhões de desempregados que o PT, o PCdoB, a Rede e o PSOL criaram. Vamos dar emprego a esses desempregados. A iniciativa privada vai dar emprego a essas pessoas que estão desempregadas. A nossa responsabilidade é grande, e nós queremos o melhor para o nosso País.

Com toda a sinceridade, o que aconteceu de melhor, para que nós, Deputados, votemos com tranquilidade é que a turma que dizia que era golpe, a turma que dizia que a PEC 241 era isso ou era aquilo, foi derrotada nas urnas em todo o País, perdeu em todo o País! O PT, o PCdoB e o PSOL receberam uma grande derrota! Foi triste ver aonde chegaram o Partido dos Trabalhadores e os assemelhados dele!

Isso ocorreu dessa maneira porque o nosso povo é inteligente. As pessoas que estão desempregadas sabem muito bem que quem as deixou sem emprego foi a Dilma Rousseff, foi o Lula, foi a equipe deles. E nós — com a responsabilidade que os nossos Deputados Federais têm — vamos, sim, colocar o Brasil nos trilhos! Vamos colocar com seriedade, tendo a coragem de votar projetos que vão ao encontro da população, e não ao encontro do bolso dos partidos que estavam governando, como acontecia antigamente.

Assim, viva o Juiz Sérgio Moro, que está passando o Brasil a limpo! E vivam os Deputados que adoram o nosso País.



Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBIN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Com a palavra o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu queria requerer acesso às notas taquigráficas, para que as pessoas que foram injusta e levianamente agredidas, fora do campo da crítica política, possam avaliar algum tipo de medida legal para restabelecer a sua honra, injusta e agressivamente atacada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Está concedido o acesso às notas taquigráficas e às gravações para as devidas providências da defesa, pois o maior patrimônio que uma pessoa pode ter é a sua dignidade.

V.Exa. solicitou questão de ordem, Deputada Angela Albino?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sim, Sr. Presidente, V.Exa. tinha mencionado que iriam falar os membros desta Comissão e, depois, os não membros. Eu estava inscrita e sou não membro. Saí desta sala e nesse meio tempo fui chamada.

Quero que V.Exa. retifique isso e que meu nome passe a constar da lista dos que poderão falar como não membro. Tinha sido esse o encaminhamento dado por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Isso ocorreu porque a Deputada Alice Portugal tinha substituído o nome dela pelo seu, mas V.Exa. já está reinscrita.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Para falar contra, a palavra seria concedida ao Deputado Enio Verri, que não está presente. A próxima inscrita é a Deputada Erika Kokay, minha conterrânea, sempre muito simpática.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Sr. Presidente, quero só um esclarecimento. Como V.Exa. está chamando os Líderes?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Quanto aos Líderes, depois do debate dos que são contrários e dos que são favoráveis, há dois requerimentos sobre a Mesa, e depois vamos abrir espaço para as Lideranças falarem.



O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Só depois vão falar, então. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Com a palavra Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, ao escutar o Deputado que me antecedeu, eu me lembrei de uma música de Cazuza que diz: “As suas ideias não correspondem aos fatos”.

E digo isso, Sr. Presidente, porque aqui foi feita toda uma loa à Operação Lava-Jato. Mas, vejam, o Ministro nomeado pelo Governo Sem Votos, Romero Jucá, teve que ser retirado do Ministério, porque o País inteiro conheceu um áudio no qual ele dizia que era preciso tirar Dilma Rousseff para estancar a Operação Lava-Jato.

Em seguida, nós tivemos o Ministro da AGU, que disse que estava sendo exonerado porque queria investigar e dar desdobramentos à Operação Lava-Jato.

Além disso, tentar circunscrever o processo de corrupção a pessoas e a partidos significa impedir que nós possamos combater a corrupção, uma vez que não combatemos as estruturas e os sistemas. Se nós formos analisar quem são os envolvidos na Operação Lava-Jato, nós vamos ver que o maior número é do PP. O PP, que está no Governo Sem Votos, é construtor do golpe que foi feito nos subterrâneos da democracia e da República. Em segundo lugar, vem o PMDB. Recentemente nós soubemos que o PSDB recebeu 10 milhões de reais para impedir uma investigação que acontecia no Congresso Nacional, na CPI da PETROBRAS.

Dessa forma, é preciso que nós tenhamos uma identidade, um compromisso com os fatos; que não estejamos movidos por um ódio ideológico dos que querem, a todo custo, impor um programa que foi quatro vezes derrotado nas urnas — quatro vezes derrotado nas urnas — e que está sendo imposto ao País, com muito sofrimento, por um Governo que chegou ao Palácio do Planalto sem um único voto.

É preciso, portanto, Sr. Presidente, que nós tenhamos compromisso com a verdade. E quando eu digo compromisso com a verdade, estou dizendo que é falso argumentar que o Governo Lula e o Governo Dilma são Governos que provocaram o desemprego.

Nós temos aqui um dado oficial, que já foi comentado aqui pelo Deputado Henrique Fontana: em 1995, tínhamos 8,4% — era o que representava o



desemprego; em 2003, 12,3%; em 2014, o percentual de 4,8%. Nós tivemos praticamente pleno emprego.

E aqui se diz que chegamos a 12 milhões de desempregados. Mas aqueles que argumentam utilizando esse dado deixam de falar que 3 milhões de pessoas ficaram desempregadas de dezembro para cá, quando se iniciaram o processo de *impeachment* e a profunda crise política na qual este País está mergulhado. Trata-se de 3 milhões de desempregados de dezembro de 2015 até hoje.

Mas, se nós formos analisar da eleição para cá, veremos que aqueles que foram derrotados pelas urnas não se conformaram e desenvolveram uma profunda crise política neste País, que culminou com o processo de um afastamento sem crime de responsabilidade, que tem uma tradução muito simples: trata-se de um golpe, houve um golpe.

Nós vamos considerar que houve 5,5 milhões de desempregados só do final da eleição para cá, quando se iniciou a crise política. Nós temos quase 1 milhão de desempregados apenas durante o Governo de Michel Temer, que foi colocado para o País como uma panaceia para resolver todos os nossos problemas.

Entretanto, se analisarmos uma média histórica do emprego durante o Governo Dilma e durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, nós verificaremos que houve um aumento do emprego neste País no Governo Dilma, comparado ao Governo de Fernando Henrique Cardoso, que se utilizou de estratégia semelhante à que nós estamos vendo neste momento.

Ali foi dito que era preciso fazer com que tivéssemos neste País um Estado mínimo, não para a elite. A elite nunca teve Estado mínimo neste País, tanto é que os empresários — está na *Folha de S.Paulo* do dia de hoje — estão articulados com o Presidente da República para fazer passar a PEC 241 nesta Casa e convencer o conjunto da população sobre as benesses dela.

Os empresários terão muitas benesses, sem nenhuma dúvida, porque, se são restringidos os gastos com a saúde, se são restringidos os gastos com as políticas públicas, obviamente se amplia a atuação da saúde privada, amplia-se a atuação da educação privada. Portanto, os empresários, sem nenhuma dúvida, estão aplaudindo essa PEC, e os rentistas também, tanto que o representante da FENABAN defendeu claramente o Governo, falando como se fosse porta-voz do



Governo golpista de Michel Temer. Ele dizia que essa PEC iria resolver todos os problemas do País, porque, obviamente, os problemas do País têm relação com os juros da dívida, com uma dívida interna, que está incólume nessa PEC. Não se mexe em uma dívida.

Aliás, a proposta de lei orçamentária para o próximo ano reajusta as políticas públicas em 7,2% e reajusta os serviços da dívida em quase 70%. Dessa forma, não me digam que há Estado mínimo para a elite. Os rentistas não têm Estado mínimo. Os empresários não têm Estado mínimo. Quem tem Estado mínimo é o povo, que precisa de Estado — precisa de Estado.

Dizer aqui que há vários países nos quais há limite de gastos é tergiversar e colidir com a verdade, porque existem vários países que têm limites de gastos, sem dúvida nenhuma, mas de todos os países que nós investigamos, não existe nenhum país que não tenha aumento real das despesas primárias, com exceção do Japão. E sabem por que com exceção do Japão? Porque o Japão não tem crescimento populacional, porque o Japão já tem políticas públicas necessárias e suficientes para assegurar a cidadania e a dignidade a seu povo.

Assim, com exceção do Japão, todos os países que têm limites de gastos têm crescimento das despesas com políticas públicas. E digo: nós estamos falando de um congelamento, e é congelamento sim. Dizer que não vai ter congelamento da saúde, dizer que no ano que vem nós vamos ter 15% da receita corrente líquida para a saúde, isso nós já temos este ano. Nós já temos este ano 15% da receita corrente líquida destinada à saúde.

No ano que vem, quando for feita uma excepcionalização... A saúde e a educação, pela proposta do Relator, não estarão no próximo ano. E, como lembrou bem o Deputado Alessandro Molon, isso não é à toa, uma vez que o próximo ano é um ano pré-eleitoral — isso foi feito para que o povo não conheça o conteúdo desta PEC. Por isso o Governo tem tanta pressa.

O Governo tem pressa de aprovar a PEC do desmonte, tem pressa de aprovar a sentença de morte das políticas sociais, porque sabe que o povo se indignará de forma muito profunda ao conhecer o conteúdo dessa PEC.

O Governo tem pressa também porque sabe que a sua base foi construída com acordos pontuais, uma capitania hereditária pós-moderna que indica pessoas



para um Ministério medíocre, indica pessoas, a partir de pactos feitos nas sombras, para ocupar os Ministérios, fatiando e loteando o poder, posto que este Governo não tem um programa discutido e aprovado pelo povo, visto que este Governo não tem votos.

Nós estamos vivenciando um congelamento dos gastos com saúde e educação. Depois se diz: “*Não, mas nós podemos aumentar, acima da inflação, as despesas da saúde e da educação*”. E nós vamos dizer que, se isso acontecer, vão ter que tirar de outras políticas públicas, porque o teto estabelecido é o teto para todas as despesas primárias, seja de pessoal, seja de custeio — as despesas de natureza continuada —, sejam as despesas de investimento.

Se vai haver um reajuste acima da inflação para a saúde e para a educação, de onde se vai tirar, da segurança? Vai se tirar das políticas sociais? Vai se tirar de onde? Vai ter que se tirar de algum lugar, tanto que o Relator, que já foi um grande defensor de mais recursos para a saúde, que lutou ardorosamente e transformou esse ardor em um histrionismo áulico em defesa do próprio Governo para que nós combatêssemos o subfinanciamento da saúde, inovou dizendo que, mesmo que haja aumento de arrecadação, não é possível a edição de créditos que ampliem a dotação.

Suponham que haja um aumento de arrecadação no País. Dificilmente o teremos, porque não há políticas para isso — não há uma política de desenvolvimento industrial, não há uma política de desenvolvimento social. O que temos é ajuste fiscal sendo pago pelo povo pobre desta Nação. Mas, supondo que haja um aumento de arrecadação, não será possível contemplar as políticas públicas e fazer um crédito para aumentar o número de políticas públicas, só se se retirar de outro lugar. É isso, é literal!

Não vamos esconder o que está aqui, não vamos esconder que, se essa regra estivesse em vigor a partir de 2003, nós teríamos tido uma perda de 42,1% dos recursos para a saúde. Nós estimamos e os estudiosos estimam que teremos uma perda de 654 bilhões a 1 trilhão de reais na saúde, porque nós vamos ter em 20 anos o crescimento da população, nós vamos ter uma mudança do perfil da população, uma vez que ela envelhecerá.



Nós temos uma perspectiva de, em 2035, haver 15,5% de idosos na população total, e, nesse contexto, nós não teremos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Espere, por favor, Deputada.

Srs. Deputados, por favor, a Deputada Erika Kokay está falando. A explanação dela é importante, com muitos elementos, e vocês estão fazendo barulho.

Obrigado.

Pode voltar a falar, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Apenas solicito a V.Exa. que reponha o meu tempo, Sr. Presidente.

Dessa forma, vejam que, nesse contexto, nós não vamos ter recursos para enfrentar as doenças crônico-degenerativas, a presença de cânceres, a presença de distúrbios cardiocerebrovasculares ou de outros transtornos cognitivos, que naturalmente têm a sua incidência aumentada durante o período da terceira idade. Nós não vamos ter isso. Nós não vamos ter educação. Esse povo precisa de creche. Esse povo precisa de escola. Esse povo precisa de saúde, precisa de Estado para fazer os lutos das casas-grandes e das senzalas.

Sr. Presidente, nós tivemos o Governo Vargas, que tinha um programa de desenvolvimento para o País. Nós tivemos o Governo Juscelino Kubitschek, em grande medida incompreendido, que tinha um plano de desenvolvimento para o País. Nós tivemos o Governo Lula, que dizia que o País era grande e que teria de ser colocado de pé; dizia que o País poderia gerar o seu próprio desenvolvimento e poderia ter relações horizontais, do ponto de vista das suas construções e acordos internacionais. Isso está sendo rasgado, porque essa PEC é uma PEC para aumentar as desigualdades sociais. Esta PEC é a PEC dos empresários e é a PEC dos banqueiros.

Por isso, em nome deste País, em nome deste povo brasileiro resiliente, resistente, que enfrentou quase 400 anos de escravidão, nós temos que dizer “não” a uma PEC que congela os gastos com saúde, com educação e com políticas públicas. Nós temos que dizer não a uma PEC que deixa o Estado alquebrado, rastejante e subalternizado pelos interesses dos grandes grupos econômicos.



Por fim, Sr. Presidente, eu apenas argumentaria: por que não fazer uma reforma tributária? O patrimônio neste País é taxado em 4%, 5%; na Coreia do Sul, em 15%, e nos Estados Unidos, por volta disso. Aqui não se taxa o patrimônio. Está se taxando o povo, impedindo que ele tenha saúde, educação e políticas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputada Erika Kokay.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Eu vou conceder a palavra, primeiro, ao último orador inscrito para o debate. Trata-se do último orador inscrito para o debate.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Solicito, então, que eu fale depois do quinto orador. Era prerrogativa regimental, mas eu vou respeitar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Mas combinamos no início que, primeiramente, haveria o debate.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sendo assim, eu peço a palavra logo após o quinto orador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - O décimo orador, o quinto a favor, é o Deputado Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Por gentileza, permita-me, Sr. Presidente, um esclarecimento. V.Exa. disse que eu seria o último a me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Fiz isso porque há dois requerimentos sobre a mesa: um pedido de encerramento de discussão após a fala do décimo orador e um pedido de encerramento de votação nominal, do Deputado Patrus Ananias.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu quero falar antes da votação dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Tem a palavra o Deputado Altineu Côrtes, por favor, por até 15 minutos.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Presidente, eu não vou usar os 15 minutos, porque quero que votemos essa matéria importante para o Brasil.

Sr. Presidente, nós precisamos restabelecer a verdade devido às colocações que são feitas. Eu respeito muito todos os oradores que me antecederam, não há nenhuma questão pessoal aqui, mas muitas vezes se repetem situações que não correspondem à verdade, para que virem verdade.

Precisamos botar a mão na consciência e ver o que está acontecendo com o Brasil hoje. A discussão de anos passados, de governos passados, isso é outra situação. Eu quero saber de hoje.

Nós temos um País em grande dificuldade. O que o Governo deseja, como foi dito anteriormente, não é proteger os ricos, mas, pelo contrário, é proteger a população brasileira. A população brasileira não pode mais ter Governo com irresponsabilidade.

Hoje as contas públicas estão descontroladas. Nós estamos tratando aqui de controlar as contas do Governo. Não existe congelamento, nem eu votaria aqui se houvesse congelamento de despesas. Não existe corte em despesas da educação, muito menos corte em despesas da saúde. O que existe é o desejo de ter um Governo com limite de gastos estabelecido.

Sr. Presidente, qualquer família brasileira, qualquer empresa brasileira ou mundial tem que ter limites. O que acontece é que o Governo até hoje, o Governo passado, vem andando sem limite. A dívida pública disparou e isso, sim, é governar para os ricos, porque governa para os banqueiros que querem, sim, receber juros altos, e que quem paga é o povo brasileiro. Como baixar os juros? Baixam-se os juros tendo limite, despesas controladas, recuperando credibilidade. Nesse caso, sim, nós vamos colocar a casa em ordem. É isso o que o Governo do Presidente Temer quer.

Seria muito bom não estarmos tratando de nada disso aqui, sem preocupação com limite de gasto, qualquer que fosse. Vamos gastar! Vamos gastar! Vá ao banco e pegue o dinheiro. Quem paga a conta?

Como é que está acontecendo hoje? Há mais de 4 trilhões e 200 bilhões de reais de dívida, dívida que explodiu a despesa num momento em que a arrecadação



estava lá embaixo. Quem paga essa conta? Nós vamos ficar quietos, não fazer nada? Que proposta é essa?

Discursos para a plateia, discursos políticos, neste momento não cabem — cabe responsabilidade. Nós temos uma crise fiscal sem precedentes. Precisamos de responsabilidade.

Quero deixar claro aqui que não existe corte em despesas da educação, não existe corte em despesas da saúde. Pelo contrário, o piso da saúde é muito além do que está estabelecido hoje na Constituição Federal. O esforço do Governo é para controlar o orçamento, para termos a casa em ordem.

Por isso, Sr. Presidente, eu apoio esta PEC. Eu não vou entrar aqui com exemplos, porque eu não quero tomar tempo, uma vez que precisamos votar essa matéria. Mas, Sr. Presidente, eu poderia citar exemplos em relação aos gastos públicos e ao que o povo brasileiro sofreu. Vou citar dois exemplos: aumenta-se a dívida, arruma-se dinheiro e o povo paga a conta. Sr. Presidente, de 2003 a 2015 foram criadas 41 empresas estatais com prejuízos bilionários ou milionários, como, por exemplo, a Petroquímica do Suape, que teve 3 bilhões de reais de prejuízo; a PETROBRAS Biocombustíveis, com 2,1 bilhões de reais de prejuízo; a PETROBRAS Angola, com 536 milhões de reais de prejuízo; a HEMOBRÁS, com 267 milhões de reais de prejuízo sem produzir nada; a PETROBRAS Tanzânia, com 167 milhões de reais de prejuízo!

Eu poderia citar muitos outros exemplos de um trabalho espetacular que foi feito pelo nosso Relator, o Deputado Perondi. Poderia citar casos famosos, como o da minha cidade, na nossa região de Itaboraí, na qual o povo está sofrendo com a corrupção que foi estabelecida na PETROBRAS. O COMPERJ lá está parado, há milhares de desempregados na nossa região. Poderia tratar, por exemplo, das refinarias de Premium I e Premium II no Maranhão, Sr. Presidente. O povo do Maranhão é um povo sofrido — foram gastos 2 bilhões e 800 milhões de reais num projeto que não saiu do papel!

Há má gestão no BNDES, Sr. Presidente. Por exemplo, podemos citar aqui a “bolsa-empresário”. E pega dinheiro, e gasta dinheiro, e aumenta despesa, não controla nada, não! É isso o que eles querem? É assim que têm que continuar?



No caso da “bolsa-empresário”, Sr. Presidente, V.Exa. imagina que o Governo colocava dinheiro do BNDES, que era formado de títulos públicos, que custam ao Governo; pegava o recurso pela taxa SELIC e emprestava o dinheiro do BNDES cobrando pela TJLP. O custo disso, Sr. Presidente, era de 323 bilhões de reais — 123 bilhões de reais ocorridos entre 2008 e 2015 e mais de 200 bilhões de reais que o povo brasileiro vai pagar até 2060.

Assim, Sr. Presidente, esta PEC é a PEC da responsabilidade, foi feita para defender o povo brasileiro sem tirar um centavo da saúde, mas, ao contrário, aumentando os recursos da saúde, e sem tirar um centavo da educação.

Vamos colocar a casa em ordem. Vamos falar a verdade à população brasileira, e não inventar as inverdades, inventar as mentiras e, depois, repetir as mentiras para o povo acreditar no discurso político fácil. Não é disso que o Brasil precisa. O Brasil precisa de responsabilidade. E é isso que o Governo Temer está propondo ao povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Peço a palavra pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Aguarde só um minuto.

Eu preciso dar uma informação. Falaram 5 Deputados contra — Alessandro Molon, Luciana Santos, Henrique Fontana, Jorge Solla e Erika Kokay — e falaram 5 Deputados a favor — Silvio Torres, Eduardo Cury, Thiago Peixoto, Mauro Pereira e Altineu Côrtes.

Eu tenho dois requerimentos sobre a mesa. Um requerimento é de autoria do Deputado José Carlos Aleluia, que solicita o encerramento da discussão após o décimo orador, o que é regimental, e o requerimento do Deputado Patrus Ananias, solicitando que essa votação seja nominal.

Então, para poder dar sequência, o requerimento do Deputado Patrus Ananias tem que ser votado antes do requerimento do Deputado José Carlos Aleluia.

O Deputado Marcus Pestana, Líder do PSDB, quer falar como Líder.



V.Exa. dispõe de 8 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como economista, Deputado, ex-Secretário de Saúde, ex-Secretário de Planejamento e Orçamento de Minas, como brasileiro, eu gostaria de fazer uma intervenção serena, obviamente com a leitura política, mas, substantivamente, com uma leitura técnica do texto e da estratégia proposta nesta emenda constitucional.

Eu queria sair do clima de Atlético-Cruzeiro, ou Fla-Flu, até porque é contraditório: eu não votei em Temer, o PT votou. Eu tinha outro candidato na eleição. Não é por ser a favor ou contra o Governo Temer, por ter apoiado ou não o Governo Temer e Dilma, não é por isso que me movo.

Fala-se aqui sobre o Ministro Meirelles. Quem ergueu uma estátua do Ministro Meirelles como sendo o último gênio da raça foi o Presidente Lula. Eu acho o Ministro Meirelles um grande economista e um grande gestor de finanças. Ele é experiente, tem experiência internacional, tanto que Lula quis substituir Mantega, aconselhou a Presidente Dilma a fazê-lo e ficou irritado por ela não ter seguido.

Mas a bancada do PT prefere ficar nesse *keynesianismo* bastardo do manual de Arno Augustin, que é o pai da contabilidade criativa, das pedaladas e da desorganização fiscal brasileira.

Todo receituário, toda estratégia tem de partir de um... (Pausa.)

Eu peço, por favor, que restituam o meu tempo e peço ao assessor aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Assessor, por favor, o senhor que está conversando com o Deputado Altineu Côrtes está atrapalhando. Obrigado.

Continue, Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Toda terapêutica, todo receituário, toda estratégia tem de partir de um diagnóstico sólido, e nós temos que falar as coisas como elas são.

A situação fiscal brasileira está perto de uma tragédia. Nós temos uma realidade, na verdade, e estamos brincando com fogo. Nós estamos à beira do abismo, ou, como dizia Ulysses, estamos fazendo piquenique à beira de um vulcão.

Há dois sintomas da saúde fiscal de um País, e nós não estamos inventando a roda. A primeira sugestão do Brasil contemporâneo de um limite para gastos foi do Ministro Palocci, e outra Ministra disse que era uma ideia rudimentar. Deu no que



deu. Também em outros países, como já foi dito aqui pelo Deputado Thiago e outros que já argumentaram a esmo, essa estratégia de ajuste não é uma reinvenção da roda.

Mas existem dois termômetros da saúde fiscal de um país: déficit e dívida. O nosso déficit, repetido de 2015 e 2006, será e foi 10% do PIB. Para o leigo, isso não diz muito. Vamos pegar um parâmetro de comparação. Os países na zona do euro, no Tratado de Maastricht, fixaram 3% do PIB como limite máximo aceitável, a partir do qual os países sofreriam sanções, penalizações. A Grécia, a Itália e outros países não cumpriram, e deu no que deu: na crise europeia. Nós temos um risco real de insolvência fiscal.

Por outro lado, a dívida aponta no caminho de 100% do PIB. As pessoas dizem assim: *“Ah, mas no Japão é de 215%; na Itália, de 120%; nos Estados Unidos, de 180%”*. Mas o prazo de financiamento da dívida é muito mais longo, e a taxa de juros é muito mais baixa. O nosso custo de carregamento é o maior do mundo. Nós temos a maior taxa de juros reais do mundo. Esse é o preço que o mercado cobra para nos financiar.

Qualquer dona de casa e qualquer trabalhador, apesar da linguagem árida dos economistas, das pessoas desse *métier* — essa linguagem muitas vezes fica fechada no seu próprio universo —, sabem que não podem gastar indefinidamente mais do que têm. Só há uma receita para tapar o buraco: vender o patrimônio para tapar o buraco, até o momento em que só há o endividamento como saída, e a dívida vai ficando cada vez mais cara, mais insustentável, uma bola de neve.

Eu queria me dirigir aos pobres deste País, por conta dessa falácia. Se não for feito o ajuste fiscal, de forma contundente e profunda, quem vai pagar o preço são os pobres, por meio da ampliação do desemprego, do aumento da inflação e da falência das políticas públicas. É um dilema tipo salário baixo *versus* desemprego. Às vezes, os trabalhadores ficam insatisfeitos e têm de lutar por melhores salários, mas o pior de todos é o salário zero, é o desemprego. O Brasil está nesta situação: um benefício sustentável e, às vezes, baixo é muito melhor do que benefício nenhum. E isso é o que a Previdência pode nos reservar a médio e longo prazo.

Queria me dirigir aos jovens. Já foi dito aqui: nós estamos produzindo um pacto geracional perverso, uma dívida em bola de neve impagável e uma



Previdência insustentável. A irresponsabilidade fiscal presente será o abismo do futuro, do amanhã, para as novas gerações. Isso é irresponsabilidade. Foi dito aqui, ninguém nos autorizou. Pensem nos nossos filhos, nos nossos netos. Nós estamos aprofundando a herança maldita que recebemos.

Não há teto setorial. Na PEC, os artigos são até separados. Os arts. 101, 102, 103 e 104 cuidam de teto de gastos, e o piso da saúde e da educação está tratado nos arts. 105 e 106. Então, uma coisa é piso, outra coisa é teto. Não há teto setorial, isso é uma armadilha retórica que as oposições estão tentando criar.

O Presidente da República, Michel Temer, vai governar sob essa regra por 2 anos. O futuro Presidente da República, se quiser gastar 40% em saúde e 30% em educação, é só fechar Ministérios, fechar outras políticas, ter senso de priorização, equacionar a Previdência, fazer uma baixa de juros consistente. Então, não há teto setorial, isso é uma mentira, é uma cascata, é um esforço retórico para criar o ambiente de rejeição à PEC, que é inevitável e necessária.

Juros? É uma abordagem ingênuas, como se fosse uma maldade do Banco Central. Esse é o custo que o mercado, os financiadores... O pior é quando eles não quiserem financiar a dívida, e nós cairmos num *default*. A prioridade é a retomada do crescimento, é a quebra do círculo vicioso de déficit que ocasiona alta de juros, recessão, desemprego. Nós precisamos do círculo virtuoso. O que vai permitir a baixa dos juros e a volta do desenvolvimento é o fim do déficit fiscal.

O Brasil precisa mudar, o Brasil vai mudar! Houve um pronunciamento claro da população no domingo, fortalecendo a legitimidade do *impeachment*, a necessidade do ajuste fiscal e o fim da corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado.

Vamos superar essa primeira etapa, votando esses dois requerimentos.

Vamos começar pelo requerimento do Deputado Patrus Ananias, que requer que o encerramento da discussão seja pelo processo nominal.

Esse requerimento foi apresentado pelo Deputado Patrus Ananias, que tem 5 minutos para defender o seu requerimento.

Para a contradita, terá a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Quero subscrever o requerimento, por favor.



O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - Na verdade, o requerimento, Sr. Presidente, se insere numa linha que nós estamos peleando, como dizem os irmãos gaúchos, nesta Comissão. É no sentido de que possamos discutir com mais tempo e com mais profundidade uma PEC que tem reflexos profundos no presente e no futuro do nosso País.

Hoje, no início do dia, eu li algumas passagens de uma matéria jornalística. Não recebi nenhum questionamento. É uma matéria que foi publicada hoje no jornal *Folha de S.Paulo*, dos jornalistas Valdo Cruz e Paulo Gama.

Diz textualmente:

Em busca de apoio para a sua proposta de teto para os gastos públicos, o presidente Michel Temer acertou com empresários um plano para pressionar o Congresso a aprovar a medida e determinou que o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, vá à televisão defender o projeto.

No sábado (1º), véspera do primeiro turno da eleição municipal, Temer reuniu-se com empresários em São Paulo e foi informado de que entidades do setor privado publicarão um anúncio nos jornais nos próximos dias defendendo a aprovação do teto de gastos”.

(...)

A primeira versão do anúncio elaborado pelos empresários, apresentada a Temer, recebeu o título de “Teto de gastos é remédio indispensável”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Espere só 1 minuto, Deputado Patrus Ananias.

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - É que fazia muito tempo que o Deputado Gilberto Nascimento não se encontrava com o Deputado Mauro Pereira. S.Exas. estão aqui num diálogo muito fraternal. Eu pediria a S.Exas. que respeitem a palavra do orador, o Deputado Patrus Ananias.

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - Muito obrigado, Sr. Presidente.



Eu retomo a leitura, então.

A primeira versão do anúncio elaborado pelos empresários, apresentada a Temer, recebeu o título de “Teto de gastos é remédio indispensável” e terá a assinatura de entidades de representação empresarial, entre elas as federações das indústrias de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Além do anúncio, empresários também prometem entrar em contato diretamente com deputados...

Repto, Sr. Presidente:

“Além do anúncio, empresários também prometem entrar em contato diretamente com deputados para pedir apoio à proposta de emenda constitucional que cria o teto dos gastos públicos federais.

Então, Sr. Presidente, nós estamos discutindo aqui uma PEC que tem implicações profundas para o País, implicações constitucionais, jurídicas, implicações sobre as políticas públicas sociais, sobre a rede de proteção social, a proteção dos pobres, das trabalhadoras e dos trabalhadores de baixa renda, que nós montamos no Brasil nos últimos anos. Essa PEC causará impactos sobre a própria soberania brasileira. Terão reflexos dessa PEC a defesa e a segurança nacional, a segurança do povo brasileiro, porque vai congelar pesquisas, vai congelar o desenvolvimento científico e tecnológico, colocando-nos numa posição subalterna no concerto das nações.

Por isso, Sr. Presidente, para preservarmos o mínimo de transparência aqui no nosso processo, nesta Comissão, para preservarmos também o mínimo de respeito nas relações entre os Deputados, agora tão comprometidas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Eu pediria silêncio a essa senhora, a essa assessora aí.

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - É, essa aí realmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - Obrigado.



Para que possamos preservar, Sr. Presidente, as relações perigosamente ameaçadas com essas denúncias de participação direta de empresários aqui nas nossas votações, eu considero fundamental, então, que a votação seja nominal, bem como para que não haja superposição de votos e para que nós possamos manter o caráter democrático aqui da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Patrus Ananias.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - A CUT nunca fez isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia, para contraditar, por 5 minutos.

V.Exa. vai usar o tempo de Liderança?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Não, agora não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Então, V.Exa. tem a palavra por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, meu querido amigo Deputado Patrus Ananias, V.Exa. fez um discurso no qual renega a utilidade do empreendedorismo no Brasil. V.Exa., com a visão de alguns oradores comunistas — e esse não é o caso de V.Exa. —, tenta trazer aqui a ideia de que empresário é ruim para o Brasil, de que empresário não gera emprego para o Brasil.

Houve orador do Partido Comunista que chegou a dizer aqui que a solução para gerar emprego no Brasil é aumentar a despesa pública, para aumentar o número de servidores públicos.

Deputado Patrus, V.Exa. não mentiu em nada, tudo o que V.Exa. falou é verdade. Interessa, sim, aos empreendedores brasileiros, para gerar emprego e crescer, que essa PEC seja aprovada. Essa emenda constitucional é o mais importante programa social a ser aprovado no Brasil.

Pasmem aqueles que dizem que defendem os mais pobres: de acordo com os dados do desemprego de 2014, no decil mais alto, entre os mais ricos, o desemprego é de 1,9%; entre os mais pobres, o desemprego é de 21%. Portanto, a crise econômica atinge perversamente os mais pobres. Não são os mais ricos que



estão se prejudicando com a crise. Os mais ricos compram títulos do Governo — compram hoje, como compravam durante os 13 anos do PT, pagando juros cada dia maiores.

Pergunto a V.Exas.: como está, está bom? O Brasil vai bem? Nós devemos seguir a trajetória que nos coloca na frente de um abismo? Não! Eu tenho certeza de que um homem de formação cristã, como o Deputado Patrus Ananias, que eu prezo tanto, sabe que o caminho que estamos trilhando é o caminho do precipício.

Baixar os gastos significa controlar a dívida; controlar a dívida significa reduzir os juros; reduzir os juros significa permitir o aumento do emprego. No Brasil não há mais limite para aumentar impostos!

Sobre a quantidade de impostos que o Brasil paga, a cada 100 reais que os brasileiros produzem, 42 reais vão para ser gastos no Governo, e todo mundo sabe que o Governo não produz. Quem tem que pagar o salário de todo mundo são os trabalhadores. A grande maioria dos trabalhadores são os empreendedores. Não há trabalhadores sem empreendedores pequenos, médios e grandes.

Hoje, quando estava fazendo meu *cooper* pela manhã, eu recebi uma ligação do Presidente da PETROBRAS. Ele está em Nova Iorque, tentando recuperar a imagem da empresa, e está agradecendo ao Congresso Nacional por ter aprovado ontem a lei do pré-sal.

Nós precisamos aprovar isto urgentemente, Sr. Presidente. Por isso sou contra esse requerimento. No caminho em que vamos, nós podemos aprovar às 10 horas da noite. Eu quero dizer a minha mulher que não estou indo para casa hoje, que fico aqui, porque o Brasil precisa disso urgentemente. Nós não estamos tratando de algo que não é urgente, nós estamos tratando de algo que é urgente!

E tem mais: eu vi um Deputado comunista dizer que essa PEC é do Presidente Temer. Não é! O Presidente da República não aprova emenda constitucional. Essa emenda constitucional será aprovada pela maioria do Congresso Nacional. Eu tive votos, e os meus eleitores sabem o que eu penso, e eles sabem que eu penso diferente daqueles Deputados.

Aliás, Deputado Pestana, nestas eleições, os eleitores, desesperados com o desemprego, decepcionados com os 13 anos do Partido dos Trabalhadores, numa



linguagem popular, passaram o trator por cima da proposta que se diz vencedora das eleições.

“Não”! Vamos votar hoje! Eu tenho absoluta certeza de que os brasileiros todos, sobretudo os mais pobres, serão beneficiados com isso.

Portanto, “não”, “não” e “não”!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado José Carlos Aleluia.

Vamos à votação.

Aqueles que aprovam o requerimento do Deputado Patrus Ananias permaneçam como se acham. Os que o rejeitam levantem o braço. (Pausa.)

Querem orientar? (Pausa.)

Para orientar, como vota o PMDB?

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, o PMDB, pela agilidade e pelo bem do nosso País, vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota o PT? (Pausa.)

Deputado Henrique Fontana, Deputado Patrus Ananias e Deputada Erika Kokay, como vota o PT? (Pausa.)

Ninguém quer orientar pelo PT? (Pausa.)

Como vota o PSDB? (Pausa.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Para orientar pelo PT, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - Espere só um minutinho, Sr. Presidente. Tenha um pouquinho de paciência com um gesto cavalheiresco aqui: eu passei a palavra para a Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Deputada Erika Kokay, como vota o PT?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Ainda vamos ter oportunidade de fazer uma discussão nesta Casa sobre isso. Não é somente a questão de os recursos serem congelados, é que vai haver uma involução dos gastos — uma involução! —, porque, se as pessoas se aposentam e o Estado continua gastando com elas, e ele tem um limite para o seu próprio gasto, então esse posto não será substituído.

Assim, vai haver uma involução.



Nós precisamos fazer a votação nominal, para que a sociedade brasileira saiba quem quer acabar com essa discussão, quem quer esconder da população brasileira quais são os elementos contidos nessa PEC — quais são os elementos! — ,que devem ser discutidos, que vão envolver a vida das pessoas.

Por isso, nós queremos a votação nominal, para que cada Parlamentar possa aqui dizer, de forma clara, que não quer mais discussão sobre isso, porque quer esconder os elementos cruéis de destruição do País e de destruição da população de baixa renda desta Nação, que é o que essa PEC carrega no seu bojo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputada Erika Kokay.

Como vota o PSDB?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Por isso, votamos “sim”, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu tenho uma profunda admiração pelo Deputado Patrus Ananias, que foi o Prefeito da nossa capital e é um dos petistas que mantêm a coerência com o PT da década de 80, como também o ex-Governador Olívio Dutra, que fez um diagnóstico muito profundo sobre a crise do PT e a resposta de domingo.

Eu já expliquei aqui, de forma ampla, o nosso ponto de vista, o do PSDB, que fechou questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não é uma questão de transparência ou não transparência, é de agilidade. Portanto, votamos “não”. S.Exa. deveria, como católico que é, procurar comunhão entre empresários e trabalhadores.

Se a CUT faz, as entidades empresarias...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Pestana.

Alguém mais deseja encaminhar? (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luciana Santos, do PCdoB.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O PDT!

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - O PSB quer encaminhar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Concedo a palavra à Deputada Luciana Santos, do PCdoB, por 1 minuto.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Eu quero encaminhar corroborando as palavras do nosso querido Patrus Ananias, que aqui, desde o início, revelou bem o significado dessa Proposta de Emenda à Constituição nº 241.

Essa PEC tem um efeito avassalador na vida do povo brasileiro. Com ela, nós vamos vivenciar um retrocesso civilizacional no Brasil, porque nós vamos rasgar a Constituição, que garante limites mínimos de investimentos naquilo que é um direito básico, direito fundamental de qualquer brasileiro e brasileira: saúde e educação. E mesmo com esses limites mínimos que têm que ser praticados pela União, que têm que ser praticados pelos Estados e pelos Municípios, os investimentos ainda são insuficientes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota, Deputada Luciana Santos?

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Então, eu acompanho a posição do Deputado Patrus Ananias, que é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado.

Como vota o PDT, Deputado Pompeo de Mattos?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, na verdade, o PDT tem uma contribuição muito importante, através do Deputado André Figueiredo. É no sentido de que se o Governo quer amarrar os gastos com saúde, quer congelar os gastos com educação, quer congelar os gastos com segurança social, com assistência social, ele tem o direito de propor o seu projeto, mas que o faça no seu Governo. O problema é que está propondo esse projeto para 20 anos.

Então, esta é a PEC não da maldade, eu não diria assim, mas da maldição, porque seus efeitos vão ficar aí para a próxima geração. É por isso que o PDT se posiciona muito claramente contra esse PEC.

Consequentemente, queremos votá-la nominalmente, voto a voto, para que o cidadão, a população acompanhe a posição de cada Parlamentar nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Pompeo.

Como vota o PP?



O SR. DEPUTADO HIRAN GONÇALVES - Sr. Presidente, ontem nós nos reunimos, a Executiva Nacional do PP. Nós estamos absolutamente convencidos de que a PEC é uma redenção da economia e das contas públicas do País e um caminho para o crescimento do Brasil nos próximos anos.

Nós votamos “não” e fechamos questão na nossa reunião da Executiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Hiran Gonçalves.

Como vota o PSD, Deputado Rosso?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO ROSSO - Sr. Presidente, de acordo com o apontamento dos nossos Deputados titulares...

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - V.Exa. pulou o PR, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Não, eu perguntei quem queria se pronunciar.

Alguns Deputados levantaram os braços.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO ROSSO - Deputado Milton Monti, pode falar pelo PR.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Vamos agilizar. O PR vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Rosso.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO ROSSO - De acordo com o apontamento do Deputado Victor Mendes e do nosso Deputado Thiago Peixoto e por entender a mais absoluta urgência para que nós possamos tirar o Brasil dessa enorme crise, nós votamos “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Danilo Cabral, do PSB.

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - O PSB vota “sim”, Sr. Presidente, entendendo que é importante que a população brasileira acompanhe como cada Parlamentar está se manifestando nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Alguém mais deseja encaminhar? (Pausa.)

Tem a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia, do DEM.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - O DEM vai votar “não”. O DEM vai votar a favor do emprego. O DEM enxerga o Brasil em 1929. Todo mundo fala do mundo na crise de 1929. Entre 1929 e 1933, a economia caiu 5%. Entre 2015 e 2016, ela caiu 7%. Ninguém aguenta mais isso! Quem está na rua, quem votou nos nossos candidatos, quem elegeu a maioria dos Deputados que estão aqui contra a PEC é porque quer que o Brasil saia da crise.

Portanto, o voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado.

Como vota o PV, Deputado Cleber Verde? (Pausa.)

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - O PRB, Sr. Presidente. (*Manifestação na plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - O quê?

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Sou do PRB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Desculpe-me. Como é verde, eu falei “Partido Verde”.

Como vota o PRB?

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Eu estou aqui com o Deputado Bulhões, e o PRB está convencido da importância... (*Manifestação na plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Por favor, façam silêncio.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - O PRB está convencido da importância dessa PEC. Podem até apelidá-la de “PEC da maldade”, de “PEC da maldição”, mas o PRB entende que é uma PEC necessária.

Portanto, o PRB indica o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado.

Como vota a Rede, Deputado Molon?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, foi dito há pouco por um colega que quando se fala sobre saúde e educação se fala em piso e não em teto. É verdade. Fala-se sobre o piso constitucional, que não será cumprido. É disso que trata o art. 105. Ele diz basicamente o seguinte: “*Sabe o piso da saúde? Não precisa mais ser cumprido*”. É isso que está escrito lá. “*Sabe o piso da educação? Ele não será cumprido*”. Então, é fato que a PEC trata de piso, do piso que não será mais respeitado.



Foi dito aqui por outro colega que se trata de um remédio amargo. Remédio amargo para os outros, remédio amargo para quem não tem plano de saúde, remédio amargo para quem não pode pagar escola particular. Dar remédio amargo para os outros é fácil; eu quero ver é tomar remédio amargo. Então, essa PEC é uma maldade, sim, Sr. Presidente.

Por isso, a Rede vota “sim”, a favor desse requerimento, e vai votar contra a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Vamos à votação.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, a Minoria!

O SR. DEPUTADO BENITO GAMA - O PTB, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Pela Minoria, tem a palavra o Deputado Henrique Fontana, por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Obrigado, Presidente.

Primeiro, eu acho interessante que há diversos Líderes aqui dizendo que os partidos fecharam questão. Mas se a PEC é tão boa, para que fechar questão? Deixem os Deputados votarem livremente (*palmas na plateia*), para mostrarem se realmente eles concordam ou não, em vez de botarem o tacão da bota da questão fechada, em vez de obrigarem, de ameaçarem expulsar. É porque a PEC é ruim! A PEC é ruim, aí querem obrigar os Deputados a votarem na base do tacão da bota!

Agora, vejam o que vai acontecer com a saúde. O Orçamento de 2015 foi de 100 bilhões. Se essa regra tivesse valido nos últimos 10 anos, esse orçamento teria baixado para 56 bilhões, perdendo 44 bilhões.

Eu peço a todos os Secretários de Saúde do Brasil que mandem *um e-mail* dizendo de onde vão tirar dinheiro do seu orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota, Deputado?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Nós votamos “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado. Como vota o PTB, Deputado Benito Gama?

O SR. DEPUTADO BENITO GAMA - Sr. Presidente, o PTB vota “não” ao requerimento, “sim” ao emprego, “sim” a um projeto que, não tenho dúvida nenhuma, vai realmente consertar essa desordem que existe no Brasil.



A maneira mais simples que existia antes — como sempre foi feito — era a de aumentar impostos. Este Governo decidiu não aumentar impostos e fazer um ajuste fiscal sério, que o Brasil vai aplaudir daqui a pouco tempo.

O voto é “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Benito Gama.

Como vota o PROS, Deputado Ronaldo Fonseca? (*Manifestação na plateia.*)

Por favor! Por favor!

Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Fonseca.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Sr. Presidente, nós estamos aqui decidindo se vamos votar nominalmente o requerimento de encerramento de discussão. Para o PROS, para mim, votar nominalmente não teria problema nenhum, não. Mas como é um requerimento protelatório, só para ganhar tempo, só para enrolar mesmo, então nós vamos votar “não”. (*Manifestação na plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Vamos à votação.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, e o Solidariedade?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Pelo Solidariedade, tem a palavra o Deputado Fernando Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, da mesma forma, a população cansou de assistir à festa, à esculhambação com o dinheiro público dos últimos anos. Continuar a deixar o nosso país sem rédea? Não dá mais. Dizer que há saúde e educação é querer enganar o povo. Não fizeram nem o mínimo que deveria ser feito e agora vêm dizer que a culpa é nossa, por pegar a rédea do País desgovernado e querer botar ordem na Casa.

Então, como eu estou declarando o voto do meu partido integralmente ao microfone, não teríamos o mínimo problema de votar nominalmente, mas nós vamos “não”, Sr. Presidente, porque o requerimento é protelatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Fernando Francischini.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O Governo vota “não”, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - O Governo vota “não”.

Vamos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com o requerimento apresentado pelo Deputado Patrus Ananias permaneçam como se encontram; os que são contrários, por favor, se manifestem. (Pausa.)

Rejeitado o requerimento.

A matéria será votada pelo processo simbólico.

Ficam prejudicados todos os requerimentos de votação pelo processo nominal.

Requerimento de autoria do Deputado José Carlos Aleluia.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Nós estamos votando agora.

Depois eu lhe concedo a palavra para questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não é questão de ordem, Sr. Presidente. Quero apenas anunciar o nome dos Parlamentares que votaram a favor do requerimento. Esse é um direito nosso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Nesse outro vai representar; vão ser os mesmos.

Requerimento de autoria do Deputado José Carlos Aleluia, que pede o encerramento da discussão.

Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir àqueles que estão contra esta emenda constitucional que fizessem uma visita a Salvador, onde houve uma disputa entre o Prefeito ACM Neto e um aglomerado de candidatos, inclusive um candidato comunista, que estava defendendo a tese da gastança.

O Prefeito ACM Neto assumiu há 4 anos. Embora não existisse PEC, ele controlou os gastos públicos. Ele fez com que a Prefeitura tivesse superávit fiscal. Ao fim do primeiro ano, ele tinha 1 bilhão de reais em caixa e danou-se a fazer obras e programas sociais.



Ele não venceu eleição nos bairros ricos, venceu eleição nos bairros pobres. Ele não é carregado nos bairros ricos, é carregado nos bairros pobres. Quem gosta de gastança é quem vem para cá porque tem emprego público, ou está sendo remunerado por alguma central sindical para ficar gritando no canto da sala.

Podem gritar no canto da sala!. Nós estamos falando para o Brasil. O Brasil está na rua desempregado, e vocês estão aí ou recebendo um tetéia para poder carregar o cartaz, ou são servidores públicos, que estão aqui defendendo alguma coisa. (*Manifestação na plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Esperem aí! Epa!

(*O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Não podem agredir Deputado! Não podem agredir Deputado! Se quiserem permanecer, é sem agressão.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, requeira a identificação de todos os que estão dentro da sala. Verifique quem é funcionário de gabinete, quem é funcionário de Ministério. Sr. Presidente, quero a identificação de todos!

(*Tumulto na plateia.*)

(*O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Eu vou esvaziar.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Peça a identificação de todos, Presidente!

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. Presidente, também não é justo agredir servidor público.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Isso é quebra de ética!

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Essa que é a questão, Sr. Presidente!

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Deputado não é para agredir servidor público ou quem quer que seja. É para respeitar todo mundo aqui.

(*Tumulto na plateia.*)

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, não pode o Deputado agredir a galeria também. Essa é a questão!

(*Tumulto no Plenário.*)



(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Respeito ao povo! Respeito as pessoas que aqui estão! Não pode destruir o direito do povo e não querer que o povo fale!

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - O Deputado não pode agredir o cidadão!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Silêncio! Calma! Se dirigir a palavra aos Deputados, eu mando esvaziar! O Deputado respeita e será respeitado.

Dou prosseguimento, para contraditar, concedi a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos. S. Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, eu quero meu tempo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Não foi concluída a fala?
(Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Eu estou aqui nesta Casa há muito tempo. Eu estou acostumado a essas pessoas que estão empregadas em gabinetes. Eu estou preocupado com o povo que me elegeu e quer emprego.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. Presidente, todo mundo tem que respeitar todo mundo. Esta é Casa do Povo! Também temos que respeitar o povo que está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Por favor, Deputada Angela! A palavra está com o Deputado. Eu respeitei a fala de todo mundo. A técnica tem que melhorar o som do Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, esvazie isso aqui. Mandem voltar para os gabinetes. Os funcionários dos gabinetes têm que estar trabalhando em gabinetes, Presidente! Esses são funcionários de gabinete da Câmara. Mandem de volta esse povo para os gabinetes.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Não esvazie, não! Não vai esvaziar! O Deputado não aguenta a democracia?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Eu não quero esvaziar. Primeiro, eu acho plenamente democrático e importante que tenhamos visitantes e pessoas acompanhando a votação, até porque esta Casa é transparente e democrática. Só que tem que haver respeito mútuo.

Conforme os arts. 272 e 273 do Regimento Interno, os visitantes, os assessores e as pessoas que aqui estão trabalhando — e há pessoas da imprensa trabalhando, fazendo a cobertura desse evento — precisam respeitar os Deputados, e os Deputados precisam respeitar também as pessoas.

(Manifestação no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Se continuar o tumulto, eu vou esvaziar o plenário. Calma! Eu peço que a senhora tenha calma, senão eu vou ter que retirar.

Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia por 3 minutos, para concluir sua fala.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, nós queremos encerrar a discussão. A técnica parece que está no movimento também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - A técnica tem que melhorar o som do Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Eu vou ter que mudar de microfone?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Agora está bom.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, nós queremos encerrar a discussão, porque aqui está muito claro que existe um grupo querendo gerar empregos no Brasil, existe um grupo querendo uma nova governança das estatais, existe um grupo querendo acabar com os desmandos dos fundos de pensão, existe um grupo querendo administrar bem os bancos públicos, existe um grupo querendo prestigiar as agências reguladoras, existe um grupo querendo recuperar a confiança no Governo e no Estado, existe um grupo querendo gerar empregos, existe um grupo querendo fazer concessões à iniciativa privada, para gerar empregos, e existe um grupo que pretende continuar gastando o dinheiro do povo, gastando o dinheiro dos outros. Aliás, todo regime populista, todo regime



comunista acaba quando acaba o dinheiro dos outros. Acabou o dinheiro dos outros, e o povo, no domingo passado, foi às urnas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Espere um pouco, Deputado Aleluia. Há um grupo de camisa verde, que eu já identifiquei, que está criando problema. Esse grupo de camisa verde aí, gola careca, eu vou mandar tirar para fora, se continuar perturbando. Eu vou mandar sair. Por favor, componham-se! Você, barbudo, e a senhora têm que ter calma.

Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, eu respeito o servidor público que está trabalhando, mas não respeito o servidor público que está aqui apenas fazendo *lobby*. Nós queremos encerrar a discussão e aprovar a matéria nem que seja na madrugada.

Nós votamos "sim".

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem. O Regimento prevê que V.Exa. tem o poder de retirar as pessoas. Então eu estou apresentando formalmente requerimento, para que V.Exa. exerça o seu poder de Presidente desta Comissão e retire as pessoas que estão nos desrespeitando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Eu sei disso. Obrigado.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Vou concluir o encaminhamento do requerimento que está sobre a mesa do Deputado José Carlos Aleluia.

Para contraditar, tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Quero a palavra para concluir, Sr. Presidente. O meu tempo está sendo cortado. A técnica está prejudicando o meu trabalho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - V.Exa. dispõe de 1 minuto. Peço que a técnica melhore o som do Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Eu quero finalizar dizendo que nós queremos encerrar a discussão e votar, porque eu preciso voltar para a Bahia e dizer às pessoas que essa turminha de Brasília não tem nada a ver com



eles. Eles estão empregados aqui, e o povo está desempregado lá. Esta é a PEC do emprego! Eu vou votar pelo emprego! Vamos encerrar a discussão!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado José Carlos Aleluia.

Para contraditar, concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu vejo que os ânimos estão acirrados. E eu já vi esse filme nesta Casa, no Plenário, em várias Comissões. Não é na gritaria que se vai resolver nem de cá, nem de lá. Nós temos argumentos, temos fatos, temos convencimento e, além disso, o convencimento maior não é aqui dentro é lá fora. Trata-se do convencimento de quem nos acompanha, de quem nos vê, de quem nos assiste, de quem testemunha, de quem sente na pele... Por favor, Deputado Aleluia, eu assisti a V.Exa. e o ouvi com muito silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Deputado Aleluia, Deputado Alfredo Kaefer, Deputado Benito, vamos ouvir o Deputado Pompeo de Mattos, por favor!

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, o debate aqui se faz e deve ser feito em alto nível, com respeito, com equilíbrio e com responsabilidade, até porque — eu já vi isso aqui — um acusa outro, e outro acusa um.

Na verdade, o Vice da Presidente Dilma era o Temer. Quem escolheu foi a Dilma. E o Temer foi quem escolheu a Dilma. Eles estavam juntos! Eu não sei como brigam tanto agora. Mas, antes, para ganhar a eleição, estavam juntos.

Dessa forma, só quero colocar uma pitada de raciocínio, de consciência, de memória, para que sejamos um pouco a consciência da consciência de quem tinha consciência, perdeu a consciência e está com demência. Nós temos que debater o assunto com maior profundidade. O Brasil é maior do que um ou outro lado. Existe um Brasil além de um e de outro lado, um Brasil que reflete, um Brasil que interage.

Nesse contexto, Presidente, se nós ficarmos aqui contra ou a favor não importa de quê, mas interessa o autor, nós não vamos examinar o conteúdo. Se o projeto é da Dilma, não presta. Não é por conta do conteúdo, mas porque não



querem a Dilma. Se o projeto é do Temer, não presta. Não é por causa do conteúdo do projeto, mas porque não querem o Temer. Não é assim que o Brasil avança; não é assim que o Brasil vai chegar a um patamar no qual possa recuperar o seu espaço.

Eu luto, sim, pelo emprego. Nós lutamos pelo emprego, mas o que estou vendo é isto: parece que o Brasil está como aquela empresa cujo Presidente brigou com o Vice para ver quem é que manda. Enquanto o Presidente da empresa briga com o Vice e o Vice, com o Presidente, nesse caso, o lugar se transforma em casa da mãe joana. Os empregados, o resto da Diretoria, o resto dos gestores se perderam. Assim a empresa está à deriva, vai à falência — e vai à falência, sim, se nós continuarmos com esse procedimento aqui.

Dessa forma, quero chamar à responsabilidade a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional, esta Comissão, todos nós, uns mais, outros menos, mas cada um tem que ter um pouco dessa compreensão.

Eu tenho uma posição. O meu partido, o PDT, tem sobre a PEC uma posição que não é sectária. Nós sabemos que deve haver um controle de gastos, sim, como também sabemos que se deve ampliar a receita — temos essa consciência. Mas, pela maneira como vemos, a forma como se está fazendo esse controle de gastos é exagerada. Estão engessando, estão colocando uma camisa de força nas verbas da saúde, uma camisa de força nas verbas da educação.

Eu, absolutamente, não tenho nenhuma dúvida de que isso é o que vai acontecer. E, como a coberta é curta e o dinheiro público é como coberta curta — sobra para os pés, falta para a cabeça; sobra para a cabeça, falta para os pés —, vão tirar da saúde e vai faltar para remédio, para hospital, para internação, para cirurgia eletiva, e o pobre que está na fila do SUS, o pobre que está na fila do hospital vai morrer — o destino dele é esse —, e morrer abreviadamente, porque não vai ter atendimento.

A mesma coisa é a educação. Este País se atrasou, porque a educação não avançou. Nós aqui somos a resposta a isso, e eu sou um exemplo menor dessa circunstância, até porque venho de uma família de sem-terra de 12 irmãos. A educação me deu oportunidade de estar aqui, advogado formado, de ascender na



vida. A educação emancipa, a educação liberta. E nós estamos tirando dinheiro da educação!

Eu quero mais, Sr. Presidente, do que dar um mundo melhor ao meu filho. Muito mais do que dar um mundo melhor ao meu filho, eu quero dar um filho melhor para o mundo. Mais do que um mundo melhor para as novas gerações, nós precisamos de novas gerações melhores para salvar o mundo, porque, Presidente, não adianta eu entregar uma herança ao meu filho, se ele não estiver preparado. No primeiro ano, no segundo ou no terceiro, ele bota fora; pai rico, filho nobre, neto pobre, porque não está preparado. Nós temos que preparar o Brasil para a educação, e essa PEC tira o dinheiro da educação, sim. Engane-se quem quiser.

E é por isso que estou afirmado aqui de forma categórica: não sou PT. Sou PDT e tenho esta posição clara, firme e transparente, Presidente.

Por isso, eu encerro dizendo que o PDT tem essa posição e quer votar contra essa PEC. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

Vamos à votação do requerimento de autoria do Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Vamos orientar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Querem orientar? Quem quer orientar?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Eu quero, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Eu vou chamar a todos, para que todos falem.

Como vota o PMDB?

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, nós queremos votar rápido, porque queremos terminar com 12 milhões de desempregados que temos no nosso País. E quero dizer o seguinte: infelizmente, PT, PCdoB, Rede e PDT estão juntos com esse desmando que está acontecendo e que aconteceu no Governo Dilma e no Governo Lula.

Votamos "sim".



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Os partidos da base concordaram em colocar “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Os partidos da base todos concordam em votar “sim”?

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - O PR concorda, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - O PSB “não”.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O PSDB concorda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - o PT, como vota o PT?

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - O PT discorda dessa condução, porque, entre outras razões, essa PEC vai gerar mais desemprego.

É bom lembrar, para quem não sabe, que, se formos consultar o site do Ministério do Trabalho, do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados — CAGED, vamos ver que, nos últimos 12 meses, o único setor da economia em que o número de postos de trabalho cresceu foi o setor saúde. Sabiam disso? São quase 50, vou repetir, quase 50 mil novos postos de trabalho.

Na sequência, sabem o que vem? A educação, um número pequeno, mas positivo. E os senhores querem acabar com o crescimento dos investimentos nas duas áreas que não estão desempregando no País hoje.

Na semana passada, o Governador do Estado da Bahia, Rui Costa, inaugurou o novo Hospital de Emergência, um hospital de 130 leitos, que gera 1.200 novos postos de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota, Deputado Solla?

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Já terminou seu tempo, é 1 minuto apenas.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Então, nós queremos gerar emprego. Por isso, queremos dinheiro para saúde, educação, assistência social e investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Vota “não”.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, põe “sim” para os partidos da base.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Podemos pôr “sim” para todos os partidos da base.

Tem a palavra a Deputado Angela.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. Presidente, a compreensão do PCdoB é que, se o Governo fala em austeridade, é preciso ter discutido isso quando fez os aumentos das carreiras de Estado, que já são as mais bem remuneradas do Estado. Precisava ter falado em austeridade quando decidiu aumentar todas as verbas de publicidade, como, nesta semana, ficou claro.

Portanto, para nós, não se faz economia tirando saúde, educação, segurança, assistência social. Nós estamos dizendo que essa PEC regulará os próximos 20 anos, mas ontem o Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social, que é um ambiente plural, do País inteiro, de todos os partidos, fez o alerta sobre o desmonte do Sistema Único de Assistência Social que representa a PEC 241. Se há tanta divergência entre nós, é preciso que o Brasil conheça esses argumentos.

Por isso, o PCdoB vota “não”, pelo encerramento da discussão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputada Angela Albino, pela sua compreensão.

Pelo PDT, tem a palavra o Deputado Pompeo. O Deputado Pompeo de Mattos está fora.

Tem a palavra o Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, a nossa compreensão é de que já há, no ordenamento jurídico brasileiro, na Constituição, na Lei de Responsabilidade Fiscal e no instrumento que esta Casa avalia anualmente, que é a Lei Orçamentária, um instrumento para se conseguir o que está sendo defendido nessa PEC. Portanto, a nossa compreensão não é de que não há necessidade do ajuste. Nós discordamos veementemente de que seja uma proposta para 20 anos.

E outro aspecto é que não tem como nós admitirmos que não há retirada de recursos, seja para segurança, para saúde, para educação, enfim, porque, se não fosse para retirar, não haveria necessidade de se fazer essa PEC. A PEC é, sim, para retirar.



Portanto, nós somos contrários ao requerimento, exatamente por entender que há necessidade em aprofundar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Subtenente Gonzaga.

Como vota a Rede, Deputado Molon?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, ainda há pouco, um colega disse aqui que o objetivo da PEC era terminar com os 12 milhões de desempregados. Ele foi sincero. Realmente, uma ótima medida para acabar com os desempregados é cortar o direito deles à saúde pública, o que é diferente de acabar com o desemprego. Mas esse é um ato falho comrensível.

Há pouco, o colega do Democratas disse que um prefeito conseguiu conter gastos sem a PEC. Ele acabou de provar que a PEC é desnecessária para haver controle de gastos no Brasil.

O que a PEC vai fazer é proibir que se corrijam os investimentos em saúde e educação pela receita ou pelo PIB. Não serão congelados, mas reduzidos, porque a receita vai crescer, o País vai crescer, o PIB vai crescer, mas saúde, educação e assistência social vão ficar estagnadas. Ou seja, *per capita*, vai se gastar cada vez menos com essas áreas.

A Rede é contra o encerramento de discussão, porque quer mostrar isso aos colegas e quer mostrar esses temas à população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Molon.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - A Rede vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota a Minoria, Deputado Henrique Fontana.

V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Essa proposta é tão fundamentalista que, como eu já disse outras vezes aqui, nenhum país do mundo, em nenhum momento histórico, adotou uma medida tão estapafúrdia como esta de se congelar os gastos por 20 anos.

Eu vou trazer um dado para esta Casa: em 2002, nós tínhamos 3 milhões 479 mil jovens nas universidades. Ampliando investimentos em educação em



porcentagem acima do IPCA, nós chegamos a 8 milhões e 27 mil jovens nas universidades. Esses 4 milhões e 548 mil jovens jamais teriam entrado na universidade se essa PEC estivesse em vigor. Essa é a política que os senhores querem incluir, com essa PEC, no tecido constitucional brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Henrique Fontana.

Vamos à votação. Aqueles que votam a favor do requerimento do Deputado José Carlos Aleluia, pelo encerramento da discussão, permaneçam como se acham; os contrários que se manifestem. (*Pausa.*)

Com os votos contrários dos Deputados Danilo Cabral, Luciana Santos, Patrus Ananias, Erika Kokay, Jorge Solla, Henrique Fontana e Alessandro Molon, está aprovado o requerimento do Deputado José Carlos Aleluia.

Encerrada a discussão, vamos passar à votação da matéria.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO ROSSO - Sr. Presidente, e os Líderes? V.Exa. não ia chamá-los?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Exatamente. Então, agora, conforme combinado inicialmente, vamos à votação dos Líderes. Alguém tem alguma preferência? A preferência já foi quebrada.

Concedo a palavra à Deputada Jô Moraes, pelo PCdoB, porque ela foi quem primeiro que me pediu aqui a palavra.

V.Exa. dispõe de 4 minutos.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Sr. Presidente, caros Deputados, queridas Deputadas, nós estamos vivendo o mais grave momento histórico dos últimos 30 anos. É preciso que os Deputados, as Deputadas e a sociedade tenham essa consciência. Qual é este momento? Um governo sem votos apresenta uma agenda sem legitimidade, que golpeia profundamente as regras constitucionais no que diz respeito à soberania do País e aos direitos sociais.

Queria lembrar aqui que é tão absurda a proposta que o Governo Temer ilegitimamente apresenta para a sociedade que só conseguiram uma brecha para fazer alteração no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias a fim de criar um novo regime fiscal estranho a toda a Constituição Federal. Isso é que demonstra que se trata de algo que foge da nossa tradição, inclusive da nossa tradição fiscal.



Os Deputados e Deputadas aqui, tentando apresentar algo que é absolutamente irreal, dizem que não vai haver perdas. Deputados e Deputadas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Desculpa, Deputada Jô.

Deputada Molon, por favor, V.Exa., que gosta tanto de pedir respeito na hora da sua falação, a Deputada Jô Moraes está com a palavra.

Deputada Jô, continue, por favor.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Que me sejam repostos 10 segundos.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Desculpe-me, Presidente. Eu continuo respeitando todos os colegas. Não desrespeitei ninguém.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - O.k. Nós queremos lembrar aqui que os senhores e as senhoras estão vendendo uma situação absolutamente irreal em relação à saúde, Deputado Perondi. Como os senhores dizem, é verdade que, em 2017 e em 2018, vai haver um aporte de recursos, mas, quando chegar 2020, nós já vamos perder 7 bilhões de reais no Orçamento, porque a alteração que os senhores pretendem fazer, substituindo o que prevê a Emenda Constitucional nº 86 a partir do que a PEC 241 apresenta, dá um profundo golpe. E, a partir de 2019, 124 bilhões da Emenda Constitucional nº 86 e 124 bilhões da PEC... Em 2020, estaremos perdendo 7 bilhões. A assistência social, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, num país como este, de desigualdades, de desemprego, de problemas fundamentais, vai perder 54% do seu orçamento.

Por isso, eu quero dizer: não venham com essa falácia de que nós queremos dar calote. Nós reconhecemos crise, nós sabemos que é preciso dar uma resposta de ajuste fiscal, mas quem deve pagar esse ajuste não são os pobres, que sequer vão ter acesso ao mínimo que lhes garante a assistência social; não são aqueles que mais necessitam, mas deveriam ser os banqueiros, que sempre ganharam lucros e lucros e que continuam ganhando.

Por isso, se os senhores têm responsabilidade com o País, façam o combate à sonegação fiscal. Se os senhores têm responsabilidade com este País, façam um pacto para baixar juros. Se os senhores têm responsabilidade com este País, aumentem os impostos sobre as grandes fortunas, porque o povo brasileiro não merece o sacrifício que o Governo ilegítimo quer apresentar.

Eu considero que está sendo cometido um crime social neste momento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputada Jô.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Rosso, pela Liderança do PSD, por 6 minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO ROSSO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e todos que também estão aqui democraticamente presentes, recebam as nossas saudações. Eu queria dizer, Deputadas, que a divergência neste debate o enriquece e, acima de tudo, o legitima, Deputado Silvio.

Para um Parlamentar igual a mim, de primeiro mandato, no seu segundo ano, não deixa de ser enriquecedor participar de uma Comissão como esta, num momento tão delicado da vida brasileira.

Alguém aqui na sala, Parlamentar ou não, tem alguma dúvida de que a economia do Brasil está doente? E eu não aponto de onde ou de quando vem a doença. Alguém aqui na sala tem alguma dúvida de que o Brasil perde, a cada dia ou a cada hora, mais competitividade, mais posições no *ranking* de exportações? De fato, aumenta o desemprego e piora a arrecadação do Governo, ou seja, a atividade econômica piora a cada hora, a cada minuto — enquanto eu estou falando, ela está piorando. Portanto, nós não temos nenhuma dúvida de que há que se fazer alguma coisa. E não seremos nós, o Congresso Nacional, especificamente a Câmara dos Deputados, que vamos nos omitir.

Escuto atentamente brilhantes Deputados da Oposição ou do Governo defenderem seus pontos de vista com informações. E aqui eu louvo o trabalho do Deputado Perondi, um médico com experiência parlamentar e política que tem se debruçado, nos últimos meses ou semanas, sobre os estudos, junto com aquele rapaz que está ao seu lado direito, o Volpe. Faço também uma homenagem a todos os consultores e servidores da Casa, que, de uma forma bastante combativa e, eu diria, até bastante competente, têm procurado informar a todos nós Parlamentares os detalhes dessa questão.

O País está doente, Deputado Marun, e nós precisamos eleger um modelo para começar a tirar o País desse problema. O Governo passado, da ex-Presidente Dilma — e falo com respeito —, resolveu, através da sua equipe econômica, adotar um modelo de ajuste de contas públicas a partir da criação de um novo imposto. Essa é uma avaliação que todos nós iríamos fazer na Casa.



O Governo do Presidente Temer — e esta aqui não é uma defesa vazia, e sim uma convicção — vai por uma linha diferente, vai por uma linha de qualificação e de reformulação conceitual da despesa pública. É muito difícil encontrar um Parlamentar em sã consciência, Deputado Danilo Forte, brilhante Presidente desta Comissão, que queira votar para reduzir o recurso da saúde, para reduzir o recurso da educação. Ele não vota. (*Manifestação no plenário. Vota, sim!*)

Eu peço atenção e respeito, como eu respeito V.Exas. A divergência enriquece o debate. E aquele que não permite a divergência de fato enfraquece a sua argumentação. Mas é muito difícil encontrar um Parlamentar que queira votar contra o seu País. Então, trata-se de um debate de ideias e um debate de linha de macroeconomia e de ações.

Eu tenho absoluta convicção de que nós não podemos no Brasil gastar mais a cada ano e a nossa receita ser menor a cada ano. É uma questão óbvia. É uma questão não econômica ou contábil, mas é uma questão lógica. E, em cima dessa lógica, caberá a nós, no Congresso Nacional, termos a coragem e, obviamente, a disposição e o ponto de vista. Com muito respeito, eu escuto o ponto de vista de todos. Mas eu tenho convicção, Sr. Presidente, de que o caminho é a requalificação da despesa pública.

Como Parlamentar do Distrito Federal, onde o nosso tecido econômico é formado essencialmente pelo serviço público, por isso a bandeira principal do nosso mandato é o servidor público, eu confesso que, assim que foi encaminhada para cá essa matéria, eu tinha preocupação de fato com a redução de investimentos ou com o próprio custeio de despesa com educação. Depois de não só escutar os técnicos da Casa, os técnicos do Governo, os servidores de carreira, concursados, mas, acima de tudo, a minha própria convicção, eu confesso que eu superei essa questão, ao analisar com tranquilidade quanto foi investido neste ano e quanto será investido no ano que vem na saúde pública.

Portanto, Sr. Presidente, aqui eu escutei com respeito argumentos sobre o fechamento de questão. É verdade quando o Parlamentar diz que fechamento de questão é uma coisa muito séria para um partido. E o nosso PSD, que é um partido novo, nunca fechou questão em nenhuma matéria. Essa foi a primeira, mas não pelo medo da dificuldade, e sim pela convicção da importância da matéria.



Já terminando, louvo os Deputados do nosso partido que aqui participam, Thiago Peixoto e Victor Mendes. Eu acredito muito no Brasil. Acredito que nós podemos voltar, nos próximos meses ou anos, a ser uma nação referência econômica, uma nação referência na nossa sociedade, de fato praticando a justiça social.

É por isso que, respeitando a divergência, o PSD não só fecha questão e votará não só nessa matéria, mas naquelas matérias difíceis a todos nós Parlamentares que nos remetem a uma questão. Nós temos uma oportunidade, com os nossos mandatos, que nos foram confiados pelos nossos eleitores, de iniciar uma transformação. Não estou falando mal de ninguém, mas temos a oportunidade de iniciar uma transformação para recolocar o Brasil no rol das nações competitivas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Rogério Rosso, uma das grandes revelações desta Legislatura. Com muito respeito, nós aqui atendemos e acatamos as suas opiniões.

Para falar em nome da Liderança do PRB, passo a palavra ao Deputado Cleber Verde, por 5 minutos. Depois, falará o Deputado Danilo Cabral, pela Liderança do PSB.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero primeiro concordar com o início da fala da Deputada Jô Moraes, quando ela nos traz a seguinte afirmação: *"Estamos vivendo um dos piores momentos da história deste País"*. É verdade. São 12 milhões de desempregados.

É importante que nós possamos nos lembrar aqui, Sr. Presidente, dos objetivos da Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016. Esta PEC, de autoria do Poder Executivo, pretende instituir o chamado novo regime fiscal, no âmbito da União, com o objetivo de enfrentar e reverter, no médio e longo prazo, a situação de desequilíbrio fiscal federal, que resultará na geração de déficit fiscal de 170 bilhões de reais neste ano. De acordo com o Governo, o objetivo é controlar o crescimento acelerado da despesa pública primária, que, entre 2008 e 2015, aumentou 51% acima da inflação, em descompasso com o incremento da receita, que foi apenas de 14%.



Nesse sentido, Sr. Presidente, é que o PRB — e aqui está ao meu lado o Deputado Antonio Bulhões — é um partido que constantemente fecha questão, quando a matéria é importante ou relevante. Nós do partido nos reunimos diversas vezes para discutir essa matéria e, de forma unânime, resolvemos fechar questão em favor da PEC 241.

Nesse aspecto, eu quero cumprimentar V.Exa., Deputado Danilo Forte, e especialmente o nosso Relator Darcísio Perondi, que não está aqui, que se ausentou. Aqui se falou muito que, de fato, vão diminuir recursos da saúde. De forma específica eu trato a saúde, porque o Deputado Darcísio Perondi, por exemplo, assim como todos nós, defende a saúde, mas ele o faz com muita veemência, porque é médico.

Desde que cheguei aqui — estou no terceiro mandato —, eu tenho acompanhado o Relator defendendo investimentos para a saúde. Eu fui companheiro dele na Comissão de Seguridade Social e Família e tenho acompanhado o seu mandato. Principalmente ele jamais iria apresentar um relatório, como apresentou, discutido por todos nós — e o PRB concordou com o relatório —, que fosse retirar recursos da saúde, pelo contrário.

Portanto, o PRB entende a importância da PEC, sabe a necessidade da PEC e registra aqui, Sr. Presidente, o seu voto “sim”, porque é um “sim” em favor do Brasil. Nós sabemos que tem de ser feito algo neste momento. Esta PEC, que alguns apelidaram inicialmente como a PEC da maldade, a PEC da maldição, eu entendo, o partido entende que é uma PEC necessária para um dos piores momentos que vive o nosso País. Então, eu quero aqui registrar o voto “sim” do partido, em favor do Brasil e da necessidade de votarmos e aprovarmos a PEC 241.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Cleber Verde.

Com a palavra, pela Liderança do PSB — Partido Socialista Brasileiro, do qual eu faço parte e me orgulho disso, o Deputado Danilo Cabral, de Pernambuco, por 6 minutos.

O SR. DEPUTADO DANIL CABRAL - Sr. Presidente, primeiramente, eu queria parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos. Acho que a sua condução



reflete o posicionamento do PSB em torno desse tema. Com muita responsabilidade, com muita sensatez, com muita ponderação, o PSB vem discutindo essa questão da PEC 241, sem fazer parte dessa luta política pela luta política. Não fazemos parte aqui de nenhum cabo de guerra, de nenhuma discussão histérica.

O que o PSB vem tentando é encontrar um caminho que de fato preserve uma conquista da sociedade brasileira, que foi o equilíbrio fiscal. O PSB, durante a sua trajetória, esteve sempre presente nas conquistas da sociedade brasileira. Nos últimos 30 anos, desde a Constituinte, nós estivemos juntos, com responsabilidade fiscal. Nós também estivemos juntos nos avanços sociais que o partido teve a oportunidade de dar a sua contribuição, notadamente nos últimos 15 anos. O fato é que nós temos hoje um país desequilibrado e precisamos fazer, sim, o ajuste fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Por favor, vamos respeitar a palavra do Deputado Danilo Cabral, Líder do PSB, nesta Comissão. Já está todo mundo cansado. Eu reporei o seu tempo, Deputado Danilo.

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Obrigado, Sr. Presidente. Então, o nosso partido defende de fato a importância do ajuste fiscal. Não podemos conviver com um país que, ano a ano, gera um rombo do tamanho que nós geramos, de quase 170 bilhões de reais. O desafio é onde encontrar o espaço para que façamos o equilíbrio fiscal, mas também façamos o equilíbrio social, porque esse é outro ponto fundamental desse debate. Não dá para simplesmente fazer a escolha de Sofia. Não existe um lado só; existem dois lados, que nós precisamos preservar.

O PSB está procurando encontrar a verdade. Como dizia o nosso querido ex-Presidente Nacional do Partido e ex-Governador Eduardo Campos, muitas vezes a verdade está no meio, não está nem de um lado nem do outro, mas sim no meio. E é isso o que nós estamos querendo discutir aqui. Nós entendemos que o ajuste fiscal é importante, mas nos preocupa, sim, Sr. Presidente, o desequilíbrio também social, a questão da educação. A despeito de tudo o que foi falado aqui, dos números e relatórios, o fato é que há, sim, perdas que estão postas no horizonte futuro para a educação pública brasileira. Não sou eu que estou dizendo isso.

Eu queria chamar a atenção desta Comissão para este documento, Sr. Presidente, que foi entregue ontem ao Sr. Ministro da Educação, Mendonça Filho.



Relator Darcísio Perondi, eu peço a sua atenção, porque esse é um assunto muito importante.

Nós estamos trazendo ao conhecimento desta Comissão — não sei se o senhor já teve conhecimento — um documento que foi entregue ontem pelo CONSED — Conselho de Secretários de Educação de todo o País. O CONSED entregou um documento, a despeito de todas essas questões que existem aqui.

Muitas pessoas disseram: “*É verdadeiro ou não esse conjunto de relatórios que temos aqui que aponta essa perda de recursos na educação?*” O CONSED, que é um órgão do qual já participei — tive a honra de ser Secretário de Educação de Pernambuco no primeiro mandato do Governador Eduardo Campos —, enviou ao Ministro Mendonça Filho esse documento, do qual vou ler um trecho rapidamente. E eu gostaria que V.Exas. prestassem muita atenção nos dados do CONSED, os quais foram entregues ontem ao Ministro Mendonça Filho:

“Estudos disponíveis no CONSED que projetam para os próximos anos de 2017 a 2025 as despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, segundo aplicação de 25% da receita corrente líquida e análise da aplicação da correção do IPCA, conforme estabelece a PEC 241, apontam uma redução na aplicação dos recursos bastante significativa, da ordem de 120 bilhões, considerando estimativas de todos os Estados.”

Isso é documento oficial do Conselho de Secretários de Educação de todo o Brasil. O que mais me preocupa, Sr. Presidente e Sr. Relator, é que o CONSED faz um alerta ao próprio Ministro Mendonça Filho, relembrando uma fala do ex-Ministro Temer. Está aqui no documento entregue pelo CONSED que o Presidente Temer, em diversos momentos, reiterou a não redução da receita destinada à educação. E está até entre aspas a fala do Presidente, que foi a seguinte: “*Quero dizer muito solememente que, em nosso Governo, não haverá redução das verbas para educação.*”

Isso é um fato muito grave. Aqui há Deputados de todos os Estados, a quem peço que procurem os Secretários de Educação de seus respectivos Estados, porque o CONSED está dizendo que cada Estado vai ter perda, sim.



Reitero a cada Deputado presente que os Secretários de Educação dos Estados enviaram ao Ministro Mendonça Filho um alerta, no sentido de que o Presidente Temer disse que não ia admitir redução. É um fato que considero de muita relevância.

O PSB, como dissemos aqui, vem fazendo uma linha propositiva. Nós encaminhamos a V.Exa. e ao Relator uma sugestão. O grande debate que há aqui nesta Comissão é em torno de onde vai sair o dinheiro para financiar aquilo que precisamos. E há sempre uma dúvida em torno da questão da dívida, sobre o quanto se gasta em dívida no Brasil.

Na reunião que tivemos com o Ministro Meirelles, ele disse de forma muito objetiva que, a partir de 2021, o Brasil volta a ter superávit primário. Isso foi dito pelo Ministro Meirelles. Se vamos ter superávit primário, a partir de 2021, nada mais justo, nada mais equânime, nada que responderá melhor à pauta do equilíbrio fiscal e da sociedade do que dividir aquilo que for objeto do superávit primário.

Vamos equilibrar as contas públicas, mas vamos deixar o outro pedaço para o equilíbrio social.

O PSB encaminhou a V.Exa. uma sugestão de emenda segundo a qual, na hipótese de apuração de superávit primário, em qualquer dos exercícios regidos pelo novo regime fiscal, será acrescido ao limite global, no exercício imediatamente posterior, um montante equivalente a 50% do superávit apurado, este para ser aplicado nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Esta é uma forma de dar uma resposta objetiva. Vamos responder à sociedade. Ouvi aqui muitas vezes, inclusive daqueles que falaram em nome do sistema financeiro, só a preocupação com o que vai ser pago a banco, mas temos uma vulnerabilidade social, que precisa de uma resposta.

Essa emenda que foi apresentada pelo PSB — o Deputado Danilo Forte deu uma contribuição a isso também — é uma sugestão para que o Governo aprimore a proposta e possamos fechar um entendimento em torno disso.

Eu faço esse encaminhamento, mas não o faço em nome de todo o partido. O partido não fechou questão em torno da PEC 241. Aqui registro que a maioria do PSB votará favoravelmente à PEC 241, mas uma parcela do PSB não se sente



confortável e não seguirá apoiando a PEC 241 caso não tenhamos esses avanços que estamos propondo.

A maioria do partido vota favoravelmente, mas o nosso encaminhamento aqui é voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Danilo Cabral.

Concedo a palavra ao Deputado ao Líder do PMDB, Deputado Carlos Marun, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Falarei pela Liderança do Governo ou do PMDB, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - O senhor falará pela Liderança do PMDB. Quem falará pela Liderança do Governo será o Deputado Arthur Oliveira Maia.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - A irresponsabilidade do Governo constitucionalmente deposto, cuja deposição foi referendada pelas urnas no último domingo, levou o País a esta situação nefasta na qual nos encontramos.

Essa irresponsabilidade fez com que a dívida pública, que atingia 50% do nosso Produto Interno Bruto, o PIB, saltasse para 70%, que é o que temos hoje, e rumasse para 100% do PIB. Os otimistas dão essa avaliação no curtíssimo prazo de 10 anos.

A despesa pública, de 2007 para cá, cresceu 56% acima da inflação. Qual foi o resultado dessa irresponsabilidade, desse oba-oba, desse “vamos lá que dá”? O resultado é a brutal recessão, na qual nos encontramos, e os consequentes milhões de desempregados que hoje vagam pelo País em busca de oportunidade, encontrando pela frente placas de “Não há vagas”. Esse é o resultado, e é isso que temos que combater.

Mais uma vez, faço minhas as palavras do Deputado José Carlos Aleluia. Deputado, essa PEC é a do emprego. V.Exa. tem razão. Essa é a PEC do emprego, porque não há como fazermos o País voltar a crescer se, efetivamente, não retornarmos ao regime de responsabilidade fiscal e de responsabilidade com as contas públicas do nosso País.



A essa situação apresentam-se três soluções, três possibilidades, sendo uma delas aumentar impostos. Mas não se trata de uma quinquiharia, falo de aumentar imposto mesmo, no sentido de tentar fazer com que esse déficit seja atacado.

Essa é uma medida obviamente nefasta e, de imediato, afastada pelo nosso Governo.

Na sequência, poderíamos, sim, produzir uma hiperinflação, poderíamos imprimir dinheiro, mas sabemos que os grandes prejudicados com a inflação são os trabalhadores, que têm os seus salários carcomidos por esse dragão inflacionário, quando ele resolve se apresentar.

A terceira possibilidade, Deputado Darcísio Perondi, é controle de gastos. A escolha foi óbvia! Foi óbvia a escolha! Foi controle de gasto. Mas como vamos fazer esse controle de gastos? Vamos simplesmente passar o facão? Vamos cortar, para que, no ano que vem, não se produza déficit nenhum? Vamos sair dos 170 bilhões de déficit neste ano, para chegar ao zero no ano que vem? Não. Vamos fazer as coisas com responsabilidade e moderação, estabelecendo, sim, um teto para o crescimento dos gastos.

Mas isso é o óbvio ululante. Não é preciso ser um economista pós-graduado para saber que, numa situação dessa, você tem que estabelecer um teto para o crescimento dos seus gastos. É assim num país, numa empresa, numa família.

Se uma família está em situação familiar de insolvência, e você é chamado para ver o que será feito, qual é a primeira coisa que você faz? Estabelecer um limite para o gasto. O gurião lá vai ter que gastar menos. Isso é óbvio. É óbvio que o País precisa desse teto no crescimento dos seus gastos, para que volte a oferecer uma perspectiva de futuro aos nossos compatriotas, para que voltemos a oferecer uma perspectiva de futuro aos nossos compatriotas. Mas aí surgiram dúvidas. E a educação? E a saúde? Alto lá! A educação e a saúde estão tendo, sim, tratamento atencioso, privilegiado e diferenciado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Ou esse cidadão se retira ou eu vou lá retirá-lo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Ele será retirado.

Eu queria que a segurança o retirasse.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Ele tem que respeitar os Deputados, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Se a segurança não for, eu vou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Peço à segurança, por favor, que identifique esse rapaz que falou e o retire da sala. Por favor, saia.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Se quer falar, tem que se candidatar e ter voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Por favor, saia. Saia! Você não tem educação para permanecer neste ambiente.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Se a segurança não tirá-lo, eu o tiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Calma! A segurança vai retirá-lo. Pode sair, por favor.

Está suspensa a sessão por 5 minutos até a retirada deste rapaz.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente, tem de levar esse rapaz para a Polícia da Câmara, para que ele seja identificado e ouvido. Houve crime contra a honra, cometido contra Parlamentares dentro da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Ele vai sair. A segurança vai lá. Por favor, a segurança.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - V.Exa. tem que determinar que ele seja levado e identificado, caso seja funcionário.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - A segurança vai até lá. É aquele rapaz barbado. Por favor, podem tirá-lo de lá. É esse aí que está com os óculos na cabeça. Ele não tem condições nem educação de permanecer neste ambiente. Podem retirá-lo. Fechem a porta! Vamos prosseguir com a sessão. Fechem a porta! *(Tumulto no plenário.)*

Retomando a discussão, concedo a palavra ao Deputado Carlos Marun. V.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Assim sendo, eu dizia que uma família, diante de uma situação como essa, parte para a óbvia situação de ter que limitar o teto dos seus gastos. Tem que se estabelecer um teto. Partimos, sim...

(Tumulto no plenário.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Não estão batendo na imprensa, não. Podem fechar a porta, por favor. Por favor, não interrompam a discussão, senão vão ser retirados também. Continue, Deputado Carlos Marun.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Aproveita e limpa logo, Sr. Presidente. Choradeira é lá fora.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Assim sendo, o que se estabeleceu? Estabeleceu-se para a saúde e para a educação o que era teto. Assim mesmo! O que disseram os Parlamentares ou a Oposição?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, é preciso silêncio! Não temos como ouvir o pronunciamento do nosso Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Eu peço aos visitantes e aos demais convidados...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Peça para que voltem aos gabinetes! São todos funcionários de gabinetes, Sr. Presidente. Mande-os voltarem para os gabinetes para trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Todo mundo está respeitando todo mundo. Não vamos faltar o respeito com ninguém. Calma, Deputado Fernando Francischini. Temos que aprender a conviver, ouvir o contraditório. Eu tenho ouvido muitas coisas aqui com as quais muitas vezes eu não concordo. Vamos ter calma e tocar para frente.

Com a palavra o Deputado Carlos Marun, para concluir sua fala.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Eu quero até pedir desculpas por ter cedido à provocação, mas eu achei que passou dos limites. Eu acho que nós temos que nos respeitar aqui. Por isso eu fiz isso. Achei que passou do limite. Então, vou seguir em frente.

Mas o que se estabelece? Fui atrás dos números. Tanto se bateu no tambor que o dinheiro da educação e da saúde ia diminuir que eu fui atrás de números. E o que eu encontro na observação da evolução dos gastos, principalmente na saúde tão decantada? Em 2015, o piso era de 100 bilhões de reais. O que aconteceu de 2015 para 2016?

A tal Emenda nº 86, que tem titularidade, tem autor. O autor tem nome e sobrenome: Dilma Rousseff, Partido dos Trabalhadores. Fez com que o piso da



saúde baixasse de 100 bilhões para 91 bilhões de reais. Esses mesmos que estão fazendo essa cantilena e essa conversa nefasta são os que tiraram 9 bilhões de reais da saúde de 2015 para 2016.

Sabem o que aconteceria se seguissem a lei do PT na saúde? Deputado José Carlos Aleluia, V.Exa. sabe? No ano que vem, o investimento será de 103 bilhões. Pela PEC que estamos aqui aprovando, o piso é de 113 bilhões. Eles estão lutando para que se mantenha um piso de 103 bilhões. Nós estamos estabelecendo um piso de 113 bilhões. O número 113 é menor do que 103? Houve uma inversão da matemática?

Então, pessoal, chegou a hora da verdade. Isso aqui é verdade. Essa PEC tem uma grande vantagem. Ela vai diminuir a mentira daqueles que batem tambor defendendo verba para a saúde, para isso e para aquilo, mas que não dizem de onde ela sai. Tem um teto! Vai ter! Se quiserem mais verbas para a saúde, e daqui a pouco pode ser necessário que façamos essa modificação, pois podemos fazê-la nesse projeto, vão ter que dizer de onde querem tirar.

Isso aqui é uma PEC do emprego e também do fim da demagogia. Esses que se dizem partidos populares são partidos da enganação. Esta é a verdade. E esse é mais um dos grandes méritos dessa PEC.

Deputado Darcísio Perondi, eu quero falar do orgulho que o nosso PMDB sente pela atuação de V.Exa. S.Exa., sim, pode ensinar a esta turma o que é lutar por verba da saúde. V.Exa. pode dar aula para essa turma do que é brigar por verba da saúde. E V.Exa. está tendo uma posição responsável, apaixonado como é por esse Brasil, que nós teremos de recuperar. Eles feriram o Brasil, mas não o mataram, porque o País é muito grande. Viva a PEC 241!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Carlos Marun.

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Francischini, que falará pela Liderança do Solidariedade. V.Exa. dispõe de 4 minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, V.Exa. acompanhou o pronunciamento na imprensa do Deputado Tiririca durante o *impeachment*? É exatamente como estou me sentindo de ontem para hoje. Ele falou: “*Sou um palhaço, mas sou um palhaço profissional de circo. E eu não aceito*



palhaçada com o povo brasileiro”. Foi isso que o Deputado Tiririca falou, numa frase sensacional de discernimento.

Depois da limpa, do assalto à PETROBRAS, uma empresa quebrada e destruída, que era a 12^a maior empresa do mundo, hoje ela é pó. Nós estamos tentando reconstruir a empresa e salvar os funcionários que não têm mais fundo de pensão. Assistir a um monte de gente vestida de alaranjado defendendo a PETROBRAS, bem como aqueles que nunca se pronunciaram para tirar os diretores que estavam lá assaltando em conluio com autoridades e políticos, é palhaçada com o povo brasileiro. O Deputado Tiririca tinha razão. Não podemos aceitar isso.

Nós não podemos aceitar, Sr. Presidente, que venham defender que a PETROBRAS, que agora está quebrada e não tem mais dinheiro, vá explorar sozinha o pré-sal. Com que dinheiro? Só se Paulo Roberto Costa, outros delatores, políticos e tesoureiros do PT que estão presos devolverem tudo o que ainda falta devolver e nós reconstruirmos o patrimônio da PETROBRAS. Dai é capaz de que ela tenha dinheiro para explorar o pré-sal.

E o BNDES, Sr. Presidente? O BNDES era usado como banco de aluguel do PT, fazendo obras no exterior. Se tivessem feito todos aqueles bilhões de dólares de obras lá fora aqui dentro, metade dessa crise não existiria, porque não teríamos 12 milhões de desempregados na rua. As obras que estão sendo feitas pelas grandes construtoras na África, Bolívia, Venezuela e Cuba não estariam sendo feitas lá fora.

A maquiagem e as pedaladas fiscais que levaram ao *impeachment* de Dilma têm tudo a ver com a PEC do teto dos gastos públicos. Não precisaríamos estar aqui hoje discutindo uma medida dessas de austeridade do Presidente Michel Temer, que mostra que, mesmo com medidas duras, resolveu assumir as rédeas do nosso País, se eles não tivessem feito uma maquiagem tão grande nos últimos anos. Foi uma maquiagem para ganhar eleição! Começou tudo na eleição!

Então, não é possível assistir a tudo o que vimos acompanhando, Presidente, um país quebrado, destruído, com crise econômica. O brasileiro... Quase um terço dos curitibanos não foi às urnas nessa eleição: de 1 milhão e 200 mil votantes, 400 mil não foram, desilusão total. Nós perdemos a credibilidade.

E agora assistimos a esse debate demagógico de que estamos tirando dinheiro da saúde e da educação, de que os pobres agora vão perder os programas



sociais Por que não fizeram antes? Foram 13 anos de esculhambação com o dinheiro público! A Polícia Federal batendo todo dia, às 6 horas da manhã, na porta do pessoal, não serviu de alerta para ninguém. Mas agora vestem alaranjado para aqui dizer que não precisamos mexer, que precisamos manter os investimentos, e nós vamos fazer o que com o País? Vamos fechar as portas do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde? Não vai haver mais Previdência para ninguém. Bem que eu queria estar aqui defendendo outros programas, outros projetos, mas não podemos mais assistir a isso.

Presidente, eu encerro dizendo: vamos tirar o Brasil do vermelho, é isso o que nós precisamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Fernando Francischini.

Com a palavra o Deputado Benito Gama, que falará pela Liderança do PTB, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO BENITO GAMA - Sr. Presidente, Sr. Relator Darcísio Perondi, senhores membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, não estamos aqui para discutir petrolão, mensalão, dinheiro em Cuba, na Venezuela, nós estamos aqui discutindo uma PEC, encaminhada pelo Presidente Michel Temer, da maior importância para o País. Estamos aqui, Sr. Presidente, discutindo a reconstrução do Brasil. Queremos mostrar como era o Brasil há 15 anos, o que é hoje e projetá-lo para os próximos 20 anos, para a próxima geração.

Sr. Presidente, os dados que o Presidente Michel Temer e sua equipe econômica e social utilizaram para encaminhar a PEC 241 para o Congresso Nacional são dados, realmente, que não há como sermos contrários, não há como opinarmos desfavoravelmente.

Sr. Presidente, vamos começar pela dívida pública do Brasil. Hoje a nossa dívida...

Sr. Presidente, V.Exa. pode pedir para pararem de falar, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Pessoal próximo à porta, por favor, peço para manter silêncio, e também ao pessoal que está aqui na lateral direita, por favor. Obrigado.

Deputado Benito Gama, V.Exa. dispõe de mais 4 minutos.



O SR. DEPUTADO BENITO GAMA - Obrigado, Sr. Presidente.

Hoje a dívida pública do Brasil, Sr. Presidente, é de 4 trilhões de reais, 70% do PIB. Essa dívida, há 3 anos, era de 50% do PIB. Se não houver um freio hoje nas despesas públicas do Governo central, do Governo dos Estados e dos Municípios quanto à questão fiscal, só teremos uma saída se essa PEC não for aprovada: a hiperinflação. Há dois caminhos: o da PEC, o da reconstrução nacional, ou então o da hiperinflação, e os pobres realmente vão sofrer muito duramente na pele.

Sr. Presidente, esta é a questão social do Brasil: como defendermos a situação que existe hoje, o *status quo*, com 12 milhões de desempregados, podendo chegar a 14 milhões agora em dezembro, e nós do Congresso Nacional não fazermos nada? O Presidente Temer tomou a iniciativa, o Governo Federal, e nós temos a obrigação de não cruzar os braços, temos a obrigação de lutar nesse processo.

Eu não gosto muito, Sras. e Srs. Deputados, de comparar o Brasil com outros países. Mas há alguns exemplos recentes no mundo, próximos ou não do Brasil, do continente, que podem testemunhar o grande problema que vamos viver se essa PEC não for aprovada. Felizmente, ela caminha em um processo muito forte de uma aprovação esmagadora na próxima segunda-feira, e aqui, hoje, nesta Comissão.

Temos o exemplo da Grécia: pouco tempo atrás, a dívida pública caminhava no mesmo ritmo da dívida do Brasil e chegou-se ao desemprego de 28% da população. Em 2 anos, Sras. e Srs. Deputados, em apenas 2 anos do início da crise da Grécia, 100 mil crianças foram trabalhar para ajudar no orçamento das suas famílias.

Aqui próximo, a Venezuela tem partidos muito bem relacionados com o PT e com a ex-Presidente, com os ex-Presidentes imediatos. Na Venezuela, está faltando o medicamento mais simples para a sua população. Nem digo alimentos, alimentos também; faltam materiais básicos para a população da Venezuela, porque lá não se fez o ajuste necessário para se combater esse problema. O Brasil não vai ser uma Venezuela; o Brasil não vai ser uma nova Grécia, porque o Congresso vai dar a resposta que nós estamos esperando.

Doze milhões de desempregados, Sr. Presidente, é muita coisa, significa cerca de 50 milhões de pessoas que não têm emprego. E o emprego para uma



pessoa é fundamental para manter a sua dignidade e até o respeito dentro da sua casa, dos seus amigos, dos seus vizinhos, enfim, da sociedade.

Por isso, Sr. Presidente, eu não tenho dúvida de que o Brasil não irá no caminho da Venezuela, não irá no caminho da Grécia. E só para citar um exemplo: Portugal, que entrou na mesma crise que o Brasil está, fez um programa mais austero do que esse que está na PEC, porque não vai haver desinvestimento na educação, não vai haver desinvestimento na saúde, ao contrário, o Governo, podendo, vai aumentar esses investimentos. Portugal, com uma economia totalmente mais frágil do que a do Brasil, recuperou-se em 5 anos, fazendo cortes nas despesas, reduzindo salários, reduzindo certos serviços e certas despesas supérfluas como as que temos hoje no Brasil.

Nós vamos fechar os ralos, o Governo vai fechar os ralos, mas vamos também fazer uma construção positiva.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PTB diz “sim” a esta PEC 241, diz “sim” à reconstrução do Brasil. E, daqui a 2 anos, todos nós vamos presenciar um novo caminho, um novo Brasil para uma nova geração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Benito Gama.

Com a palavra o Deputado Patrus Ananias, pelo PT, por 9 minutos.

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, trabalhadoras e trabalhadores dos meios de comunicação, pessoas que aqui nos honram com as suas presenças, o primeiro ponto que temos que colocar aqui é a questão ideológica. Ela existe, nós estamos aqui representando interesses diferenciados, nós temos diferentes visões de mundo.

Para explicar a questão ideológica, Sr. Presidente, vou resgatar, na história do Brasil, a escravidão. Os proprietários de escravos convenceram a sociedade, e os próprios escravos, de que os negros constituíam uma raça inferior, e que a escravidão era boa para eles. A mesma lógica se estende também às pessoas pobres: a ideia de que os pobres são incompetentes.

A questão ideológica está muito vinculada aos donos do poder econômico. Os detentores do poder econômico conseguem passar isso para a sociedade,



utilizando, inclusive, muito bem os meios de comunicação e outras instituições. Eles passam para a sociedade como se fosse um bem coletivo, como se fosse um bem social aquilo que é o interesse deles, aquilo que consulta os seus interesses. Então, vamos explicitar isto aqui: a quem interessa a PEC 241?

E aqui eu quero distinguir entre empreendedores, pequenos, médios e microempresários e os donos do capital, o grande capital internacional e os seus históricos serviços no Brasil. Esse é outro problema que temos que explicitar também aqui. Não construímos ainda um efetivo projeto de Nação para o Brasil.

O saudoso Darcy Ribeiro dizia — ele prestava uma homenagem às elites brasileiras — que as elites são as mais competentes do mundo e da história. Não há outro exemplo de uma elite que tenha submetido e humilhado um povo por tanto tempo e a um preço tão barato para ela. Então, esse é um ponto que temos que esclarecer.

Fala-se aqui com um vigor enorme. “*O Brasil tem pressa*”, foi colocado aqui. Pressa para quê? Pressa para quem? A PEC é a pressa dos ricos, é a pressa para servir aos donos do dinheiro, para dourar o bezerro de ouro, para submeter a nossa grande e querida Pátria brasileira aos interesses do grande capital, que volta e meia estão presentes no Brasil.

É importante nós lembrarmos aqui, Sr. Presidente, uma discussão sempre presente na história do Brasil: monetaristas *versus* desenvolvimentistas. Sempre que há a possibilidade de uma arrancada para o Brasil, os colonizadores, que continuam presentes externa e internamente, vêm com o discurso desse ajuste, contrário aos interesses nacionais. É uma discussão histórica no Brasil.

Os monetaristas são conhecidos. Eugênio Gudin, Octávio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos deram o golpe em 64 para implantar o mesmo ajuste que a PEC está fazendo hoje, através do Sr. Roberto Campos. E, do outro lado, havia os desenvolvimentistas, inclusive um notável empresário brasileiro, que foi Roberto Simonsen, que escreveu uma obra notável sobre a história econômica do Brasil, e aqueles que Getúlio Vargas chamou de boêmios cívicos: Rômulo Almeida, Jesus Soares Pereira, Ignácio Rangel, o nosso grande e inesquecível Celso Furtado. Então, há um debate ideológico de concepção, que nós precisamos explicitar aqui.



Nós todos somos a favor do equilíbrio fiscal. Eu fui Prefeito de Belo Horizonte e posso dizer aqui, sem falsa modéstia, que fiz uma administração que marcou a história da Capital de Minas. Trabalhei os recursos ascendentes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Nós temos consciência disso.

Agora, o que está se fazendo com a PEC 241 é “jogar a criança fora com a água do banho”. Nós não estamos discutindo o interesse nacional, nós estamos discutindo o interesse do grande capital, especialmente do capital financeiro, dos banqueiros e seus coligados.

A PEC se concentra unicamente nos gastos primários, que são 20% do PIB. A PEC só foca educação, saúde, assistência social, só foca os pobres, as trabalhadoras e trabalhadores de baixa renda, e também os médios, pequenos e microempreendedores. A PEC não toca em nada com relação aos gastos financeiros.

Sobre a questão tributária, eu já disse aqui e quero reiterar: a questão tributária no Brasil não é aumentar impostos, é criar uma justiça tributária, em que os ricos, os banqueiros, os rentistas paguem mais e os pobres não paguem nada ou paguem menos. Hoje eles pagam muito com o imposto regressivo, bem como a classe média assalariada, que tem os descontos diretamente na sua fonte de rendimentos.

Quero ainda aproveitar os minutos que me restam para justificar aqui o voto em separado que nós apresentamos, explicitando, com todo o respeito, a nossa discordância com o voto do Relator Darcísio Perondi, que, a nosso ver, conseguiu piorar a PEC 241 do ponto de vista social.

Vou recuperar, então, os temas que colocamos, que mostram que a PEC fere de morte a Constituição da República Federativa do Brasil.

A PEC ofende diretamente o art. 60, § 4º, inciso IV, da Constituição, que diz respeito aos princípios inamovíveis da nossa Carta Magna, uma vez que a compreensão hoje é de que os direitos individuais se articulam com os direitos sociais, num encontro maior dos direitos fundamentais. E quem bem trabalha isso — não vou citar aqui por exiguidade de tempo — é o maior constitucionalista brasileiro, o decano e Prof. Paulo Bonavides, da Universidade Federal do Ceará.



A PEC atenta contra o princípio constitucional do não retrocesso, formulado e também incorporado na jurisprudência, trabalhado inicialmente pelo notável constitucionalista português, José Joaquim Gomes Canotilho.

A PEC desconstitui o pacto federativo e agride, portanto, o art. 60, § 4º, inciso I, da Constituição.

A PEC nega os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil ao bater de frente e negar um princípio norteador da Constituição, que está manifesto sobretudo no art. 3º e seus incisos.

A Constituição aponta na perspectiva do Estado do bem-estar social, do Estado da inclusão, da justiça social; e a PEC, na perspectiva do Estado mínimo, do neoliberalismo, do Estado que se omite e não implementa as políticas públicas necessárias.

Eu quero, então, o Sr. Presidente, concluir que, além do desmonte das políticas públicas já mencionadas aqui e constantes do nosso voto em separado — em educação, saúde e assistência social —, há um desmonte grave do Estado brasileiro. O Brasil fica congelado por 20 anos, inclusive em pesquisas fundamentais para o nosso desenvolvimento.

E dizer que a PEC vai acabar com o desemprego é falácia. Uma PEC que vai cortar recursos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - Peço mais 30 segundos, Sr. Presidente, considerando a nossa presença assídua aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Eu lhe quero muito bem, mas...

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - Peço mais 30 segundos, para eu concluir o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Vamos lá.

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - Estou dizendo, então, Sr. Presidente, que a PEC, que retira recursos da infraestrutura, que retira recursos de todos os investimentos, não é uma PEC que aponta para a perspectiva do trabalho e do emprego.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Muito obrigado, Deputado Patrus Ananias, sempre muito profundo nas suas análises.

Pelo bloco liderado pelo PTN, concedo a palavra ao Alexandre Baldy, por 4 minutos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Sr. Presidente Danilo Forte, Sr. Relator Darcísio Perondi, senhoras e senhores, quando eu avalio aqui a necessidade de ser discutida, votada e implementada uma PEC como a 241, vejo que isso nos faz refletir sobre quão graves são as condições a que chegaram a saúde financeira e fiscal do setor público brasileiro.

Isso me deixa surpreso porque todos os membros representantes daqueles que governaram este País por 13 anos tiveram condições maciças, consistentes e robustas de implementar todas as reformas, as reformas fiscais, as reformas tributárias, enfim, todas aquelas que fossem possíveis durante tais governos. Mas eles nunca o fizeram, nunca implementaram impostos que pudessem confrontar o setor financeiro e, pelo contrário, chegaram aqui com os maiores lucros de toda a sua história. Isso é uma bela dicotomia. Nunca implementaram aqui uma tributação sobre essa ou aquela pessoa com condição social acima da média da população. No entanto, eles vêm aqui e colocam como se houvesse a necessidade de se fazer isso agora.

Enquanto eles governaram, o que praticaram? Injetaram mais de 515 bilhões de reais no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES sem nem sequer conseguir explicar o porquê disso e quais eram as consequências para o nosso País.

Hoje temos aproximadamente 13 milhões de desempregados, apesar do esforço dos impostos pagos pela população e desse dinheiro que foi injetado no BNDES, que foi o famoso “bolsa-empresário”.

Agora dizem aqui que o Governo quer defender o setor A ou B. Mas aqueles que defenderam esse setor e tiveram condições de implementar todas as reformas, evitando que chegássemos a essa condição financeira do setor público, não fizeram o que deveriam. Então, eles não têm condições de fazer o discurso que fazem aqui.

Por isso, Sr. Relator, eu fico extremamente preocupado que haja qualquer possibilidade de não se aprovar essa PEC. Essa proposta é necessária porque



estragaram, esculhambaram as contas públicas brasileiras, fraudaram a contabilidade do Governo Federal.

Por quantos e quantos anos o Secretário do Tesouro Nacional fraudou a contabilidade do Governo Federal, estimando uma receita que não existia, executando gastos e empenhos que eram impossíveis de ser pagos?

Hoje vemos aí Ministérios com comprometimento 70 ou 77 vezes maior do que o orçamento anual. Com isso, qual é o compromisso com o programa de saneamento? Qual é o compromisso de 30 e alguns anos para um programa social como o Minha Casa, Minha Vida? Qual é o compromisso social com essas pessoas que ficarão impossibilitadas de receber uma casa, porque foi comprometido muito acima daquilo que era possível ser pago?

Não se perguntou á população se ela queria que se endividasse o Brasil, porque quem pagará por isso são os brasileiros. Essa PEC do Teto majora o gasto geral, o gasto total do Governo, não impedindo que se gaste mais em saúde, em educação ou naquilo que for necessário.

É por isso que temos que dizer a verdade aqui: se nós chegamos a esse ponto é porque eles esculhambaram com as contas públicas nacionais. E não venham aqui, agora que passaram para o lado oposto, dizer que essa responsabilidade é do Governo que há poucos meses tomou posse.

Agora este Governo está tendo condições de realizar uma reforma para colocar o Brasil nos eixos, para colocar o setor produtivo produzindo e gerando empregos. Precisamos ter um governo que pague as contas, senão nem conseguiremos ter condições de pagar as contas do setor público brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Alexandre Baldy, uma das boas revelações desta nova Legislatura.

Com a palavra, pela Liderança do PROS, o Deputado Ronaldo Fonseca, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Sr. Presidente, inicialmente, quero parabenizar V.Exa. por conduzir esta Comissão da forma como está fazendo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faz-se necessário que nós ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Por favor, peço à segurança que feche essa porta. Por favor, fechem essa porta.



Tem a palavra o Deputado Ronaldo Fonseca.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Recomponha o meu tempo, por gentileza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Vou recuperar o tempo de 3 minutos do Deputado Ronaldo Fonseca.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Sr. Presidente, faz-se necessário que nós, como Líderes, nos manifestemos aqui, assim como os demais Deputados membros da Comissão, até porque nós que vamos votar pela PEC — vamos votar “sim”, pela PEC 241 — precisamos fazer até uma justificação do voto, pela eloquência da fala da Oposição.

Muita falsidade se torna verdadeira aqui pela eloquência apenas. No mérito, infelizmente não dá para acreditar que poderia ser mantida uma tese como a que está sendo colocada pela Oposição.

O que acontece, Sr. Presidente, é que a PEC 241 está vindo porque o Brasil não tem mais dinheiro. Acabou o dinheiro! Estou vendo aqui a Oposição falar o seguinte: *“Não vai ter dinheiro para a saúde!”* Gente, realmente o Governo não tem dinheiro. Ele não tem dinheiro para a saúde agora, não tem dinheiro para a educação agora.

V.Exas. estão vendo como está a saúde? Estou ouvindo aqui alguns Deputados da Oposição falarem de tal forma que parece que a PEC 241 é que vai acabar com a saúde. Para eles hoje está tudo bem, existe médico para todo mundo, existe exame clínico para todo mundo, está tudo certo. Agora, com a PEC 241, vai faltar tudo, vai haver filas nos hospitais, não vai haver médico.

Não é bem assim, gente! A verdade é que não o Governo não tem dinheiro. A PEC 241 está vindo exatamente porque há um caos nas contas públicas.

Então, vejam, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como o meu tempo é muito curto, quero aproveitar aqui até para elogiar o Presidente Temer. Qual seria o caminho mais simples para S.Exa., já que vai ficar só 2 anos no Governo? O caminho mais simples para o Presidente Temer seria barricar tudo isso daí.

Lembram que estavam falando da CPMF? Lá no plenário mesmo, nós estávamos falando disso, porque estavam querendo propor a CPMF. O Presidente



Temer simplesmente decidiu o seguinte: “*Não, eu vou fazer um arrocho exatamente porque é preciso. Mas vou fazer com responsabilidade*”.

Aliás, eu queria até saber quem foi que escolheu o Presidente Temer para ser o Vice-Presidente na chapa da Presidente Dilma Rousseff. Quem foi que escolheu S.Exa.? Quem escolheu o Presidente Temer é bom de política. Sinceramente, quem escolheu o Presidente Temer é bom de política, porque escolheu, para ser o Vice-Presidente daquela chapa, exatamente o homem certo para a travessia deste momento nosso, com o risco de colapso fiscal que o Brasil está enfrentando. Nós estamos sendo ameaçados. Aí essa pessoa escolheu quem? O Presidente Temer, para que tivessem mais de 50 milhões de votos. Parabéns para quem escolheu o Presidente Temer! Aliás, se eu for candidato a cargo majoritário um dia, vou pedir quem escolheu S.Exa. que escolha o meu vice, para que eu tenha tranquilidade para atravessar qualquer momento.

Parabéns ao Presidente Temer e parabéns a toda a base!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Ronaldo Fonseca.

Para falar pela Liderança do PV, tem a palavra o Deputado Evandro Gussi, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. pela brilhante condução dos trabalhos desta Comissão, quero cumprimentar o Deputado Darcísio Perondi, o nosso Relator, que tanto esmero tem tido com essa questão e muito tem se dedicado a ela.

Sr. Presidente, a discussão que nós estamos realizando aqui é sobre o tamanho que nós desejamos para o Estado brasileiro, e há no fundo já concepções melhores sobre o tamanho do Estado. O que deve reger o tamanho de um Estado é o chamado princípio da subsidiariedade, o qual inclusive informa os tratados que compuseram a União Europeia, especialmente Roma, Maastricht e assim por diante. Ou seja, não se deve dar ao Estado aquilo que a iniciativa privada pode fazer e fazer bem. De outro lado, não se deve negar ao Estado aquilo que a iniciativa privada não pode fazer e fazer bem.

No entanto, começou-se a criar uma visão, nos últimos anos, nas últimas décadas no Brasil, de que o Estado podia fazer tudo e que o Estado teria recursos e



condições para fazer tudo. Isso, na verdade, não é possível, mas seria — em tese — viabilizado com emissão de moeda, o que gera, por consequência, a inflação.

Sr. Presidente, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Só 1 minuto.

Eu peço à segurança que feche essa porta. Essa porta vai ser usada somente para saída. Vamos interditar essa porta.

Segurança, por favor, não permita mais a entrada por aí, não. A sala já está muito quente, muito aquecida.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Asseguro a palavra ao Deputado Evandro Gussi.

V.Exa. dispõe de 2 minutos para concluir seu raciocínio.

O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI - Obrigado, Sr. Presidente.

Ou seja, começou-se a criar uma visão no Brasil de que nós teríamos que fazer tudo, que o Estado teria que fazer tudo e que haveria recursos disponíveis para se fazer tudo. Isso não é verdade aqui e não é verdade em nenhum lugar do mundo.

No entanto, essa visão equivocada foi sendo implantada no Brasil e foi gerando, por via de consequência, a necessidade de impressão de moeda e consequente hiperinflação em outros momentos. O gasto público brasileiro cresceu numa desordem tão grande que, sem dúvida, tem gerado e comprometido as contas brasileiras de maneira grave. Falar contra isso não é falar contra Governo; falar contra isso não é falar contra determinadas ideias; é falar contra a matemática. Nós precisamos, primeiro, conter o gasto público. Isso não há dúvida, porque o gasto público em excesso gera inflação, e a inflação prejudica as pessoas mais pobres, prejudica as pessoas mais simples.

Agora, ao lado disso, Sr. Presidente, nós temos que, de fato, sim, ver a prioridade do gasto público. Por exemplo, o Brasil hoje gasta nove vezes mais com educação superior do que com educação fundamental. Isso está equivocado. Nós precisamos de um novo desenho para o orçamento brasileiro. Esse será o próximo passo. O primeiro é conter o gasto.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Evandro Gussi.

Eu queira dar aqui uma informação. A partir de agora só vai entrar no plenário Parlamentar, porque está muito aquecida a sala. Aqui está mais quente do que no interior do Canindé, no Ceará.

Concedo a palavra, por 3 minutos, ao Deputado Alessandro Molon, da Rede.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, há pouco um colega disse que Michel Temer era um homem corajoso por ter tido a iniciativa de propor essa PEC. Se, de fato, fosse a coragem que o movesse, ele teria proposto isso para começar ano que vem. Mas como ele está pensando em eleição, ele está propondo que isso comece apenas a partir de 2018. A base do Governo dele está fazendo isso. Ou seja, a mensagem é a seguinte: *“Eu quero que os próximos Governos cortem os gastos dos pobres; o meu não, porque eu preciso chegar bem na eleição de 2018”*.

Essa postura não é de coragem; é uma postura de covardia política, de falta de honestidade, de falta de seriedade.

O Deputado Ronaldo Fonseca me pergunta: *“Não vai ter cortes?”* Tem que ter cortes, mas vamos começar o corte por onde qualquer pai de família começaria. Qualquer pai de família começaria pelo supérfluo, não pelo essencial. Qual é o pai de família, Sr. Presidente, que, diante de dificuldades financeiras, cortaria — para início de conversa — o plano de saúde da família, a comida, o colégio dos filhos? É isso o que o Governo está fazendo. Mas está fazendo uma crueldade maior, que é cortar o colégio, o hospital e a alimentação dos filhos dos outros, não dos seus. Quem vai votar nessa PEC aqui tem plano de saúde, mas vai tirar dinheiro da saúde dos pobres. O nosso plano de saúde continua garantido; a nossa alimentação continua garantida; a escola dos nossos filhos continua paga; mas as escolas dos filhos dos pobres vão piorar; o hospital dos pobres não vai ter remédio nem médico.

Um colega da Bahia disse que queria voltar logo para seu Estado, para dizer que votou a favor da PEC. Eu queria sugerir que ele fosse às filas dos hospitais públicos e dissesse: *“Olha, eu acabei de votar para tirar mais dinheiro do hospital, porque você deve achar bom demais hospital.”* Eu sugiro que ele vá às filas das escolas públicas onde não há vaga nas creches e diga: *“Olha, eu votei para ter*



menos dinheiro para a escola pública, porque, no meu entendimento, tem demais. Precisamos cortar gastos e vamos começar por vocês que têm menos.”

É isso que está acontecendo, Presidente. Isso é uma crueldade. Essa “PEC da Desigualdade” vai se tornar conhecida pelo povo brasileiro, e quem votar a favor dela, Sr. Presidente, nos próximos 20 anos, vai se lembrar de que contribuiu para aumentar a desigualdade em um dos países mais desiguais do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Alessandro Molon.

Com a palavra o Deputado Henrique Fontana, pela Liderança da Minoria, pelo tempo de 8 minutos.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, brasileiros e brasileiras que nos acompanham, vamos procurar mais informações. Vamos sair de um debate maniqueísta em que se apresentam dados que não se sustentam.

Chamo a atenção para o seguinte: todas as despesas públicas realizadas nos últimos 15 anos foram aprovadas por este Parlamento. Eu ouço alguns falarem aqui como se o Orçamento público não tivesse sido votado por todos.

O Deputado Darcísio Perondi, que é Relator e disse que há um desequilíbrio absurdo, manipulando essa questão do medo, ele votou em todos os Orçamentos que nós executamos. Então, ele foi um irresponsável. Os Deputados aqui dos outros partidos foram irresponsáveis? Não, porque o problema recente do Brasil é a queda da receita do País.

Aliás, está aqui um dado — esse, sim, retirado do orçamento público do País — que mostra que a despesa de 2010 a 2015 aumentou de 18,1% para 19,5%, um crescimento baixo sobre o PIB. Aliás, no tempo do Governo Fernando Henrique, a despesa saltou de 14% para 15,9%.

Então, não há aqui gastança; ao contrário, se, porventura, essa PEC estivesse em vigor nos últimos 10 anos do País, a educação — que hoje tem um orçamento executado em 2015 de 98 bilhões de reais, Deputado Jorge Solla — teria apenas 23 bilhões de reais. Essa é a proporção de cortes que acontecerá no futuro. O corte de um único ano...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Vou interrompê-lo por 1 minuto, Deputado Henrique.

Solicito à Deputada Jô e ao assessor que está com o Deputado Altineu que, por favor, respeitem a palavra do Deputado Henrique Fontana, Líder da Minoria.

Com a palavra o Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Obrigado, Sr. Presidente.

O corte de um único ano seria de 74 bilhões de reais. Deputado Perondi, em 10 anos, a educação pública brasileira teria perdido 351 bilhões de reais. Aí alguém vai dizer que, de certo, estão colocando dinheiro fora, Deputado Alessandro Molon, nas universidades, nas escolas. O dinheiro, de certo, é gasto para comprar supérfluos. De certo, o Brasil contratou muitos professores; de certo, no Brasil, Deputado Benito Gama, o professor está ganhando demais; de certo, no Brasil, não deveríamos ter construído as universidades novas que construímos ao longo destes últimos 13 anos, nem as escolas técnicas.

Sim, sim, para os filhos da elite, já havia a alternativa de estudar pagando uma universidade, mas nós conhecemos milhões de famílias neste Brasil que, por conta dessa evolução de investimentos na área de saúde, viram o primeiro filho da sua família chegar a uma universidade. Este é o papel do setor público: ampliar investimentos em saúde e educação, construir milhões de moradias.

Aí alguém diz: *“Sim, Deputado Henrique Fontana, eu também quero, também quero colocar”*. E eu quase me esqueço de dar os dados. Hoje, temos 8 milhões e 27 mil jovens na universidade. Quando começou o Governo Lula, tínhamos apenas 3 milhões e 500 mil, em números redondos. De onde saiu o dinheiro para levar 4 milhões e 500 mil jovens para a universidade?

E aí eu me dirijo ao Deputado Evandro Gussi. Saiu das empresas privadas, que pagam bolsas para os jovens estudarem? Não! Algumas até pagam, mas financiar o essencial desses 8 milhões e meio de jovens que estudam nas universidades é papel do setor público, com universidades próprias, com o Programa Universidade para Todos — PROUNI e com o Fundo de Financiamento Estudantil —FIES. O que constrói distribuição de renda e alavanca oportunidades de maior igualdade é o investimento público, cobrando impostos de forma justa.



Mas é interessante o que vocês propõem aqui: “*Vamos parar de evoluir em relação às vagas da universidade. A saúde pública brasileira tem padrão da Suíça. Portanto, agora vamos só manter o que existe*”.

Se essa lei estivesse em vigor, não haveria o Programa Mais Médicos, porque o aumento da quantidade de recursos necessários para sua implementação não se adequa ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA, Deputado Darcísio Perondi. Isso é recurso novo. Mas havia pessoas aqui que não queriam mesmo o Programa Mais Médicos e não o querem no futuro — os médicos serão progressivamente afastados do programa.

Agora, vejam algo interessante: não há nenhuma limitação para os gastos financeiros do Governo. Para esses gastos, que utilizam 45% do orçamento público, há liberdade total, porque, para eles, o deus do mercado deve dizer: “*João passa fome para que a taxa de juros saia de 7,5%, a SELIC*”, taxa que a Presidenta Dilma conseguiu implementar num dado momento, “*para voltar aos 14%*”.

Isso custa bilhões de reais, mas, em relação a isso, vocês são comportados, são coniventes. Michel Temer e Henrique Meirelles defendem a preservação das taxas de juros. Eles vêm com esse papo de que é preciso primeiro equilibrá-las para depois reduzi-las, porém, ao contrário do que dizem, é a taxa de juros que tem levado ao desequilíbrio das contas públicas, não o gasto em saúde e educação.

Ou será que seria, Deputado Patrus Ananias, o Bolsa Família o que desequilibrou as contas públicas do País, um programa que deu início à inclusão social no Brasil, mesmo que em níveis ainda baixos em proporção à dívida social que temos com o povo brasileiro?

Nenhum país do mundo cometeu esse desatino de congelar as políticas públicas por 20 anos. Meirelles e Temer serão os primeiros do mundo a fazer essa barbaridade! E V.Exas. querem viver essa experiência no Brasil. Nós precisamos derrotar essa tentativa.

Eu peço só 30 segundos para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Não, Deputado Henrique Fontana, não vou lhe conceder mais tempo, não. Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, nós tivemos que parar para V.Exa. pedir silêncio!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Pelo amor de Deus, Sr. Presidente! V.Exa. inclusive pediu que parassem de tumultuar para que eu pudesse retomar minha fala. Não é possível repor esse tempo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Então fale mais baixo. Pode falar mais baixo, por 30 segundos, educadamente.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, a primeira coisa que eu quero dizer é a seguinte: acho bom que V.Exa. tenha mudado de ideia e me concedido o tempo.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu decido qual tom de voz usar. V.Exa. não é o censor do meu discurso. (*Palmas e apupos.*)

Eu encerro dizendo: esta PEC é um crime contra o futuro do Brasil, contra a economia brasileira e contra as políticas públicas fundamentais para o povo brasileiro. Existem outras formas de equilibrar as contas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Existem formas mais justas de equilibrar as contas públicas.

(*O microfone é desligado.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Henrique Fontana. O seu tom de voz pode ser seu, mas o ouvido é meu.

Com a palavra o Deputado Arthur Oliveira Maia, por 9 minutos, para falar pela Liderança do Governo.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos chegando ao ponto final do debate para aprovarmos, aqui nesta Casa, aqui na Comissão, a PEC que regula os gastos públicos, que estabelece o limite de gastos públicos.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao longo deste debate, ao longo desta discussão, eu estive em reuniões com os mais renomados economistas deste País. Debatí o tema com várias pessoas, ouvi várias opiniões.



Mas, certamente, Sr. Presidente Danilo Forte, Sras. e Srs. Deputados, eu não precisaria ouvir nenhum deles se tivesse conversado, dialogado e perguntado a opinião de qualquer dona de casa, de qualquer brasileiro ou brasileira.

Trabalhando honestamente, mês a mês, eles recebem o salário e, dentro do seu orçamento, planejam a vida da sua respectiva família, decidem quanto vão gastar com a escola dos filhos, quanto vão gastar com a saúde, quanto vão gastar com a prestação do carro, etc.

Na verdade, Sr. Presidente, trata-se de uma questão de bom senso. O bom senso não foi o sentimento que presidiu o Governo anterior. Nós chegamos à condição de estarmos à beira de um abismo. O rombo nas contas públicas neste ano chega à inacreditável cifra de 170 bilhões de reais.

E o que é que se faz, Deputado Benito Gama, diante de um quadro como esse? O Governo amplia a sua dívida para poder financiar esse rombo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Eu pediria que a segurança da Casa fechasse a porta, por favor. Obrigado.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - O Governo amplia a sua dívida para poder financiar esse rombo. É por isso que a dívida pública no Brasil, que em 2004 estava em torno de 1,3 trilhões de reais, pulou em 2015 para 2,8 trilhões de reais, ou seja, quase se triplicou. Em um período de 12 anos, a dívida pública praticamente se triplicou.

Diante desse quadro, o que é que acontece? Para financiar o rombo orçamentário, o Governo toma dinheiro emprestado, lança papéis no mercado ou procura instituições financeiras. E, se ele toma dinheiro de instituições financeiras ou lança papéis, ele tem que pagar juros, Sr. Presidente.

E aí vem a outra inacreditável informação estatística deste Governo passado: no ano passado, o Brasil, que em 2007 havia pagado em juros e serviço da dívida alguma coisa em torno de 120 bilhões de reais, pagou, no ano passado, 367 bilhões de reais — ou seja, em um período de 9 anos, foi triplicada a despesa com pagamento de juros.

E eu vejo aqui Deputados do PT e outros Deputados da Oposição dizerem que esta PEC é a PEC dos banqueiros. Ora, meu Deus do céu! Qual foi ano em que o banqueiro recebeu o maior valor advindo de juros e serviço da dívida na nossa



história? Foi no ano passado, no Governo da Presidente Dilma: 367 bilhões de reais foram pagos a instituições financeiras, seja com o serviço da dívida, seja com o pagamento de parcelas de juros que decorrem dessa inacreditável cifra de endividamento que nós atingimos.

Então, Sr. Presidente, esse desequilíbrio só traz como consequência o aumento da inflação e do juro e queda no investimento feito pelas pessoas. Se se investe menos, gera-se desemprego, porque a economia entra em uma profunda recessão, decorrente justamente desse desarranjo, desse aumento de gastos ocorrido sem que houvesse nenhuma medida para contê-lo, nenhum controle. E foi esse gasto que lançou, que pariu, que criou a cifra mais perversa de toda essa ciranda que eles fizeram: a cifra de 12 milhões, relativa à quantidade de desempregados neste País. Essa é a maior taxa de desemprego da história do Brasil.

E eu vejo aqui o Deputado Henrique Fontana dizer que o Governo do PT criou 22 milhões de empregos. Pelo amor de Deus, Deputado! Considero V.Exa. um dos Parlamentares mais preparados desta Casa. É verdade que temos ideias antagônicas, mas V.Exa. é um homem preparado, um bom Parlamentar, dedicado ao seu mandato. Como V.Exa., diante de um aumento do desemprego que levou a 12 milhões de desempregados, tem coragem de dizer que o Governo de V.Exa. criou empregos? Desculpe-me, Deputado, mas ele não criou empregos, e, sim, tirou empregos das pessoas, o que levou, de maneira perversa, à falência de muitas famílias.

Vi aqui outros Deputados do PT fazerem loas, dizendo que o Governador criou um hospital, criou não sei quantos empregos a mais dentro do Estado. Ora, é claro que temos que ampliar os serviços de saúde, educação e outros essenciais, mas, pelo amor de Deus, alguém tem que pagar aos empregados do Estado!

E não é o Estado que se autofinancia; o Estado cobra imposto, e a quantidade de imposto arrecadada será maior ou menor a depender da vitalidade da economia, porque o Governo só vai ter condição de pagar o funcionário do hospital se houver uma economia pujante, forte, que crie riqueza, e se essas pessoas que levam à criação dessa riqueza tiverem capacidade de pagar impostos para financiar o serviço público.



Mas eles tratam aqui do emprego público como se criar empregos fosse uma grande coisa, fosse um fim em si mesmo. Isso, obviamente, vai contra qualquer lógica que nós possamos imaginar. Diante desse quadro catastrófico criado pelo PT, eles não apresentam nenhuma alternativa, apenas criticam aquilo que foi estabelecido pelo novo Governo.

Ora, Sr. Presidente, o Governo atual, em vez de criar impostos, manter a inflação alta e tomar dinheiro emprestado, preferiu cortar despesas e, além disso, qualificar o gasto público. Esse é o caminho que vai salvar o Brasil.

É absurdo V.Exas. da Oposição dizerem que o Governo está privilegiando determinado gasto, em detrimento de saúde e educação. É importante ficar claro para o Brasil que o que nós estamos dizendo aqui é que, se o Governo arrecadar 100, só vai poder gastar 100; se arrecadar 110, só vai poder gastar 110; se arrecadar 90, só vai poder gastar 90. Mas é claro que ele poderá, dentro da sensibilidade que possuem os governantes responsáveis, estabelecer as suas prioridades. E as prioridades estão sendo estabelecidas, haja vista as distinções que foram feitas pelo Relator em relação à saúde e à educação.

Ora, Sr. Presidente, como Líder do Governo, aqui substituindo o Deputado Andre Moura, eu faço um agradecimento à sua pessoa pela forma serena com que conduziu os trabalhos até aqui.

Parabenizo o Deputado Darcísio Perondi, que, competente, sério, diligente, apresentou um relatório satisfatório, ouvindo a todos os que estão envolvidos neste debate. Agradeço ao corpo técnico desta Casa. Agradeço às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que têm compromisso com o Brasil, que sabem da importância de votar medidas que não são aquelas populistas, mas as necessárias.

O Presidente Michel Temer poderia, como já disseram antes de mim, continuar com essa escalada irresponsável que quebrou tantos Países do exterior, que quebrou tantos Estados do Brasil, mas preferiu enfrentar o problema. E, no futuro, ele será lembrado por esse gesto heróico, que está salvando a economia do Brasil da irresponsabilidade daqueles que nos antecederam.

Vamos votar a favor da aprovação do relatório. Essa é a posição do Governo, a favor do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Arthur Oliveira Maia.

Pergunto ao Relator, o Deputado Darcísio Perondi, se deseja fazer uso da palavra para as considerações finais.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sim, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, antes de qualquer coisa, quero registrar que, no substitutivo, se omitiu o preâmbulo: *“As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda constitucional (...).”*

Solicito que a Secretaria da Comissão Especial inclua esse trecho na redação da PEC que for votada pela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Eu acho muito interessante o que eu vi aqui. Parece que o dinheiro cai do céu e todo mundo pode gastar o que quiser. Todo mundo — um casal, um jovem que está trabalhando, uma empresa, um empresário, uma Prefeitura, um Prefeito, um Governador, um Presidente da República — é livre. Vem o dinheiro do céu. Isso não aconteceu nos últimos 7 anos.

O cidadão que está me ouvindo ou me acompanhando com paciência pela TV Câmara sabe que ele não pode gastar mais do que arrecada, mais do que ganha. Se um casal em que mensalmente o homem ganha 3 mil reais e a esposa ganha 4 mil reais gastar 12 mil reais — portanto, 5 mil reais a mais do que eles ganham juntos —, quando chega o fim do ano, terão gasto no total 60 mil reais a mais do que ganha. Isso estoura as finanças desse casal. Pode acontecer ainda de o casal ter um filho gastador, por exemplo, o que também estoura suas finanças. Aí, eles têm que usar todos os cheques especiais, de todos os bancos, e todos os cartões de crédito, de todos os bancos ou até de lojas, já que algumas delas agora têm cartão de crédito.

Por outro lado, se o marido de um casal controlado perde o emprego, por exemplo, isso desequilibra as suas contas. Aí, ele tem que conversar com o filho: *“Meu filho, eu vou tirar o seu celular. Nós vamos cortar a Internet, diminuir a velocidade dela. Nós vamos ter que comprar menos passagem, vamos ter que*



caminhar mais para poupar na passagem de ônibus, senão o balanço das contas não vai fechar.”

Isso é elementar, mas não é o que aconteceu nos últimos 7 anos. É por isso que o Brasil está semiquebrado. Nos últimos 3 anos, ele está com o déficit primário negativo — no ano passado, ele foi de 110 bilhões de reais.

A ex-Presidente deixou as contas negativas em 170 bilhões de reais este ano. Ano que vem, com o esforço do Presidente Michel, esse valor vai baixar para 140 bilhões de reais. Desequilibraram-se as finanças. Houve um aumento de gastos 50% acima da inflação nos últimos 7 anos. A receita cresceu 15%, ou seja, 7% acima do que crescia todo ano. E não se fecha a conta. Isso é elementar.

E o pior é que o líder comunitário que preside uma comunidade da igreja, uma associação de bairro ou uma entidade recreativa sabe que tem que cuidar do dinheiro da igreja, da associação de bairro ou do clube recreativo com igual ou maior atenção do que a com que ele cuida do seu, senão ele quebra as finanças dessas instituições. Eles não fizeram isso.

Esse discurso que rodou domingo, nas eleições, e que afastou a Dilma levou a esse buraco fiscal. Aí é preciso consertar isso. Esse casal vai vender o carro, vai tirar o filho da escola particular, vai procurar o banco, vai administrar melhor seu dinheiro, vai rezar para que a economia melhore.

Lidar com isso é tarefa, agora, do Presidente Michel, que tem consciência da gravidade da situação, tem essa consciência de que o País está semiquebrado. O Presidente está determinado. Ele tem convicção, conhece as circunstâncias.

E ele não está pensando em eleição — dirijo-me ao Deputado da Rede que aqui falou. O Presidente Michel Temer tem dito publicamente que não é candidato à reeleição e que, nestes próximos 2 anos e meio, vai fazer todo o esforço que for necessário. Ele não está preocupado com popularidade. O que ele quer é consertar o País com a sua equipe e sua base aliada, não com esse discurso que está enterrando o País. O Brasil piorou, e muito, nestes últimos 7 anos de desequilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Não, eu vou usar o tempo necessário para a explicação, meu caro Presidente, como nós conversamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Eu queira agilizar.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Vamos lá.**

Primeiramente, o que é o novo regime fiscal? Ele vai trabalhar a despesa primária, o que entra de imposto e contribuição e o que sai, porque a gastança foi desenfreada fez as taxas de juros irem lá para cima.

E um governo que gasta mais do que arrecada precisa fazer o quê? Como aquele gastador ou aquele que perdeu o emprego, ele vai ter que procurar o banco, vender títulos do Tesouro — é o banco quem os vende. E o Governo paga quase 15% ao ano pelo título. Portanto, o Governo, quebrado, está se financiando com a poupança do cidadão.

E contam mais uma mentira, a de que são os banqueiros que financiam a dívida do Brasil. Deputada do PT, saiba que os fundos de pensão públicos — o da POSTALIS, da PETROS, da PREVI — e os fundos privados de seus funcionários, de empresas grandes também contribuem. Eles estão financiando 25% dessa dívida.

Financiam-se também com a poupança da Caixa. Parte do dinheiro de quem tem dinheiro na poupança está financiando o Governo. O banco pega parte do dinheiro de quem tem saldo positivo na conta e o usa em financiamentos. Se a pessoa precisar do dinheiro, ele estará disponível, mas quanto desse dinheiro está parado lá?

Do nosso dinheiro, talvez a maior parte ou a metade — como a crise aumentou e a renda baixou, talvez seja menos da metade — está sendo usado para financiar a dívida. Há recursos de bancos também. E há dinheiro de fora. Todos os brasileiros financiam o Governo.

E o Governo concorre com ele mesmo. É claro que, se ele tira dinheiro do empresário que não expande a sua fábrica, que não compra uma máquina, é porque o Governo está pagando 15 reais sobre cada 100 reais que investe para financiar a sua própria dívida — essa é a verdade. E, como o Governo tem fama de mau pagador, selo de mau pagador, ele tem que cobrar. O juro de quem financia é mais alto.

Outra falácia é a de que o dinheiro da saúde e da educação vai diminuir. Se há um Governo que perseguiu a saúde foi o Governo do Partido dos Trabalhadores, que o fez durante os últimos 12 anos — e como a gente brigou!



A última tragédia fiscal, perversidade fiscal, a última desonestidade intelectual que houve no Parlamento se deu quando embutiram na Emenda Constitucional nº 86, de 2015, que trata do orçamento impositivo, a mudança do piso nominal, que passou a ter equivalência em relação à receita corrente líquida, quando a receita do Governo estava caindo. O pessoal da Oposição admitiu que estava caindo a receita, que o País estava entrando em depressão econômica.

Aí o Governo da Dilma trocou o indexador do piso de PIB nominal para receita corrente líquida. O Orçamento deste ano, cuja proposta ela mandou no fim do ano passado, seria o pior da história, e esta Casa corrigiu isso.

No que se refere ao piso da saúde, se fosse pela Emenda Constitucional nº 86, a escadinha inicial seria em torno de 90 bilhões de reais. O Presidente Michel Temer mandou alterar isso na Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, que vai usar agora a parte maior da Emenda Constitucional nº 86, o que se faria em 20 anos, e o piso sairá dos 85 bilhões ou 90 bilhões de reais do Governo anterior para 113 bilhões ou 114 bilhões de reais.

Quando se diz que os valores para saúde e educação serão congelados, está-se contando outra mentira — outra mentira. Todos os Ministérios, todos os outros poderes têm um teto: o limite individualizado acrescido da inflação. Repito: todos os Ministérios, todas as instituições, de todos os Poderes, têm esse teto. Trata-se do limite individualizado de gastos, dentro de um limite total, global de gastos. O Governo vai estabelecer um limite e vai controlar isso.

Só para a saúde e a educação não haverá limite. Por quê? Porque saúde e educação são direitos garantidos pela Constituição — a educação, a partir de 1988, e a saúde, a partir de 2000. Os orçamentos da educação e da saúde têm um piso, o piso — estamos pisando no piso — mínimo previsto, e podem subir e passar do teto.

Vou repetir: aqui, nós estamos pisando no piso. Saúde e educação têm sua garantia constitucional mantida pela PEC 241, e seus gastos podem subir acima do piso relacionado. Por isso, o Congresso tem poder para aumentar o orçamento da saúde e da educação, porque o piso é mínimo.

Aliás, o que o PT fez muito bem em relação à educação — não vou discutir o mérito disso — foi fazê-la funcionar quase no teto do orçamento. Ele era de 18



bilhões de reais, mas essas áreas funcionaram com 24 ou 25 bilhões de reais. Éramos nós que fazíamos com que se melhorasse o piso mínimo da saúde.

Então, senhores e senhoras, o recurso da saúde aumentará já nos próximos 3 anos. Depois do IPCA, há esta riqueza constitucional, essa preciosidade da inteligência constitucional: *“Educação e saúde podem crescer”*. Não vamos mentir para o cidadão.

Em relação à educação, há outro detalhe: os senhores sabem — quem não sabe vai saber agora — que o FUNDEB, que é básico para o desenvolvimento do ensino médio, está fora do novo regime fiscal. O reforço do FUNDEB, no Norte e Nordeste, dos Estados pobres, que têm outro reforço, está fora do novo regime fiscal, assim como o salário-educação.

O que mais está fora? O FIES, cujo recurso foi de 2 bilhões de reais para 18 bilhões de reais. Duas das maiores universidades particulares — uma do Rio de Janeiro e outra de Minas Gerais — venderam 60% do FIES. Estou falando de 18 bilhões de reais! O que mais está fora do regime fiscal da educação? Está fora o PROUNI. Então, a PEC 241 deixou de fora esses cinco eixos fundamentais da educação.

Sras. e Srs. Parlamentares, meus senhores e minhas senhoras, se até agora nós erramos no processo de orçamentação... É óbvio que todo mundo vetou. Mas todos nós sabíamos que o Governo mandava uma proposta de planejamento de gastos fantasiosa, pensando em fazer tudo, tudo. Tudo ele colocava na Orçamento, que vinha para esta Casa com uma receita subestimada. Nós aqui colocávamos outras coisas, superestimávamos a receita. E aí não se executava o outro ano, porque o plano de gastos estava lá na frente, e o financeiro, lá atrás — lá atrás!

Para piorar, o Governo continuava gastando! Ele agia como aquela família que gasta mais do que arrecada, na qual o filho, a mulher ou o marido gastam muito ou perderam o emprego. Então, gastava-se e gastava-se. Agora, com o novo regime, os aspectos financeiro e o orçamentário vão andar juntos!

Meus queridos Deputados, o Orçamento que nós vamos fazer vai ser verdadeiro! Os aspectos financeiro e o orçamentário vão correr juntos! Vai haver limites rigorosíssimos! Nem o Governo nem nós podemos aumentar acima do limite



global. Na saúde e na educação, sim, se poderá aumentar acima dele, pegando recursos de outras áreas, porque educação e saúde são prioritárias.

Há um artigo aqui que fala de crédito adicional. O procedimento para isso está rigorosíssimo — rigorosíssimo! Não haverá crédito adicional que não esteja dentro do limite do teto global. Vou repetir: não haverá crédito adicional que não esteja dentro do limite globalizado, do limite total, a não ser em caso de calamidade. Essa regra é rigorosa! Se houvesse isso na Constituição, a Dilma não teria sido cassada, porque ela teria sido obrigada a cumprir esse procedimento!

E há mais para informar aos senhores: se o Ministério Público, a Defensoria Pública da União e outros órgãos do Poder Judiciário, se os órgãos do Poder Executivo e aqui do Poder Legislativo, se, enfim, qualquer órgão de qualquer Poder quiser passar do limite individualizado, que é o que se gastou acima do IPCA, haverá vedações! Há vedações e vedações constitucionais! O doente — o buraco fiscal — está num estado tão grave, tão grave, que precisa, sim, de remédio poderoso! E o remédio foi constitucionalizar — constitucionalizar!

Agora, que vedações são essas? Se o Poder Judiciário ou o Poder Legislativo descumprirem, num ano, o que lhes foi imposto ou que foi discutido conosco e passarem do limite de gastos, esse Poder não poderá, no outro ano, fazer concurso, mexer no plano de carreira, dar aumento, aumentar a cota de Parlamentar ou o auxílio residência de juiz! Enquanto ele não resolver isso, ele ficará no hospital. Ele ficará no hospital por 1, 2 ou 3 anos!

Só haverá concurso se houver aposentadoria ou falecimento, só em caso absoluto de vacância. Isso serve para todos os Poderes, e não se aplica só aos funcionários: nós incluímos aqui todos os membros, todos os agentes políticos! Incluímos todos os agentes políticos, porque agora é a hora da verdade! Agora é a hora da sinceridade!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - É ou não é? Agora é a hora do Orçamento verdadeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Deputado Darcísio Perondi, há oito destaques para votar ainda.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Estou encerrando.



Não há outra saída: ou o Governo vai gastar menos do que arrecada, não vai roubar nem deixar roubarem, vai cuidar o dinheiro dele mais do que o gestor, ou nós vamos quebrar!

O Presidente Michel Temer está convicto e seguro quanto às reformas do País. A base aliada já sabe e vai ouvir as ruas e ouvir a voz que levou ao *impeachment*, porque o *impeachment* saiu em virtude de a população e as multidões terem acreditado em nós, Parlamentares! Daqui a 2 anos, nas próximas eleições, se nós não fizermos as reformas, eu acho que a renovação dos políticos vai ser de quase 100%, podendo vir um aventureiro ou uma quebração geral ou até ditadura. Eu não quero isso, e ninguém quer.

E mais: não será só a PEC 241, mas, em seguida, virá a reforma da Previdência. Aliás, alguns raros Ministros da Dilma defenderam a reforma da Previdência, o que os Líderes aqui do PT e de outros partidos da Oposição esqueceram. A PEC 241 precisa da reforma da Previdência. Essas duas são fundamentais. Virá depois a reforma trabalhista, que é só o acordado sobre o legislado, virão medidas...

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Espera aí, espera aí. Tem uma pessoa aí que está atrapalhando. Nós já estamos atrasados, há vários Deputados que terão que viajar. *(Pausa.)*

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - O senhor quer se retirar?

(Não identificado) - Quero, não!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Então, cale-se, por favor.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sem violência!

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Estou encerrando. *(Manifestações no plenário: Retira, Presidente! Tem que retirar! Põe para fora, Presidente!)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Segurança, por favor.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Põe para fora, Presidente!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sem violência, Presidente!

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, arrasta pelo pescoço. Ele está provocando, quer sair na foto.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Calma, eu sou um democrata, eu não vou aceitar provocação. Ele me provocou e vai sair. Por favor, abram a porta, porque ele vai sair.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - É isso, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Sem violência, por favor!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Presidente, só quero fazer um apelo, porque o outro professor desmaiou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Mas ele reagiu, ele reagiu.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Ele desmaiou. Não, Presidente, sem violência, sem violência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Ele reagiu, ele reagiu.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, Presidente, sem violência, sem violência. Recomende sem violência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Tudo bem.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Eu estou encerrando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Conclua, Deputado Perondi. Para concluir, Deputado Perondi.

(Não identificado) - Vamos votar, Presidente.

(Manifestações no plenário.)

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Eu estou encerrando. O Presidente Michel Temer e a sua base aliada estão devolvendo a esperança aos brasileiros, devolvendo-lhes o futuro. Acreditem, nós estamos transformando o Brasil e votaremos “sim” à PEC 241.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Presidente, V.Exa. pode solicitar...

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Esperem aí, calma, calma! Primeiro, em relação ao professor. O professor reagiu, a segurança o imobilizou e o



levou ao Departamento Médico. Ele está passando bem, já está liberado e inclusive já foi para casa.

Eu não vou aceitar desrespeito a nenhum Parlamentar. Da mesma forma que os Parlamentares têm que respeitar os visitantes e todos que estão aqui presentes, os visitantes também têm que respeitar os Parlamentares e a condução dos trabalhos. A senhora também já está se excedendo um pouco, por favor.

É o seguinte: nós já estávamos no período de votação, nós iríamos iniciar o período de votação do parecer do Relator. Mas há sobre a mesa dois requerimentos de adiamento de votação, e eles têm prioridade sobre a votação. Há um requerimento de adiamento de votação do Deputado Patrus Ananias, por 5 sessões, e outro pedido de...

(Não identificado) - (Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Espera aí, rapaz! Acalme-se! O senhor vai falar. Se o senhor tiver paciência para ouvir... Eu não vou gritar igual a você. Se você tiver paciência, você vai falar depois que eu terminar. Sente-se, por favor.

Nós temos dois requerimentos de adiamento de votação sobre a mesa: um do Deputado Patrus Ananias, que requer o adiamento por 5 sessões, e outro da Deputada Luciana Santos, por 4 sessões. Esses requerimentos de pedido de adiamento têm prioridade sobre a votação do parecer do Relator.

Então, vou passar à votação dos requerimentos.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Marcus Pestana.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Para encaminhar, Presidente, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Presidente, duas perguntas: quantos destaques são?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Além do mérito do parecer, temos oito destaques.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Segunda pergunta: a base do Governo está em obstrução?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Não, a base do Governo, não.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Então, vamos votar e falar menos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - O.k.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Para encaminhar, Presidente. Mas, antes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Para encaminhar é quando eu pedir a votação. O Deputado Patrus Ananias ainda vai falar por 5 minutos, alguém vai falar pela contradição e depois haverá o encaminhamento.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, eu vou falar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Com a palavra o Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, eu queria solicitar a V.Exa. que liberasse o professor detido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Ele já foi liberado, foi para casa, ele já foi para casa e está passando bem.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Houve, inclusive, um mal entendido que o próprio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Ele já foi para casa.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - V.Exa. me deu a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Mas já está respondido! Ele já foi para casa e está passando bem!

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - (*Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Com a palavra o Deputado Patrus Ananias, por 5 minutos, para defender o seu requerimento.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - V.Exa. me deu a palavra ou não me deu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Já respondi ao seu questionamento, Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Eu quero concluir a minha fala. V.Exa. vai cassar a minha palavra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Eu já respondi ao seu questionamento. Ele já foi para casa e está passando bem.

Obrigado, Deputado Henrique Fontana.



Com a palavra o Deputado Patrus Ananias, por 5 minutos, para defender o seu requerimento de pedido de adiamento por cinco sessões. Quem vai defendê-lo será a Deputada Erika Kokay.

Obrigado.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, escutei atentamente a tentativa de o Relator defender o indefensável. O primeiro aspecto é que não há como negar que há um teto estabelecido. Pode haver uma exceção desse teto para 2017. Esse teto vai fazer com que as despesas de saúde cheguem a 11,14% das despesas correntes líquidas. Há um teto, e ele é muito cruel. Sabe por que digo cruel? Aqui eu escutei: *“Ora, se arrecadarmos 100, vamos gastar 100”*. Não é bem assim. Se arrecadarmos 200, só podemos gastar 100 em despesas primárias...

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Com licença, Deputada, com licença, eu vou lhe devolver seu tempo.

Por favor, silêncio, porque estamos aqui na reta final. Está todo mundo cansado, vários Parlamentares têm compromissos nos seus Estados. Então, é importante que tenhamos disciplina e demos uma dinâmica ao trabalho, respeitando todos.

Deputada Erika Kokay, V.Exa. pode ter seu tempo reposto em 4 minutos e meio.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, reponha o meu tempo em 4 minutos e meio, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Pode ir, depois eu acrescento 30 segundos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Primeiro, aqui foi dito: *“Se se arrecadam 100, gastam-se 100”*. Não! Se se arrecadarem 200, só se gastarão 100 com as despesas primárias! É isso que está dito, de forma literal. As despesas primárias no teto estão globalmente limitadas. Se o País arrecadar 200, só vai poder gastar 100. E para onde vão os 100 sobressalentes restantes? Irão para os serviços financeiros — financeiros! —, contando com uma DRU que tem validade até 2023, se não me falha a memória, uma DRU que pode disponibilizar 30% dos recursos da Seguridade para qualquer despesa do Governo. Só que o Governo não vai poder



gastar com políticas públicas, não vai poder gastar com saúde e educação, porque há um limite, há um teto, um teto excepcionalizado para a saúde para o próximo ano, mas que estará vigente!

Fala-se aqui que o FNDE está fora, está excluído. É verdade. Mas o FNDE não representa 13% do Orçamento da educação. Os demais recursos da educação estarão congelados. Aliás, não é congelado. E vou repetir: educação e saúde precisam de pessoas que tenham fundamentalmente políticas. E, se houver aposentadorias, essas pessoas continuarão sendo pagas pelo Estado. Mas o Estado não vai poder repor, porque o teto está estabelecido, porque as despesas com políticas públicas estarão contidas. Aí me vêm dizer que investimento é gasto? Fala-se aqui em competitividade? Competitividade resolve-se com infraestrutura na indústria, com desenvolvimento tecnológico, e o Estado não vai poder gastar com isso. Aí alguém foi mais sincero e disse: *“Não, nós queremos é privatizar mesmo”*. É isso.

O Governo diz que quer resgatar a confiança do mercado, para vender nossas empresas. Aqui foi dito por um Deputado mais sincero, que assumiu que há serviços que a iniciativa privada tem que cumprir, mas a iniciativa privada não trabalha sem lucro.

Por isso, esta é uma PEC que está sendo construída com os empresários, com os banqueiros. Por isso, esta é uma PEC cuja verdadeira face está sendo escondida do povo brasileiro, porque o País terá uma involução das políticas públicas, o País terá um teto para gastar com o que é fundamental para o povo brasileiro. Alguém aqui falou de uma família?

E eu digo que, se tenho 100 reais e passo a gastar 200 reais, eu quero gastar os 200 reais para dar educação ao meu filho, para dar saúde ao meu filho. Eu não quero gastar apenas 100 tendo arrecadado 200. Isso é de uma profunda crueldade! É cruel o que se está fazendo com as políticas públicas, com a saúde e a educação. Cada real que investimos em saúde representa um real e meio no PIB, porque é investimento, gera emprego. E vêm me dizer que isso é em nome do desemprego ou é para eliminar o desemprego. Vejam, o período que o Brasil teve o menor desemprego da sua história foi quando os gastos públicos com as políticas públicas



estavam em exercício e em ascensão. Foi com o Minha Casa, Minha Vida, foi com o PAC, foi com investimentos, e não foi com congelamento do Estado.

Por isso, nós não podemos votar essa PEC no dia de hoje, em nome do povo brasileiro, em nome da necessidade de termos um País de pé, em nome do que não está sendo dito aqui, dos acordos que foram feitos e que não podem ser ditos, para entregar este País a banqueiros rentistas e para jogar a população brasileira no desemprego e na pobreza absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputada Erika Kokay.

Para contraditar, concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira, por até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, em nome da geração de emprego para combater a situação desses 12 milhões de desempregados, nós vamos votar contra o requerimento, porque o Brasil tem urgência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Mauro Pereira.

Para encaminhar, as bancadas que desejam fazê-lo...

Para e encaminhar pelo Governo...

(Não identificado) - “Não” para todo mundo...

(Não identificado) - Da Base do Governo, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - O Deputado Arthur Oliveira Maia, Líder do Governo, vai encaminhar pelo Governo.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Devido ao adiantado da hora, queria pedir a todos os Deputados da base governista que apenas a Liderança do Governo encaminhasse a respeito deste requerimento, a não ser que alguém seja contra a orientação do Governo e se manifeste.

O Governo orienta “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Arthur Oliveira Maia.

(Não identificado) - Muito bem, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como orienta o PT? Por 1 minuto.



O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - É importante o que comentei aqui anteriormente, que vou repetir. Num cenário de desemprego, a saúde foi o único setor que gerou emprego: quase 50 mil novos postos nos últimos 12 meses. E o grande impulsor da saúde é, sim, o gasto público, que, por sinal, no Brasil é muito pequeno proporcionalmente ao gasto total. Nós temos que aumentá-lo — nós temos que aumentá-lo.

As Santas Casas vão fechar, as universidades públicas não vão conseguir manter as vagas existentes, tudo o que conquistamos nos últimos 12 anos para a população mais excluída vai ser destruído por este Governo golpista. A população brasileira precisa saber. Se se tem 200 reais, 100 são para os banqueiros, os outros 100, que se virem, porque só tem para a saúde, educação, previdência e assistência social.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota o PT?

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Pelo adiamento da discussão, para a população brasileira conhecer mais a realidade da PEC do golpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota o PDT, Deputado Subtenente Gonzaga?

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, o PDT comprehende que essas medidas pelo tempo de 20 anos são exageradas. É um tempo excessivamente longo para impor uma condição a um segmento da população e não impor a mesma condição a outro segmento, que é o segmento financeiro. O PDT tem toda a clareza da necessidade e da importância do ajuste fiscal, mas entende que o texto da PEC 241 não corresponde, neste momento, àquilo que é necessário fazer através da própria Lei Orçamentária nacional.

Portanto, o PDT vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Subtenente Gonzaga.

Como vota o PCdoB, Deputada Angela?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. Presidente, eu ouvi atentamente a manifestação do Deputado Perondi, e, freudianamente, ele se trai na hora em que diz que um pai, quando tem problema de orçamento, corta a Internet e o celular do filho. Isso é supérfluo! Nós estamos falando aqui de cortar na ciência e tecnologia,



de cortar na saúde, de cortar na educação, de cortar na assistência social, de ferir de morte o Bolsa Família. É disso que estamos tratando.

Portanto, Sr. Presidente, o PCdoB pede que tenhamos mais tempo para discutir. Se nós temos uma posição aqui de alguns que dizem que não é esse o efeito e todos os Conselhos temáticos dizem que é esse o efeito, que tenhamos mais tempo para discutir.

Portanto, o PCdoB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputada Angela Albino.

Como vota a Rede, Deputado Alessandro Molon?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, como se trata de um requerimento de adiamento de votação, e estou vendo muitos colegas dizerem que essa PEC é ótima para o Brasil, eu quero dar mais tempo aos colegas de fazerem propaganda dela, para mostrarem ao Brasil como essa PEC vai ser boa. Então, para permitir aos colegas falarem muito dela na semana que vem e preparar o País para a votação da PEC, nós vamos votar a favor do adiamento por cinco sessões.

E acrescento, Sr. Presidente, um ponto que acho fundamental ser considerado: que se diga, durante a semana que vem, que é uma PEC que vai congelar os gastos em saúde, sim, ao contrário do que disse o Relator, e que vai congelar os gastos em educação, sim, ao contrário do que disse o Relator. É isso que estão dizendo todos os Secretários de Educação do País, como disse há pouco o Deputado do PSB; é isso que está dizendo o Conselho Nacional de Saúde; é isso que estão dizendo os Secretários de Assistência Social.

A Rede vota “sim” ao adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Alessandro Molon.

Como vota a Minoria, Deputado Henrique Fontana?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, eu vou reforçar essa sugestão do Deputado Alessandro Molon. Eu imagino que todos os Deputados da base do Governo gostariam de dar uma entrevista coletiva, nos seus Estados, dizendo que salvarão o Brasil congelando todos os investimentos públicos.



Eu imagino que, se nós pudermos debater pelo menos mais 15 dias, a população vai aplaudir de pé, nas ruas, os Deputados que querem aprovar o congelamento da saúde e da educação. Como disse a Deputada Angela Albino, vejam o exemplo do Deputado Darcísio Perondi: *“Ah, se está apertado, a gente diz para o filho caminhar um pouco mais e não pegar o ônibus”*. Mas, sabe qual é o problema, Deputado Patrus Ananias? É que, do outro lado, o mercado financeiro passa de Ferrari. Então, esta PEC é a PEC da desigualdade — é a PEC da desigualdade! Esta PEC é um crime contra o povo brasileiro!

Nós votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Henrique Fontana.

Vamos à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Patrus Ananias de adiamento de cinco sessões permaneçam como se acham. Os demais que se manifestem contrários. (Pausa.)

Rejeitado o requerimento.

Vamos ao próximo requerimento, de autoria da Deputada Luciana Santos. Ela está presente?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Eu o estou subscrevendo. Ela passou mal, Sr. Presidente, e eu tenho plenos poderes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Mas deveria tê-lo subscrito antes.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Eu já havia falado e inclusive avisado a respeito, Sr. Presidente. O comunicado está na sua mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Não foi comunicado à Mesa.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Foi comunicado à Mesa, Presidente. Inclusive a Deputada Luciana Santos o apresentou, e já está ali.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Então, me dê o recibo com o horário.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Presidente, está ali a minha condição de suplente.



O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Presidente, pode subscrever na hora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Não, senhor. Requerimento, não. Requerimento tem até encerramento.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Pode, Presidente. Pode subscrever!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como a autora não está presente, o requerimento perdeu o objeto.

(Não identificado) - Perdeu o objeto. Perdeu o objeto.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Presidente, em todas as Comissões...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Vamos à votação do parecer do Relator.

Declaro encerrado o prazo para apresentação de requerimento.

Informo que foram apresentados oito destaques à Mesa.

Em votação o parecer do Relator.

Para encaminhar favoravelmente, concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Eu quero dizer que vou votar a favor. Em nome do meu partido, em nome dos brasileiros que represento, em nome das pessoas que estão desempregadas, em nome das empresas que estão desesperadas, em nome da elevação do investimento, em nome da elevação do consumo, em nome da melhoria da qualidade da educação, em nome da melhoria dos serviços públicos, eu entendo que o Governo tem que limitar os seus gastos. Limitar os gastos, como acontece na minha casa, como acontece na casa de Darcísio Perondi, como acontece na casa do povo, não significa cortar pão. Limitar os gastos pode significar cortar o supérfluo. E o Governo tem muito supérfluo.

Eu venho, há muitos anos, dizendo que o Governo passado, nos 13 anos do PT, não tinha guardião do Tesouro. Por muitas vezes, os Deputados presenciaram o erro da Oposição defendendo o Tesouro do Governo que eu combatia. Havia elevação de gastos de toda ordem.



Sem esta PEC, como nós vamos controlar as despesas do Poder Judiciário, que estão crescendo fora de controle, sim? Como nós vamos controlar as despesas do Ministério Público, que estão crescendo mais do que a economia? Como nós vamos cortar as despesas da Defensoria Pública, que, por equívoco do Congresso e do Partido dos Trabalhadores, transformou-se em Poder, empoderou-se, até com a possibilidade de disputar eleições?

Portanto, Sr. Presidente, com muita convicção, e não por apoiar o Governo, não por ser favorável a este Governo, se esta proposta tivesse sido feita pela Presidente Dilma, de forma heroica...

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Só 1 minuto, Deputado José Carlos Aleluia.

Por favor, Plenário, está todo mundo cansado. Vamos contribuir.

V.Exa. tem a palavra, Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Se esta proposta tivesse sido feita pela Presidente Dilma, eu a teria defendido, como defendi o ajuste do Levy que o partido dela não defendeu. Votei a favor do ajuste de Dilma, de Levy, e muitos me criticaram. Votaria a favor, mesmo se tivesse brigado com o Governo. Acho que o Governo inclusive precisa fazer seus ajustes. Defendo que sejam feitos ajustes.

Mas esta não é uma medida deste Governo. Esta é uma medida de interesse do Brasil. Esta é uma possibilidade de voltarmos a ter nova uma gestão do Governo Central, uma nova gestão das estatais, o controle dos fundos dos estatais, que foram assaltados nesses últimos 13 anos, o controle dos bancos públicos, a melhoria das agências reguladoras, a procura de estabilidade para redução dos juros e aumento do crédito.

Nós entendemos, Sr. Presidente, que essa PEC deve ser aprovada e não pode ser adiada. Nós temos pressa! O povo que está desempregado tem pressa e está me pedindo: *"Aleluia, arrume emprego para mim!"* E a forma de lhe arrumar emprego é aprovando esta PEC, que é a PEC do emprego.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado José Carlos Aleluia.



Para encaminhar contra o parecer, concedo a palavra ao Deputado Alessandro Molon, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, só pode considerar supérfluo o gasto com saúde quem tem as despesas com saúde pagas pelo Congresso Nacional. Só pode considerar gasto com educação supérfluo quem tem os netos na escola particular. Só pode considerar gasto com assistência social supérfluo quem nunca precisou de apoio e nunca ficou desempregado. Isso é um acinte contra a população pobre deste País!

E isso é tão grave que o próprio Relator, quando citou o exemplo de um pai de família, não teve coragem, nem num exemplo hipotético, de dizer que o pai ia comunicar aos filhos que ia cortar o remédio, que ia cortar o plano de saúde, que ia cortar a escola, que ia cortar o lanche ou a comida em casa. Disse que ia cortar o celular, disse que ia cortar a Internet, disse que ia cortar o ônibus, mas não teve coragem, nem nesse exemplo imaginário, de dizer que ia cortar a saúde desse filho de uma família que ele imaginou. E fez isso porque, no fundo, ele sabe que é de uma crueldade sem tamanho excluir a saúde, a educação e a assistência social. É sim, Deputado Darcísio Perondi! Eu lamento profundamente dizer isso, mas é de uma crueldade sem tamanho.

Presidente, eu estudei a ação direta de constitucionalidade do Dr. Rodrigo Janot contra a PEC 86, corretamente lembrada aqui pelo Deputado Darcísio Perondi. Os mesmos fundamentos que levaram o Dr. Janot a pedir a constitucionalidade da Emenda Constitucional nº 86 o levarão a pedir a constitucionalidade desta PEC, porque é básico, Presidente! Os recursos previstos para saúde e educação, garantidos pela Constituição, não serão cumpridos. Esta PEC frustra, impede, proíbe — proíbe! — que o Governo Federal gaste na saúde e na educação o que o Constituinte originariamente garantiu. É uma questão de tempo. Será derrubada no Supremo. Eu lamento que a Casa passe pela vergonha de aprovar algo tão flagrantemente constitucional.

Se essa fosse uma proposta que apresentasse uma solução de corte de gastos que pelo menos ressalvasse os gastos sociais, os gastos com os mais pobres, ela mereceria uma reflexão séria. Agora, querem retirar a saúde dos pobres, a educação das escolas públicas, o Bolsa Família, o benefício de prestação



continuada?! Presidente, não tem nome essa crueldade! E, olha, se os colegas orgulham-se tanto de votar a favor disso, eu queria sugerir que eles fizessem um cartaz dizendo: *“Eu votei a favor da PEC 241”*, e o colassem na porta dos seus gabinetes! Que usem uma camiseta com o escrito: *“Eu votei a favor da PEC 241!”*; que coloquem na capa do Facebook, na primeira página do site: *“Eu votei a favor da PEC 241!”* Quando a população brasileira entender o que está sendo votado aqui, ela vai se revoltar contra isso.

Sabe por que tem gente que é a favor, Presidente? Porque todo mundo é a favor de controlar gasto público. Se formos à fila do hospital e perguntarmos às pessoas, elas serão a favor. Mas sabe o que elas entendem quando lhes dizemos que se vai fazer corte de gasto público? É que se vão cortar os gastos, por exemplo, com o jantar de domingo à noite no Planalto — a população brasileira acha que é esse tipo de gasto que será cortado —, com a mordomia, que se vai cortar a farra do dinheiro público com o benefício dos políticos. É isso que a população quer que se corte, mas não o dinheiro do hospital público. Vai à fila do hospital público, Presidente, perguntar o que eles acham disso? Vai à fila da creche perguntar se as pessoas são a favor de se diminuir o salário do professor? Vai à fila da Caixa Econômica Federal perguntar se quem recebe bolsa família é a favor de reduzir o benefício com o qual a pessoa sobrevive neste País ainda tão desigual?

Essa crueldade vai ficar marcada na história da Câmara dos Deputados e na história de cada um que colocar a sua digital para aprová-la. Eu não cometerei esse crime contra os mais pobres do meu País. Eu não vou manchar a minha biografia com isso. E tenho certeza de que muitos colegas aqui, no fundo, não querem fazê-lo e tentariam aprovar essa PEC se fosse tirado o gasto com saúde, educação e assistência social. Mas nem nisso, Presidente, nem nisso o Governo é capaz de ceder, nem pensando nos mais sofridos? Que tristeza, Presidente!

Eu vou lutar contra essa PEC até o fim, pela crueldade que ela representa contra os mais pobres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Alessandro Molon.

Para encaminhar a favor do parecer, concedo a palavra ao Deputado Marcus Pestana, por até 5 minutos.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, a discussão está esgotada.

Vamos para a votação: “sim” à PEC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Marcus Pestana.

Concedo a palavra ao último orador para falar contra o parecer, o Deputado Patrus Ananias, por 5 minutos. (*Pausa.*)

O Deputado Patrus Ananias transfere a palavra ao Deputado Jorge Solla, que dispõe de até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Obrigado, Presidente. Primeiro, quero só esclarecer para quem não conhece a realidade dos últimos anos da nossa Capital baiana que não é bem essa coisa como o Deputado José Carlos Aleluia colocou, não. A gestão municipal atual deu um aumento escorchante, absurdo, no IPTU! Levou uma pessoa de fora, o Mauro Ricardo, para ser Secretário, só para fazer o estrago no IPTU e depois sair novamente de Salvador. Aumento escandaloso no IPTU! Quem fala contra imposto, o pessoal neoliberal, diz que não pode aumentar carga tributária.

O Prefeito de Salvador aumentou a arrecadação com dois mecanismos: primeiro, o aumento escandaloso da carga tributária, com o aumento gigantesco do IPTU; segundo, a indústria de multas, aumentando também de forma escandalosa a arrecadação de multas na cidade. Do lado dos gastos, não houve aumento nos serviços de saúde. Houve aumento no Orçamento Geral, por causa do aumento com servidor da gestão anterior, que foi repassado, mas não houve aumento dos recursos efetivamente investidos na função assistencial em saúde. E mais, para quem não sabe, Salvador, terceira maior capital do Brasil em população, não tem um único leito hospitalar municipal. Assim é fácil fazer a gestão da saúde num Município do tamanho de Salvador, largando toda a responsabilidade de internação de pacientes para o Governo do Estado.

Além disso, fala-se tanto contra os gastos com cargos públicos... Sabem quanto foi o aumento do gasto com cargo público na gestão municipal atual? Mil cento e dezoito por cento! Vou repetir: 1.118% aumentaram os gastos com cargos públicos na Capital baiana, aquela do Prefeito neoliberal, que é contra gastar com



cargos — são dados do TCU —, e que não fez concurso para aumentar a folha de servidores. Claro, porque ele tinha que aumentar os gastos...

(Não identificado) - (Ininteligível) mal avaliado.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - ...com cargos, e, claro, com publicidade, com as suas empresas... Quem é dono de uma rede de televisão e controla a mídia consegue passar... O aumento do IPTU que houve lá nunca seria aprovado se fosse um Prefeito que não controlasse a mídia completamente para abafar os ruídos da resistência.

Voltando a falar da PEC do desemprego, da PEC da desigualdade, nenhuma política pública consegue gerar emprego cortando investimentos públicos — e lembro aqui da construção civil —, cortando saúde e cortando educação. Essa PEC vai gerar desemprego — vai gerar desemprego! É por isso que há essa correria para aprová-la logo, para não dar tempo de a população perceber o estrago que o Governo golpista quer fazer. Querem deixar de gastar com a população, querem tirar dinheiro que vai para a população.

Com certeza, os baianos que governavam antes se contentavam com uma única universidade, porque eles acham que universidade é só para os filhos da elite. Filho de trabalhador não tem que ir para banco de universidade, não! É gasto absurdo, é desperdício, ter sete universidades públicas federais num Estado nordestino! E no Nordeste tem que se gastar pouco com a população para sobrar muito para a elite. Isso é o que vocês querem fazer com esta PEC.

Não é PEC para limitar gastos públicos, não, é para limitar os gastos públicos com a população brasileira, é para limitar os gastos com saúde, com educação, com assistência social, é para aumentar os gastos com juros, é para aumentar os lucros dos empresários que bancaram o golpe, que financiaram o golpe, que o Governo golpista representa.

Esta PEC foi construída com a FEBRABAN — Federação Brasileira de Bancos, esta PEC serve para atender aos interesses da FEBRABAN e da FIESP — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Esta é a PEC da morte da população, é a PEC da morte dos investimentos públicos, é a PEC da morte da educação brasileira, é a PEC da morte de uma geração que vocês vão condenar a



estar desassistida na saúde, a sair dos bancos de educação, a perder o mínimo de acesso às políticas públicas, conquistadas a duras penas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Jorge Solla.

Vamos à votação.

As bancadas querem orientar? (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Arthur Oliveira Maia.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Quero encaminhar pela base, Sr. Presidente, mas, antes, quero pedir desculpas aos meus colegas da base, porque eu não resisto a exercer aqui um pouco de provincianismo.

Meu conterrâneo, o Deputado Jorge Solla, fala das maldades do Prefeito mais bem avaliado do Brasil, o ACM Neto. Mas imaginem que, com todas essas maldades, ACM Neto teve 75% dos votos dos soteropolitanos contra 15% da candidata que o partido dele apoiou. Imagine, Deputado Solla, se o Neto não tivesse feito todas essas maldades que V.Exa. acaba de mencionar, ele teria 100% dos votos de Salvador.

E eu quero encaminhar pela base apoiando o relatório do nosso Deputado Perondi, na certeza de que isso é o que o Brasil precisa e que nós, com muita responsabilidade e patriotismo, vamos votar.

Votamos “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Todos os partidos da base concordam com o encaminhamento do Líder do Governo? (*Manifestação no plenário.*)

Sim.

Como vota o PT?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, o que mais me assusta é o cinismo. Cinismo é quando as pessoas sabem que estão mentindo — sabem que estão mentindo —, tentam dourar uma pílula que é extremamente amarga e tentam dizer à população: “*Eu estou tirando o seu direito. Eu estou tirando o seu futuro, para defendê-lo.*”

É a mesma discussão da PEC das empregadas e empregados domésticos, quando se dizia: “*Não, não lute pelos seus direitos, porque os seus direitos vão levar*



o seu emprego”. É a mesma discussão da reforma da Previdência, é a mesma discussão da reforma trabalhista: *“Vou retirar os seus direitos em sua defesa.”* Mas não há como esconder o caráter desta PEC.

O Orçamento do ano que vem tem 30 bilhões de créditos subsidiados para vender o Brasil. O investimento que se quer é na venda do Brasil. Já há a lista das empresas que serão vendidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota o PT?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O PT, Sr. Presidente, em nome do País e em nome do combate ao cinismo e à crueldade, vota “não” à PEC da morte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputada Erika Kokay.

Como vota o PSB, Deputado Danilo Cabral?

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Sr. Presidente, registro que a posição do PSB, como já dissemos aqui, não foi uma posição fechada. Dentro da bancada, há uma parcela expressiva que entende que a PEC deve ser aprovada e há outra parte que defende, como nós defendemos aqui, que aprofundássemos este debate.

Então, nós vamos encaminhar “não”, mas respeitando a posição do partido, que, pela sua posição majoritária, deve votar pela aprovação. O nosso encaminhamento é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Danilo Cabral.

Como vota o PCdoB, Deputada Angela Albino?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. Presidente, o PCdoB tem feito um esforço aqui para que possamos desnudar de fato essa PEC. Uns dizem que ela não impacta nada, mas se diz também que não há mais dinheiro e que é preciso economizar. Ou uma coisa ou outra. Se dizemos aqui que é para economizar, é para economizar em saúde, educação, segurança, assistência social, ciência e tecnologia.

Por isso o PCdoB, Sr. Presidente, vota “não”, rejeitando a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigada, Deputada Angela Albino.



Como vota o PDT, Deputado Subtenente Gonzaga?

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, eu fiz um exercício aqui, levando em conta a minha realidade de policial militar em Minas Gerais: se tivéssemos aplicado essa regra nos 20 anos anteriores, nós teríamos saído de um salário de 415 reais, em 1996, para 1.512 reais, em 2016. No entanto, sem essa regra, nós pudemos fazer negociações. Hoje, estamos com o piso de 4 mil reais.

Muitos acham que 4 mil reais é muito para um policial combater o crime, morrer, enfrentar tiros, mas essa é a avaliação de cada um. Agora, se nós projetarmos o salário pelo centro da meta previsto e estabelecido pelo Banco Central para os próximos 20 anos, nós chegaríamos a um salário de 3.512 reais daqui a 20 anos.

Portanto, é esse raciocínio que nos impõe rejeitar esse relatório, votando “não”, por entender que 20 anos é um tempo excessivamente longo para essa medida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Subtenente Gonzaga.

Como vota a Rede, Deputado Alessandro Molon?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, trata-se de uma proposta flagrantemente constitucional, porque vai descumprir os mínimos constitucionais para a educação e saúde, que só podem ser alterados para garantir mais direitos, e não menos.

Pelo princípio da vedação do retrocesso social, pela garantia do direito fundamental à vida, à saúde, à educação e por entender que se trata de uma proposta de extrema crueldade, que vai aprofundar o maior problema deste País: a desigualdade, a Rede vai rejeitar essa proposta, votando “não”.

A Rede, mais do que isso, vai procurar chamar a atenção de toda população brasileira para a gravidade dessa proposta, para o que ela representa, para o fato de que, daqui a 20 anos, vai ter gente com hospital público pior, com escola pública pior, sem assistência social, caso seja aprovada.

Por essa razão, a Rede vai votar mais uma vez “não”, rejeitando a “PEC da desigualdade”.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigada, Deputado Alessandro Molon.

Como vota a Minoria, Deputado Henrique Fontana?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, se esta regra estivesse valendo nos últimos 10 anos, a saúde pública brasileira, que do Orçamento Federal recebeu 702 bilhões de reais, deixaria de receber 228 milhões.

Com esses 228 bilhões de reais, foram efetivados nos últimos 10 anos o Programa das Ambulâncias do SAMU, o Farmácia Popular, que não existia, o Programa Mais Médicos, com 18 mil médicos, a construção de novas UPAs e de hospitais. O Brasil precisa de mais serviços públicos de saúde.

Esta PEC vai não só estagnar, vai fazer andar para trás o serviço de saúde, porque a inflação na saúde é maior do que o IPCA.

Por isso e por tantas outras coisas, nós votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Henrique Fontana.

Vamos à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que aprovam o parecer do Relator, Deputado Darcísio Perondi...

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Ressalvados os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Calma! Serão ressalvados os destaques.

As Sras. e Srs. Deputados que aprovam o parecer do Relator, Deputado Darcísio Perondi, permaneçam como se encontram. Os demais, contrários, queiram se manifestar, ressalvados os destaques. (Pausa.)

(Manifestação no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Votos em contrário: Deputado Danilo Cabral e Deputada Angela Albino.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Verificação. Então, verificação de ofício.

Vamos ao painel.



Os Srs. Deputados podem se pronunciar, por meio do painel, para verificação dos votos.

Declaro concedida a verificação de votação, de ofício.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O PT muda o voto, neste momento, para “obstrução”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - O PT está em obstrução.

(Pausa.)

(Manifestação no plenário.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O PT muda de novo para “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - O Deputado Alfredo Kaefer tinha pedido para falar durante o processo e eu não lhe tinha concedido a palavra porque ele não estava inscrito, mas, como estamos em processo de votação, o Deputado Alfredo Kaefer pode usar da palavra por 2 minutos.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente, eu não poderia deixar de participar deste debate. Falo aqui não de forma pragmática, como liberal convicto e ortodoxo, mas como contabilista, administrador e homem dedicado, nesses 10 anos de mandato, a assuntos de finanças, tributação e orçamento.

É inegável, Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Darcísio Perondi, a necessidade da aprovação dessa PEC. Teria sido possível, sim, que o Governo Federal, por atos administrativos, em consonância com o Congresso Nacional, pôr em prática de forma administrativa tudo o que está posto nessa PEC. Mas a implementação da medida por emenda à Constituição nos dá a segurança de que qualquer gestor, qualquer governo que vá administrar o País no futuro obedeça a esses critérios.

Os países da Europa que passaram por crise dessa ordem há alguns anos saíram dessa situação de instabilidade adotando métodos semelhantes a esse. Dá-nos conforto dizer aos colegas que, quando preservados fundamentos essenciais de saúde e educação, tem-se a possibilidade de reduzir gastos ou congelá-los minimamente à base da inflação do ano anterior. Isso nos dá a segurança de aplicar o voto “sim”, pela aprovação dessa proposta de emenda à Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Alfredo Kaefer.



Ainda há algum Deputado que não votou? Todos já votaram?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Vamos encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

Por favor, pode abrir o painel. (*Pausa.*)

Vamos proclamar o resultado: "sim", 23; "não", 7; "abstenção", nenhuma. Total: 30.

Aprovado.

Temos oito requerimentos de destaque sobre a mesa que precisamos apreciar. Na próxima votação nominal eu concederei a palavra ao Deputado Valdir Colatto, que a solicitou

Em discussão o Requerimento de Destaque nº 3, da bancada do PDT, para votação da Emenda nº 10, que altera o art. 101 do ADCT da Constituição Federal constante do art. 1º do substitutivo.

Para falar a respeito do destaque, concedo a palavra ao Deputado Subtenente Gonzaga.

É importante entender que os destaque só poderão ser apreciados se o requerente estiver presente. Se for destaque individual, o autor tem que estar presente. No caso de bancada não é necessário, mas a bancada tem que estar representada.

Concedo a palavra ao Deputado Subtenente Gonzaga, que dispõe de 5 minutos para fazer a defesa do destaque.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prezados espectadores da TV Câmara, ouvintes da Rádio Câmara, o PDT, ao destacar essa emenda, vem trazer, com muita clareza, o seu compromisso com o ajuste fiscal, o seu compromisso com o equilíbrio das contas públicas, o seu compromisso com a retomada do crescimento, mas, ao mesmo tempo, o seu compromisso com a distribuição de renda, o seu compromisso com a manutenção das políticas públicas, que, obviamente, são direcionadas à população de baixa renda.



O PDT, com essa proposta, está dizendo claramente que os instrumentos de que a Câmara e o Governo já dispõem na própria Constituição, na Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei Orçamentária, são suficientes para permitir ao Governo promover o equilíbrio e o ajuste fiscal.

O que o PDT condena nessa proposta é o tempo de 20 anos. Como eu disse há pouco, se fizermos uma projeção dos 20 anos anteriores, tendo como referência a realidade do salário de Minas Gerais, nós teríamos saído de 415 reais para 1.600 reais, 1.512 reais em 2016, se tivéssemos aplicado essa regra. Se projetarmos para o futuro utilizando como referência o centro da meta da inflação, nós chegaríamos a apenas 3.600 reais em 2037. Isso não é admissível numa perspectiva de justiça social. Não é possível condenar o conjunto dos servidores públicos a permanecer...

Nós temos que levar em conta que algumas categorias da sociedade brasileira, como uma parcela minoritária dos servidores públicos, estão em uma condição salarial confortável. Aliás, alguns em situação extremamente confortável, como é o caso dos próprios Deputados. Mas essa não é a realidade da maioria absoluta dos servidores públicos.

Portanto, impor esse congelamento, esse teto com base na inflação é condenar uma geração de trabalhadores a ser sacrificada por mais 20 anos em nome desse serviço público.

Aqui muito foi dito em relação à educação, em relação à saúde, em relação aos serviços sociais, em relação a tantas outras políticas na área de tecnologia, de educação, mas também precisamos nos lembrar de quem faz o Estado funcionar, que são os servidores: militares, agentes de saúde, professores...

Nós sabemos que essa PEC será ampliada para os Estados. Prova disso é a última versão do PLP 257, onde já constava o compromisso dos Governadores de aplicar os princípios da PEC 241 nos Estados.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Um momento, Deputado Subtenente Gonzaga.

Por favor, tanto a Oposição quanto a bancada da base se comportaram bem durante a votação. Vamos manter o ritmo, porque são só mais sete destaques.



O Subtenente Gonzaga está fazendo a defesa do destaque do PDT. Vamos ter agilidade, porque com isso todo o mundo ganha.

Com a palavra o Subtenente Gonzaga. Eu reponho o tempo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Obrigado, Sr. Presidente.

Portanto, o PDT deixa muito claro, neste momento, o seu compromisso com o ajuste, o seu compromisso com o equilíbrio, mas entende que 20 anos é um tempo excessivo para se impor a toda uma geração de trabalhadores e de quem está nascendo hoje.

O Relator, Deputado Darcísio Perondi, insistiu em dizer que estaria aumentando a receita no limite da arrecadação. Desculpe-me S.Exa., mas não é verdade. O Deputado nos induziu a erro, porque o que está expresso é o aumento da receita no limite da inflação.

Se nós estamos buscando reduzir a inflação, se nós vamos perseguir no mínimo o centro da meta para que haja crescimento, não é verdade que o aumento será na proporção do aumento da receita, ele será atrelado ao índice da inflação. Essa sobra, esse superávit não será destinado aos que são chamados, neste momento, a contribuir por 20 anos com a busca desse equilíbrio.

Por isso, o PDT defende a aprovação dessa emenda para limitar o tempo até o final de 2018. E pede, para tanto, o apoio dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Subtenente Gonzaga.

Concedo a palavra ao Relator, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Eu cumprimento o Deputado do PDT e cumprimento o PDT, com todo o respeito.

Eu quero dizer, em primeiro lugar, que não haverá congelamento. Congelamento é parar, é estacionar, é não crescer. Pode até descongelar. Vai aumentar, e vai aumentar pela inflação.

Em segundo lugar, qualquer regime fiscal precisa de um tempo para começar a dar resultados. Todos os países que assim fizeram, fixaram com a fixação de um tempo, porque o doente está em estado grave. A gastança, a irresponsabilidade, o descuido com o dinheiro público foi gigantesco nos últimos 7 anos. O doente ficou



em estado muito grave. Ele não fica 10 dias na UTI, ele fica 20, 30, 40, 100 dias. Não pode ser por 2 anos. Eu rejeitei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Vamos à votação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Peço a palavra para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - O Governo orienta e a base acompanha, Deputado Arthur Oliveira Maia?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - O Governo vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - O Governo vota “não” e todos os partidos da base aliada acompanham.

Como vota o PDT? O Subtenente Gonzaga é o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Quero encaminhar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - V.Exa. pode encaminhar. V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, nós vamos insistir. O Deputado Darcísio Perondi tem utilizado esse argumento de que não é congelamento, mas eu fiz questão de dizer que é congelamento no limite da inflação. Não há crescimento do poder de compra, não há crescimento da distribuição de benefícios, porque a inflação já correu.

Essa tentativa de argumentar que não é congelamento é uma questão de raciocinarmos corretamente sobre o que representa a inflação. Se a inflação correu o meu poder de compra, está congelado, sim. E está congelado pelos próximos 20 anos. E não é o meu, é o de todos. É dos que dependem da remuneração pública, é dos que dependem do serviço público e das políticas públicas. E essa categoria não é efetivamente daqueles a quem a PEC está garantindo o benefício do equilíbrio fiscal.

Essa é a nossa crítica de fundo. Não é uma crítica ao equilíbrio, obviamente. É uma crítica ao fato de a PEC não impedir que um segmento da sociedade se beneficie desse resultado, desse equilíbrio, desse superávit.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota? Vota “sim”, não é?



O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - O PDT vota "sim", obviamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado.

Como vota o PT?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, supondo que isso provoque um equilíbrio, porque não é isso que a história mostra, a população não vai se beneficiar disso porque em 20 anos os idosos serão mais de 15% da população. Em 20 anos a população brasileira vai crescer e os gastos estarão congelados no seu valor real, porque só serão reajustados pela inflação. E é um teto global. *"Ah, mas eu posso aumentar aqui a saúde mais do que a inflação."* Vai tirar de outro lugar, porque o teto é global das despesas primárias. Nós não estamos falando de despesas financeiras. Se arrecadar bem, se arrecadar muito, esse excesso de arrecadação não poderá ser utilizado.

E o Relator foi ainda mais cruel, porque possibilita a revisão em 10 anos, mas a revisão por projeto de lei complementar, cuja aprovação exige quórum qualificado, ou seja, dificulta a revisão.

O Governo não pode governar para outros governos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota V.Exa.?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Por isso, o Partido dos Trabalhadores apoia a redução do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Calma, Sr. Presidente, eu vou falar como vota o PT. O PT vota a favor do destaque e da emenda apresentada. Vota com o PDT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputada.

O PSB quer falar?

Deputado Danilo Cabral, como vota o PSB?

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - O PSB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota o PCdoB, Deputada Jô Moraes?



A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Sr. Presidente, o PCdoB vota "sim" a esse destaque que o PDT apresenta para redução dos graves danos que essa PEC trará à população.

Quero lembrar que o conceito do Relator de que não há congelamento... Eu nunca vi dinheiro valer mais se não há valorização do seu poder de compra.

Eu quero lembrar também que nós estamos aqui usurpando o direito dos eleitores de em sucessivas eleições escolherem seus programas. Daqui a cinco eleições o eleitor não vai poder escolher o programa que ele quer, não vai poder escolher o Presidente que ele quer. Ele vai ser obrigado a dar o seu voto a alguém que vai cumprir um programa que foi definido por este momento, por este Congresso, que comete um crime social ao aprovar a PEC 241.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputada Jô Moraes.

Como vota a Rede, Deputado Alessandro Molon?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, quem diz que os gastos com educação e saúde ficarão congelados foi o IPEA. O IPEA, em seu estudo, usou o termo "congelar". Eu li o estudo. E ele diz logo na saída que a PEC congela os gastos com saúde e educação. Portanto, é um congelamento por 20 anos.

O que o destaque do Deputado Subtenente Gonzaga está propondo é que Temer faça o contrário do que fez: faça os cortes que achar que deve no seu Governo, que, aliás, não é dele, mas que os faça nesses 2 anos e não comprometa os governos futuros.

Ele está fazendo o contrário. No ano que vem ele não faz e deixa o corte para os demais. É o contrário do que seria um governo responsável. É responsabilidade com o chapéu alheio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota a Rede?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - A Rede, dentro do seu tempo regimental, vai declarar o seu voto.

A Rede vai votar "sim" ao destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Alessandro Molon.



Como vota a Minoria?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, o Brasil está vivendo um período de queda de arrecadação por conta de uma crise econômica que em muito foi causada pela crise política.

Mas a solidez da economia brasileira foi atestada pelo próprio Ministro Henrique Meirelles, que quer aprovar essa PEC, mas que, quando a Inglaterra se retirou da União Europeia, correu para dizer que o Brasil tem 370 bilhões de dólares em reservas e que tem uma economia sólida. Então, não é justo se fazer o discurso da quebra de regra para aprovar uma PEC absolutamente injusta como essa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota a Minoria?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Essa PEC é a PEC da desigualdade. Ela vai congelar todos os gastos públicos por 20 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota a Minoria?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - A Minoria vota "sim" ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - É bom prestar atenção porque, como se trata de destaque, quem votar "sim" aprovará a emenda destacada. Ou seja, quem votar "sim" estará votando a favor da emenda do Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - O Governo vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado.

Em votação.

Os Srs. e Sras. Deputados favoráveis à emenda apresentada pelo Subtenente Gonzaga permaneçam como se acham. (Pausa.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Anuncie, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Os que não forem favoráveis se manifestem. (Pausa.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Anuncie quem votou a favor da emenda, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Então eu vou pedir para inverter agora, porque já foi rejeitada a emenda.

Quem votou contrariamente, por favor, para eu identificar?



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Contrariamente, não, favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - A favor. Desculpem-me.

Deputados Alessando Molon, Deputado Danilo Cabral, Deputada Angela Albino, Deputado Patrus Ananias, Deputada Erika Kokay, Deputado Jorge Solla, Deputado Henrique Fontana, Deputado Subtenente Gonzaga.

Está rejeitado o destaque.

Vamos ao próximo destaque.

Destaque nº 1, para apreciação da Emenda nº 14, da bancada do PROS, que inclui inciso VI no § 6º do art. 102 do ADCT da Constituição Federal, constante do art. 1º do substitutivo.

Quem do PROS vai fazer a defesa do destaque? Deputado Ronaldo Fonseca, é V.Exa. quem vai fazer a defesa?

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Vou fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Concedo 5 minutos para a defesa do destaque ao Deputado Ronaldo Fonseca.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, o destaque que o PROS está apresentando é o da emenda do Deputado Rogério Rosso.

A emenda diz respeito ao § 6º do art. 2º. Na verdade, não se pretende incluir o inciso VI, mas o inciso V, porque são apenas quatro incisos.

“Despesas executadas com recursos próprios”. Está na relação das exceções. No § 6º do art. 102 há as exceções: transferências constitucionais; créditos extraordinários; despesas recorrentes da Justiça eleitoral; despesa com aumento de capital de empresas estatais não dependentes.

Nós estamos incluindo, Sr. Relator, Sr. Presidente, um quinto inciso para fazer constar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Só 1 minuto, Deputado Ronaldo Fonseca.

É bom que todo mundo entenda o que o Deputado Ronaldo Fonseca está defendendo no destaque dele. Então, eu peço silêncio, inclusive aqui atrás da mesa, por favor.

Deputado Ronaldo Fonseca, pode concluir.



O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Reponha o meu tempo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Pois não: 4 minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Nós estamos pedindo que entrem no rol das exceções despesas executadas com recursos próprios. Vejam: recursos próprios — não são recursos orçamentários — oriundos de doações, convênios, alienações, contratos e outros instrumentos congêneres.

Por que o PROS está destacando essa emenda do Deputado Rogério Rosso? Sr. Presidente, algumas situações precisam ser expostas aqui. Por exemplo, os tribunais do Poder Judiciário recebem um percentual dos depósitos judiciais que são depositados nos bancos. Esses não são recursos da União, são recursos próprios, particulares, privados, das pessoas. Eles são depositados num banco.

Um percentual dos recursos oriundos desses depósitos, dessas aplicações é destinado para os tribunais. Para V.Exas. terem uma ideia, só no ano passado o TJ recebeu 100 milhões. O TST recebeu 300 milhões. Esse dinheiro é aplicado onde? No TJ, um terço vai para o custeio, por exemplo, e o restante vai para a construção e equipamento de fóruns.

Aí alguém vai dizer o seguinte: *“Mas não, Deputado, tudo bem, o depósito vai continuar sendo feito na conta dos tribunais, que vão utilizar esses recursos até chegarem ao teto das despesas.”* E o restante? Não é dinheiro do orçamento, são recursos próprios.

Aí eu vou utilizar a ilustração do Deputado Darcísio Perondi, que fala muito sobre doentes. Como é que eu estou vendo a situação aqui? É um doente que está em estado terminal, na UTI. Buscam-se os remédios e não há remédios no hospital para salvar o doente.

Então a família diz que vai comprar com dinheiro próprio os remédios. O doutor diz: *“Aqui não entra. Dinheiro próprio aqui não vai entrar!”* — *“Sim, mas vai morrer o paciente, moço!”* — *“Não, mas aqui não vai entrar! Não pode entrar, porque a PEC nº 241 não permite que entre.”*

Ora, perdoe-me, *data maxima venia* do Relator, eu vejo que essa emenda não desconfigura a PEC, não se ofende a PEC. Eu queria que o Relator me ouvisse



agora. Vejam bem: a PEC 241 é para o controle dos gastos públicos. Ela não é contrária aos gastos públicos — ela não é contrária.

Se não for incluída essa emenda, Sr. Relator, vai-se passar a ideia de que a PEC é contrária aos gastos públicos: “*Você não pode gastar. Você não pode gastar!*” — “*Sim, mas eu tenho dinheiro próprio. Por que é que eu não posso gastar?*”

Se eu tenho dinheiro próprio, eu posso gastar. Isso não vai ofender o orçamento, não vai ofender a PEC, não vai trazer desequilíbrio fiscal. Então, por que não se pode gastar, se é dinheiro próprio?

É por isso que eu quero a atenção das Sras. e dos Srs. Deputados.

Vejam, nós vamos privar os tribunais, por exemplo de usar dinheiro próprio. E não serão só os tribunais, não, será a Câmara dos Deputados, será o Senado Federal. Qualquer dinheiro que vier para a Câmara dos Deputados, oriundo de convênio, estará incluído no teto.

Por exemplo, em relação à folha salarial da Câmara dos Deputados, pode ser feito um convênio com banco para que ele dê dinheiro para a Câmara dos Deputados ou para o Senado Federal. Isso já foi feito. Esse dinheiro não é do orçamento, é dinheiro próprio! Por que não exclui-lo do teto da PEC?

Então, com muito respeito, eu votei “sim” à PEC 241, porque entendo que a PEC 241 não é contra os gastos públicos, é pelo controle dos gastos públicos. Solicito aos Deputados que votem “sim” à emenda.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO ROSSO - Sr. Presidente, como autor da emenda, eu me preparei para falar por 5 minutos, mas, depois da preciosa defesa do Deputado Ronaldo Fonseca — meu conterrâneo —, não me restam nem 18 segundos, 20 segundos, para falar.

A única coisa que eu gostaria de acrescentar seria que eu jamais apresentaria sugestão que descharacterizasse o conceito da nova ordem fiscal. Acima de tudo isso, no regime de compensação que, brilhantemente, o Deputado Darcísio Perondi inseriu nos próximos 3 anos, não seria coerente uma compensação via orçamento fiscal para esses órgãos colocados pelo Deputado Ronaldo Fonseca: Câmara dos Deputados, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e tribunais do trabalho.

Portanto, é uma emenda que não desconfigura a PEC, cria justiça fiscal e ajuda, em termos finalísticos, o ajuste fiscal. É isso, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Eu peço desculpas ao Deputado Rogério Rosso, porque o seu nome não estava incluído entre os autores da emenda. Mas, em função do Regimento, a ele é dado o direito à palavra.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO ROSSO - A defesa do Ronaldo Fonseca foi muito mais brilhante que a minha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Concedo a palavra ao Relator, por até 5 minutos, para contraditar.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Eu cumprimento o Deputado Ronaldo Fonseca e o Deputado Rogério Rosso pelo destaque, mas eu entendo que todos os poderes, todos os órgãos precisam participar desse esforço cívico-patriótico para reduzir a despesa primária com eficiência e com prioridade. Essas receitas que vêm podem contribuir para diminuir o gasto naquele momento, diminuir o custo naquele momento daquele órgão. Repito: todos os órgãos precisam participar desse esforço, desse esforço, desse esforço.

Lembro que esse esforço é de 8 a 10 anos porque o Brasil não optou por um ajuste fiscal como o da Grécia, Espanha, Portugal. Na Grécia, reduziram a 50% o salário dos aposentados, os benefícios, demitiram funcionários públicos, fecharam hospitais e escolas. Foi um ajuste draconiano. No Brasil, o ajuste é lento, gradual e progressivo. A princípio são necessários de 8 a 10 anos, depois poderá mudar a cada 4 anos. É um ajuste consistente, enérgico, sustentável, e dele participam todos os órgãos. Infelizmente, eu rejeitei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Atenção! Como se trata de emenda, quem votar "sim" votará pela aprovação do destaque de autoria do Deputado Rogério Rosso, muito bem defendido pelo Deputado Ronaldo Fonseca.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Quero orientar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Quem votar "não", logicamente, vai negar.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Quero orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Vai haver orientação. Calma.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu estou calma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - (Riso.) Obrigado.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Embora se esteja prenunciando um verdadeiro holocausto neste País, estou calma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado.

Mas, então, oriente pelo PT, Deputada Erika Kokay, no alto da sua serenidade.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, essa emenda do Deputado Rogério Rosso é muito importante. Ela não é uma emenda específica para os tribunais, para a Justiça do Trabalho, para quem quer que seja ou para um Poder específico. Ela diz respeito a uma “excepcionalização” para a natureza da receita. Nós estamos falando de receitas que não são orçamentárias, que não saem do Orçamento da União. Nós estamos falando, por exemplo, da EMBRAPA, que tem convênios internacionais. Esses convênios internacionais que chegam à EMBRAPA não podem ter o limite do teto, porque eles não estão dentro da lógica do ajuste fiscal. Nós estamos falando dos rendimentos dos depósitos judiciais. Nós estamos falando de receitas que a Universidade de Brasília, por exemplo, tem por aluguel de imóveis. São receitas que não estão dentro do processo orçamentário e não podem ser contingenciadas. Então nós vamos impedir que órgãos deste País façam convênios internacionais, porque esses recursos não podem estar no limite do teto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Por isso, Sr. Presidente, nós parabenizamos o Deputado Rogério Rosso e parabenizamos o Deputado Ronaldo Fonseca pela defesa e votamos “sim” à emenda e ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputada Erika Kokay.

O Líder do Governo quer se pronunciar. Como votam o Governo e os partidos da base?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente, com todo respeito à inteligência da emenda aqui apresentada pelo nobre colega Deputado Ronaldo Fonseca, nós vamos acompanhar a posição do Relator e vamos, portanto, votar “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado.



O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Sr. Presidente, eu quero orientar pelo PROS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Pois não, Deputado Ronaldo Fonseca.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Peço licença ao Líder do Governo para orientar pelo PROS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, peço aos Deputados da base atenção para o seguinte: a aceitação dessa emenda — ficou bem claro até na fala do Relator, e eu percebi — não descaracteriza a PEC 241. Ela não ofende a PEC 241. *“Ah, se entrarem 100 milhões por convênio, esse dinheiro vai ser usado, então, dentro da despesa do Orçamento.”* Ora, mas então foge ao critério da PEC, porque a PEC é para o controle dos gastos do Orçamento. É dinheiro próprio, é dinheiro privado. Não há por que nós votarmos contra essa que é uma emenda inteligente do Deputado Rogério Rosso. E eu só estou destacando essa emenda porque ela não desconfigura a PEC 241.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Ronaldo Fonseca. (Pausa.)

Como vota o PSB, Deputado Danilo Cabral?

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Eu entendo que essa emenda, Sr. Presidente, vem ajudar a PEC 241. De fato, ela serve de auxílio, até de estímulo para que esses órgãos possam captar recursos para financiar até atividades que venham sendo desoneradas pela ação da PEC 241. Eu entendo que ela é positiva.

Então, nós votamos “sim”, também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Danilo Cabral. (Pausa.)

Como vota o PDT do Deputado Subtenente Gonzaga?

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - O PDT, por coerência, vai votar “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Subtenente Gonzaga.

Como vota o PCdoB, Deputada Angela Albino?



A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. Presidente, lá na minha terra se diz: *“Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa”*. (Riso.)

Nós estamos querendo aqui discutir uma nova conduta fiscal para o Governo, mas incluir nisso recursos que vêm de convênios, que não são recursos do Governo, beira a barbárie, aí já é a *pax romana*, *pax com “x”*, que é a *pax com a bota no pescoço*.

O PCdoB, portanto, vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputada Angela Albino. (Pausa.)

Como vota a Rede, Deputado Alessandro Molon?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - A Rede vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Alessandro Molon. (Pausa.)

Como vota a Minoria, Deputado Henrique Fontana?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, eu, além de anunciar o voto “sim”, quero aproveitar este minuto para conversar com o Líder do Governo, Arthur Oliveira Maia, sobre a questão do emprego que S.Exa. trouxe aqui para o debate.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Estou aqui com o gráfico, depois eu posso passar a S.Exa. O Governo neoliberal que esteve no Brasil por 8 anos elevou a nossa taxa de desemprego, Deputado Arthur Oliveira Maia, de 8,4% para 12,3%. Naquele período, foi o maior desemprego da história do Brasil.

Depois entraram os nossos Governos, que procuraram com responsabilidade fazer investimentos, aumentar o investimento público e conduzir uma política econômica que ensejou o menor desemprego da história no final de 2014: 4,8%.

A crise política, a disputa do golpe, essa, sim, atrapalhou muito a economia, e aí voltou a haver um desemprego que cresceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota a Minoria, Deputado?



O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Nós votamos “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Sr. Deputado Henrique Fontana, que falou pela Minoria.

Informo que, como se trata de emenda destacada, quem votar “sim” votará pela aprovação da emenda de autoria do Deputado Rogério Rosso, com a defesa do Deputado Ronaldo Fonseca; quem votar “não” votará com o parecer do Relator.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda permaneçam como se encontram; os contrários se manifestem. (Pausa.)

(Manifestação no plenário: Vamos contar, Sr. Presidente, vamos contar.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Rejeitada a emenda.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Não vai ter contagem, Sr. Presidente? Foi pedida a contagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como a emenda foi rejeitada, fica prejudicado o destaque seguinte, de autoria da Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Vamos para a Emenda nº 11, de autoria do Deputado Gilberto Nascimento.

Como se trata de uma emenda individual, não é de bancada, tem que ser aprovada a admissibilidade.

Para defender a admissibilidade e já defender a emenda, por 5 minutos, com a palavra o Deputado Gilberto Nascimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Depois eu peço a palavra para encaminhar contrariamente, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, Sr. Relator, Deputado Darcísio Perondi, que bravamente defendeu as posições dessa matéria, eu acho que é a hora de se reinventar o Brasil. Nós estamos num momento muito interessante. Eu aqui ouvi durante todo o dia tantos discursos, tantas palavras e, logicamente, aqui não importa se o Governo no passado errou ou a expectativa de Governo futuro. Não! Acho que nós precisamos falar um pouco que nós temos um Brasil pesado, um Brasil incompetente, um Brasil



com um poder público que não cumpre o seu papel, um Brasil que ou muda ou muda. Nós não temos mais capacidade contributiva, a nossa máquina ficou cada vez mais pesada, um Brasil que tem um Orçamento fiscal de 1,6 trilhão ou 2,96 de fiscal, 2,9 global, que infelizmente nós somos um País que ainda temos entre empresas públicas e fundações 155...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Vamos ouvir o Deputado Gilberto Nascimento, por favor, porque S.Exa. está defendendo uma emenda que é importante para nós fecharmos o relatório do parecer com relação à PEC 241.

Peço silêncio, por favor.

Eu reponho o seu tempo, Deputado.

O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO - O.k. Gostaria que fosse reposto lá, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Vou repor 4 minutos e 10 segundos.

O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO - Portanto, temos um país em que há 155, entre empresas públicas, estatais e fundações, e infelizmente sete delas dão lucro, as outras acabam tendo necessidade de dinheiro do Governo a cada dia.

Hoje, por exemplo, as empresas que dão lucro são as que estão no mercado financeiro, tendo em vista que deixaram também de ser bancos sociais e acabaram entrando no mercado especulativo financeiro. Exatamente por isso nós temos hoje taxas de juros tão altas, e o Governo se atropela a cada dia.

Acho que eu vou falar mais alto, Sr. Presidente, talvez o pessoal preste atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Por favor, principalmente aqui atrás da mesa, porque fica ruim, e até para servir como exemplo.

Deputado Darcísio Perondi e Deputado Andre Moura, Líder do Governo, V.Exa. que está tão feliz, porque foi votada a PEC 241, poderia contribuir para concluirmos esta votação agora.

Deputado Gilberto Nascimento, pode continuar, por favor.

O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO - Como estávamos falando, hoje os bancos do Governo, como Caixa Econômica, Banco do Brasil, BRB e



BNDES, acabaram deixando de ser bancos sociais e são muito mais bancos especulativos, exatamente por isso dão lucro.

Em relação às outras empresas, infelizmente nós temos aí grandes empresas que a cada dia dão prejuízo, como os Correios, por exemplo, que deram, no ano passado, 2 bilhões de reais, a ELETROBRAS, que está dando 10 bilhões de reais de prejuízo, a PETROBRAS que está dando 35 bilhões de reais de prejuízo.

Portanto, eu acho que o Brasil tem que se reinventar. O Brasil tem que passar por um processo de privatização. O Brasil já não aguenta mais. O máximo que o Governo precisa dar ao povo brasileiro é educação, saúde e segurança. Fora isso, não há necessidade de nós termos hoje empresas tão pesadas, simplesmente buscando dinheiro no mercado a 14,8% para cobrir o rombo dessas estatais. Vamos nos endividando a cada dia e não vamos chegar a lugar nenhum.

Hoje, 46,1% de cada 100 reais que arrecadamos são para pagar juros e serviços da dívida, mas infelizmente investimos muito pouco em educação, como 3,9%; em saúde, 3,8%; em segurança pública, 0,23%; no Judiciário, 1,27%, e assim por diante.

Eu tenho um tempinho ainda, Sr. Presidente, portanto peço que tenha tranquilidade neste momento.

Em uma condição difícil como essa, temos que fazer alguma coisa. Eventualmente alguns acharão que é um remédio amargo, mas temos que fazer. Fazemos, ou fazemos, caso contrário, o Brasil deixará de existir nos próximos tempos, ou pelo menos em termos de serviços públicos.

Quanto a esta emenda que eu defendo neste momento, hoje o Brasil vive um momento de dificuldade. Agora, quando nós estamos congelando tudo, precisamos deixar alguém fora, por quê? Porque são exatamente aqueles que contribuem para a arrecadação deste País. Se não for resguardada essa destinação, o dispositivo se tornará sem efeito, em prejuízo do setor do Estado que é diretamente responsável pela arrecadação dos tributos e que em grande medida será responsável pela capacidade de financiamento do Estado.

Dessa forma, Sr. Presidente e Sr. Relator, protegeremos os servidores da administração tributária que têm parcelas remuneratórias a serem reajustadas por



meio de lei ainda em tramitação no Congresso e também os demais servidores na mesma situação na esfera da União.

Portanto, com essa emenda, o que eu quero é exatamente preservar os agentes arrecadadores, porque a PEC fragiliza a arrecadação tributária, e eu crio uma atenção especial aos agentes arrecadadores.

Gostaria que cada um dos Srs. Deputados observasse isso por entender que vamos ter uma máquina muito fragilizada quando não tivermos mais os arrecadadores não em uma condição de privilégio, mas na condição normal de poder pelo menos fazer um trabalho. Por isso, peço que estejam fora dessa matéria de que se está falando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Gilberto Nascimento.

Para contraditar quanto à admissibilidade, concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia. S.Exa. dispõe de 3 minutos. Admissibilidade; o mérito é o Relator que contradita.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, essa emenda é uma aberração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Só 1 minuto, Deputado José Carlos Aleluia.

Por favor, Deputados. O Deputado Patrus Ananias está fazendo reunião da bancada do PT ali. O Deputado Alexandre Baldy está fazendo outra reunião ali com o Líder. Ô Líder para dar trabalho! Meu filho, ajude o Governo Temer.

Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia. S.Exa. dispõe de 3 minutos para contraditar quanto à admissibilidade.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, eu estava vendo pela televisão o Deputado Gilberto Nascimento fazer a exposição dele. Fiquei ouvindo e observei que havia um papel colado no computador. Nele estava escrito SINDIFISCO.

O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO - É exatamente a emenda...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - A coisa mais grave que existe em uma democracia em que nós queremos fortalecer o serviço público é o



fortalecimento das corporações sindicais do serviço público, que querem buscar apenas privilégio.

O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO - O que não é o caso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - É uma pena que o SINDIFISCO esteja, em uma emenda constitucional que é para conter os gastos, querendo se colocar fora — fora! Por que não deixar de fora os juízes, por que não deixar de fora o Ministério Público?

O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO - Porque são os responsáveis pela arrecadação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Só um minuto, Deputado Gilberto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Por que não deixar de fora os Deputados, o Poder Legislativo?

Vejam o poder das corporações. É mais grave o poder das corporações do que o próprio poder da ideologia. As corporações conseguem cooptar pessoas lúcidas, como o meu amigo Gilberto. Por quê? Porque o sistema eleitoral brasileiro proporcional favorece as corporações no sistema eleitoral. Portanto, é gravíssimo admitir uma emenda dessa natureza.

Eu sou contra qualquer destaque, mas sou mais contra ainda esse destaque do SINDIFISCO. O SINDIFISCO não representa o prestígio que eu pretendo dar à Receita Federal. Eu quero dar prestígio à Receita Federal, mas à hierarquia da Receita Federal, e não ao sindicato da Receita Federal, que quer ser mais poderoso do que o próprio Congresso Nacional. Daqui a pouco, como quiseram os delegados, vão querer autonomia. Eu sou contra a autonomia, eu sou contra a separação do Fisco. As pessoas do Fisco são funcionários públicos muito importantes, extremamente importantes, mas não podem ser tratadas como santos, têm que ser tratadas como servidores públicos.

Sou contra a admissibilidade dessa proposta do meu amigo Gilberto.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Vamos votar, gente, vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Vamos votar quanto à admissibilidade. Nós não estamos votando ainda o mérito. Primeiro, estamos votando a admissibilidade.



A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Peço a palavra para orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Com a palavra, para orientar, a Deputada Jô Moraes, do PCdoB, por 1 minuto.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Sr. Presidente, o PCdoB é favorável, vota “sim” à admissibilidade do destaque do Deputado Gilberto Nascimento. E quero aqui aproveitar e me solidarizar com S.Exa., porque eu acho absolutamente estranho que um Deputado fiscalize o que orienta o pensamento do Deputado Gilberto. S.Exa. tem absoluta consciência do que faz, do que defende, independentemente de quem possa ter dado uma opinião ou um subsídio.

Quero dizer que também eu posso cobrar do Deputado José Carlos Aleluia se ele não foi orientado pelas grandes corporações empresariais e bancárias, que, provavelmente, orientaram sua opinião. E quero lembrar que V.Exa. falou sempre dos comunistas; a bancada do PCdoB é majoritariamente composta por comunistas, que têm orgulho de defender o Brasil, seu desenvolvimento soberano e as empresas que são nacionais e querem o País desenvolvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputada Jô Moraes.

Mais algum Deputado quer encaminhar?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - O Governo encaminha pela admissibilidade. Com todo o respeito, nós entendemos que o Deputado tem todo o direito de apresentar emenda. No mérito, o Relator vai se pronunciar, mas não há nenhum vício que inviabilize a apresentação da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Exatamente, está correto.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - O Governo se coloca a favor da aceitação da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Então, vamos votar por unanimidade. Todos se manifestam a favor da admissibilidade?

Aqueles que forem contrários manifestem-se. (Pausa.)

Admitido o destaque do Deputado Gilberto Nascimento.

Agora vamos ao mérito.



Para falar sobre o mérito, tem a palavra o Deputado Darcísio Perondi, por até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sras. e Srs. Deputados, nós precisamos de uma Receita Federal competente, altamente profissional, aparelhada, até para enfrentar o déficit primário dos últimos 3 anos e dos próximos 4 anos, 5 anos. Isso é indiscutível, Deputado Gilberto Nascimento. E eu louvo a sua preocupação com o capital humano, técnico, superior e respeitável da Receita Federal, mas essa emenda fere o coração da PEC. Todos — todos — os órgãos, todos os Poderes, todas as categorias, que eu respeito muito, vão participar desse esforço gigantesco. Aceitando a sua emenda, eu estou ferindo a PEC 241. Portanto, eu a rejeito.

O voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Então, prestando atenção, vamos entender aqui. Como se trata de um destaque, quem votar “sim” vota a favor do destaque apresentado pelo Deputado Gilberto Nascimento. Nós estamos analisando agora o mérito. Quem votar “não” vota contra o destaque do Deputado Gilberto Nascimento.

O senhor quer falar, Deputado? (Pausa.) Como autor do destaque, concedo-lhe 2 minutos.

O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO - O.k. Eu só gostaria de...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Já não falou, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Ah, mas vou fazer uma concessão...

O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO - É um encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - ... por 2 minutos Ele é autor. Ele é autor e é um bom Deputado.

O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO - Eu quero deixar claro aqui que, durante todo o tempo aqui... Houve Deputados que falaram por 1h30min; por 1h20min chegaram a falar; eu falei por 5 minutos. Então, logicamente, por respeito aos colegas...

O SR. DEPUTADO BENITO GAMA - (*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)



O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO - Muito obrigado. Obrigado, Deputado Benito.

Quando eu coloco, Sr. Presidente... Aqui, logicamente, ninguém está a serviço, como o Deputado Aleluia colocou, da corporação A ou da corporação B. Eu estou a serviço do povo brasileiro. Eu estou preocupado com o Brasil. Eu estou preocupado porque o Brasil precisa avançar. Eu estou preocupado também porque os agentes arrecadadores precisam ter mais atenção nisso, até para que possam trabalhar melhor e para que possamos acertar a economia de forma...

Eu respeito muito o SINDIFISCO. Tenho, sim, respeito por eles. Tenho um relacionamento com o SINDIFISCO, mas, logicamente, esse é um direito meu, assim como o Deputado Aleluia tem também o direito de defender todos os segmentos que ele queira defender nesta Casa, até porque esta Casa é uma Casa democrática e nós estamos aqui exatamente para participar dessa democracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Muito bem, Deputado Gilberto Nascimento. V.Exa. é muito respeitado por todos nós, seus colegas Deputados.

Vamos à votação.

Aqueles que aprovam o destaque do Deputado Gilberto Nascimento votam “sim”, permanecendo como se encontram. Os que são contrários se manifestem.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O PMDB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - O Governo vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Rejeitado o destaque do Deputado Gilberto Nascimento.

O próximo destaque é de autoria da bancada do PCdoB. Trata-se da votação da Emenda nº 15, objeto do Destaque nº 4, da bancada do PCdoB, que altera o art. 102 e suprime o art. 104, contidos no art. 1º, e suprime o art. 2º do substitutivo.

Para fazer a defesa do destaque, concedo a palavra à Deputada Angela Albino, por 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. Presidente, espero não ocupar os 5 minutos, mas, como é de conhecimento de todos os Parlamentares, o PCdoB tem defendido o posicionamento de que a PEC 241... Vários Parlamentares que defenderam a PEC hoje aqui disseram que não há dinheiro, que é preciso cortar



dinheiro. Portanto, está claro para todos nós, apesar de que às vezes há algum exercício de retórica, que de fato nós colocamos um novo futuro sem o pré-sal, como votamos ontem, portanto sem 75% para a educação e para a saúde, como ontem nós encaminhamos o pré-sal...

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Vamos ouvir a Deputada Angela Albino, por favor.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) – Os que estão à Mesa, por favor, senhores assessores, estamos concluindo o processo.

Deputada Angela Albino, vou repor o seu tempo. A senhora tem 4 minutos e meio.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Obrigada, Sr. Presidente.

Junto com isso, avizinha-se para nós um futuro. Imaginem os senhores que uma criança que está hoje na creche, quando chegar à universidade, vai ter o mesmo investimento em saúde, educação e assistência social.

Mas eu quero destacar aqui para todos que a proposta de emenda do PCdoB inclui também questões como saneamento básico, habitação, transporte coletivo urbano, que foram temas de vários debates em todo o País nessa época de eleições.

Queria colocar em especial, Sr. Presidente, além de todos os direitos sociais de que já falamos, a questão da ciência e tecnologia. Preocupa-me sobremaneira que um País que queira crescer, que queira se desenvolver não tenha também um olhar para a necessidade que nós temos de inovar. Para isso, é preciso garantir recursos.

O PCdoB, portanto, apresenta essa emenda para que nós possamos salvaguardar interesses maiores da Nação brasileira. Destaco aqui, como já disse, além dos direitos sociais, a ciência e tecnologia.

Queria aproveitar estes 5 minutos para dialogar, porque sei que será dado tempo ao Relator, a quem até peço desculpas porque acabei mencionando um trecho de sua fala quando ele não estava presente. Ele falou em cortar supérfluo, fez uma equiparação a cortar em casa celular e Internet.



Para nós, o que o PCdoB destacou aqui é o que nós consideramos.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Pode deixar, Sr. Presidente. Isso mais atrapalha. Já vi que o Relator também não está prestando atenção. Então, não tem problema. S.Exa. já fez seu julgamento.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Eu já estudei a emenda de V.Exa. Pode ficar bem tranquila!

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Eu não lhe dei aparte, Relator.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Pode ficar bem tranquila.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Eu não lhe dei aparte. Muito obrigada.

Tenho convicção de que essas emendas que nós colocamos aqui não tratam do supérfluo, mas do que é estrutural para a Nação brasileira. O que nós deixamos de legado para o futuro? O que a nossa geração, a geração que está hoje no Parlamento brasileiro, deixará de legado para as próximas gerações? É isso que nos preocupa sobremaneira.

Eu ouvi aqui, com bastante preocupação, falas atacando a Defensoria Pública da União. A Defensoria é uma das ferramentas que as mulheres têm, por exemplo, para prevenir a violência contra as mulheres. Estamos dizendo que temos de fazer isso mesmo, que a Defensoria Pública da União está grande demais. É pouco! O povo precisa de mais direitos! Nós precisamos ter uma escolha de Nação que possibilite às pessoas que não têm condições de uma vida digna sem ajuda, que assim possam fazê-lo. Trata-se aqui de um legado.

Volto a dizer que o PCdoB defende que tiremos dos limites as despesas com saúde, com assistência social, com educação, com ciência e tecnologia e com subsídio. Se nós dissermos, como muitas vezes o Relator e vários interlocutores do Governo mencionaram, que esse projeto não tira recurso de saúde, de educação e de assistência, podemos retirar esses itens da PEC, porque foi dito aqui, reiteradamente, que ela não atinge. Se ela não atinge, nós podemos, portanto, excluí-los.

Este é o apelo que o PCdoB faz.

Sr. Presidente, atendendo ao pedido de V.Exa., abro mão do tempo restante.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputada Angela Albino.

Para contraditar, tem a palavra o Sr. Relator, por até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - A Deputada Angela é uma Deputada inteligente, participativa, propositiva. Essa emenda tem conteúdo, sim. Ela estudou, e eu a respeito muito, realmente a respeito muito. Mas ela tem a digital de gastar mais do que arrecada, de não cuidar do dinheiro público mais do que do próprio e mexe com a estrutura do novo regime fiscal.

Em primeiro lugar, a despesa primária em relação ao PIB, nos últimos 7 anos do Governo gastador e irresponsável, cresceu 5% do PIB. Hoje, seriam 300 bilhões de reais soltos, colocados no Orçamento sem ver o financeiro. Com o IPCA mais o ganho real do PIB, não vai haver despesa primária. Nós vamos equilibrar.

Vai começar a haver algum superávit primário talvez no quarto, no quinto, no sexto ano. E vamos torcer para isso! O programa é lento, progressivo e consistente. A gastança foi gigantesca. Aliás, se fosse o Governo dos pobres, não teriam aumentado a dívida interna bruta em 500 bilhões de reais.

Pasmem, Sras. e Srs. Parlamentares! O Governo de Dilma soltou no mercado 500 bilhões de títulos. Pegou este dinheiro, que tem um custo de quase 15% ao ano, e emprestou, pelo BNDES, a um juro — marquem isto! — de menos de 5% a um seletivo grupo de empresas campeãs. Aumentou em 10% a receita bruta. Isso tem um custo de juro de diferença, captou a quase 15% e emprestou a 5%, de quase 140 bilhões de reais. E esse custo vai continuar por até 30 anos.

Sra. Deputada, se fosse um Governo que quisesse proteger a saúde, a assistência social, a educação e a ciência, não teria protegido esse seletivo grupo de empresas. Aliás, não geraram empregos. E muitas delas substituíram fonte. Trocaram esse dinheiro baratinho à custa do sofrimento da saúde e da educação, agravando o buraco fiscal, para ajudar esse seletivo grupo de empresas que não geraram empregos.

Sra. Deputada, eu lhe recomendo ler o livro *O Dia do Juízo Fiscal*, que o Senado publicou.

E mais, Sra. Deputada, se eu aprovar esta emenda, V.Exa. quer que todos os funcionários dos Correios, da PETROBRAS, da ELETROBRAS, que fazem parte dos



fundos de pensão e outros fundos de pensão públicos, percam dinheiro? Porque os fundos de pensão financiam 20% da brutal e explosiva dívida bruta que o seu Governo provocou, e agora é preciso esse novo regime. Não há condições nenhuma de se fazer isso, Deputada, apesar de seu brilhantismo, da sua produção intelectual.

Esta emenda quer ajudar o seletivo grupo de empresas à custa do sofrimento dos pobres, dos doentes, dos desempregados, que chegaram, no Governo dos últimos 7 anos, a mais de 5 milhões. Aumentou em mais de 5 milhões o número de desempregados nesse Governo, que ajudou as grandes empresas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado! Obrigado!

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Vou repetir: o Governo captou títulos lá fora a 15% e emprestou para o seletivo grupo a 5%; 500 bilhões de reais, 10% do PIB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Sr. Relator, Deputado Darcísio Perondi.

Vamos à votação da...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Para orientar!

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Para orientar, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Calma! V.Exa. vai orientar.

Como se trata de um destaque, quem votar “sim”, vota a favor do destaque do PCdoB, defendido pela Deputada Angela Albino; quem votar “não”, vota contra o destaque, acompanhando o parecer do Relator.

Quem deseja orientar?

Deputada Erika Kokay...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - O Governo orienta “não”, Sr. Presidente. O Governo orienta “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Os partidos da base aceitam?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Peço que coloque em toda a base o voto “não”.

(Não identificado) - O PMDB encaminha “não”, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Com a palavra a Deputada Erika Kokay, para encaminhar pelo PT, por 1 minuto.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, é fácil falar da dívida bruta. O difícil é falar da dívida líquida, porque a dívida líquida caiu, diminuiu no Governo de agora em relação ao que era no Governo de Fernando Henrique Cardoso. É só ver os números!

Nós temos 370 bilhões de dólares em reservas. Comparar o Brasil com a Grécia! Comparar a crise do Brasil com as crises de outros países é exatamente a concepção que está vigente neste Governo sem votos, que é a concepção do Brasil rastejante, do Brasil apequenado.

O Brasil tem 370 bilhões de dólares ou mais do que isso em reservas. O Brasil tem mercado interno! O Brasil tem recursos naturais! O Brasil não pode ser encarado de forma apequenada! Não pode ser encarado como algo a ser colocado numa bandeja e ser entregue ao capital internacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota, Deputada?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Por isso, Sr. Presidente, porque nós não queremos um Governo que arrecade, mas não tenha como gastar, só gaste com banqueiro, votamos favoráveis à emenda e ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputada Erika Kokay.

Como vota o PSB, Deputado Danilo Cabral?

Estamos em votação.

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - O PSB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota o PDT, Deputado Subtenente Gonzaga?

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - O PDT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI - Pelo PV, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota o PCdoB, Deputada Angela Albino?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. Presidente, eu queria fazer um apontamento que vai ser contraditório em si mesmo, mas, se o Relator, toda vez que alguém falar, resolver fazer um discurso panfletário...



Eu estou aqui, e todo o mundo aqui está comprometido. Nós conhecemos a correlação de forças, mas acho que um pouquinho de urbanidade e se nós agíssemos com um pouquinho mais de celeridade, seria bom para todo o mundo. Falei exatamente isso também para a Liderança do Governo.

O PCdoB, obviamente, como V.Exa. sabe, tem economizado o tempo tanto quanto possível.

O PCdoB vota “sim” pela emenda que propôs em defesa da saúde e da educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Eu parabenizo nesta Comissão a bancada comunista, que tem ajudado muito, está contribuindo para a agilidade do processo.

Como vota o PV, Deputado Evandro Gussi?

O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI - Sr. Presidente, voto “sim”.

A Deputada Erika Kokay se traiu nos números. O Brasil só tem 370 bilhões de reservas, o que daria para 2 anos do déficit que nós possuímos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota o PV, Deputado Gussi? (Pausa.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu gostaria de ter o direito de resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Não.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu fui citada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Depois V.Exa. fala. Quando houver a votação nominal, V.Exa. fala.

Como vota a Rede, Deputado Alessandro Molon?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, nós vamos votar a favor deste destaque, inclusive porque somos signatários da emenda apresentada pelo PCdoB. É uma emenda muito boa. Ela retira desse limite os gastos com saúde, educação, assistência, segurança pública e mais algumas áreas que, no fundo, têm impacto social na vida do cidadão comum. Então, trata-se de uma emenda que tem por objetivo reduzir os danos causados por essa PEC, que, como já dissemos, vai acentuar as desigualdades sociais.



Portanto, aprovando este destaque, nós retiramos algumas áreas da PEC e, com isso, garantimos que os investimentos em saúde, educação, segurança e assistência, por exemplo, não serão reduzidos.

A Rede vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Alessandro Molon.

Vamos à votação.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Desculpe-me. Como vota a Minoria, Deputado Henrique Fontana?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Obrigado.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero aproveitar esta fala para dialogar com o Deputado Evandro Gussi. De fato, não foi fácil elevar as reservas do Brasil para 370 bilhões de dólares, porque o Governo que antecedeu o Governo Lula, além de entregar um Brasil com dívidas no FMI, tinha apenas 30 bilhões de dólares de reserva. Então, aumentar 10 vezes as reservas é sinal de cuidado com as finanças públicas.

Em segundo, o Relator disse que houve uma gastaça nos últimos anos. Eu quero fazer um desafio a ele e ao Líder do Governo. Ele disse, meio que chutou um número — não sei se ele vai confirmar esse número —, que houve uma gastaça de 300 bilhões. Eu quero pedir a ele que me diga o que não deveria ter sido pago ao longo dos últimos 5 anos. Qual serviço público que deveria ter sido suspenso para cortar esses 300 bilhões?

Isso é importante esclarecer à população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Henrique Fontana.

Como vota a Minoria?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado.

Em votação.



As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam a emenda do PCdoB de autoria da Deputada Angela Albino permaneçam como se acham; os contrários se manifestem. (Pausa.)

Rejeitado o destaque.

Vamos ao próximo destaque.

Destaque de Emenda do PT.

Votação da Emenda nº 19, objeto de Destaque nº 5, da bancada do PT, para incluir texto, na forma do § 6º, do art. 102, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, constante no art. 1º do Substitutivo.

Para fazer a defesa, concedo a palavra ao Deputado Patrus Ananias, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - Sr. Presidente, são três emendas. Eu falarei sobre elas, e, depois, cada um dos colegas falará especificamente.

Nós apresentamos essas três emendas de acordo com os princípios que nós estamos defendendo na Comissão. A primeira exclui dos limites do art. 102 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ou, melhor dizendo, não se incluem nos limites previstos no art. 102 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias as despesas relacionadas à saúde, à educação e à assistência social.

Se são verdadeiros os argumentos do Sr. Relator, não há problema com relação à educação e à saúde. Então, a emenda pode ser bem acolhida, porque encontra respaldo nos argumentos de S.Exa., o Deputado Darcísio Perondi.

Por outro lado, é importante, Sr. Presidente, nós pensarmos na assistência social, que integra com a saúde a Seguridade Social. A assistência social constitui um conjunto de ações, que nós chamamos de rede de proteção social, que são políticas diretamente voltadas para os mais pobres. Então, seria uma forma de nós preservarmos aqui o Programa Bolsa Família, que retirou 40 milhões de pessoas da miséria; preservarmos o Benefício de Prestação Continuada — BPC, que garante um salário mínimo às pessoas idosas ou com deficiência, pobres e incapacitadas para o trabalho; preservarmos os programas de assistência, como o Programa de Atenção Integral à Família, que se materializa através dos Centros de Referência de Assistência Social — CRAS e aquece o coração de quem está efetivamente comprometido com a emancipação das pessoas, famílias e comunidades pobres.



Basta viajar por este Brasil, como viajei, e visitar todos os Estados para ver, em todos os cantos e recantos do País, os nossos Centros de Referência de Assistência Social — CRAS.

A Emenda nº 21, Sras. e Srs. Deputados, é até mesmo uma medida de justiça, porque a PEC só aponta para os gastos sociais, que eu prefiro chamar de investimentos sociais. Na verdade, quando nós investimos na educação, na saúde, mas também nas políticas sociais, nas políticas públicas, como assistência social, com o BPC, nas políticas de apoio aos médios, pequenos e microempresários, a economia solidária, isso também estimula o mercado interno — nós vivemos no Brasil. Então, não há gasto aí, há investimento.

Como a PEC só atinge esse setor, nós estamos também propondo um limite para o pagamento da dívida pública nessa perspectiva de estabelecermos a PEC com duas pernas: que ela tenha um olhar para o social; mas tenha também um olhar mais atento, no sentido de penalizar esses pagamentos que ficaram totalmente fora da PEC. A PEC só olhou para os pobres no sentido de penalizá-los, de excluí-los, de assinar a sentença de morte do Bolsa Família, do BPC, e não considerou, em nenhum momento, a questão do pagamento da dívida pública.

Por último, remando contra o tempo, a nossa proposta, a Emenda nº 22, visa preservar o pacto federativo. O art. 159 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações: *“Aumenta em 2% os recursos destinados ao Fundo de Participação dos Estados”*. O primeiro será entregue no primeiro decêndio do mês de julho de cada ano; e o segundo, entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano.

Na verdade, a PEC 241 tem um impacto extremamente negativo no pacto federativo brasileiro. Por isso eu disse que fere cláusula pétreia da Constituição brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - Os recursos que são repassados, por força de lei, aos Estados e Municípios, com a PEC 241, serão reduzidos e muitos serão extintos. É por isso que nós apresentamos a Emenda nº 22.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado.



Para falar como autor do destaque, concedo a palavra ao Deputado Jorge Solla, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Muito obrigado.

Este destaque...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

Eu não entendi a dinâmica. O Deputado Patrus Ananias falou como...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Ele falou como autor da emenda, e o autor do destaque falará também, porque, quando é de bancada, podem falar até dois oradores.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Mas, em compensação, o Deputado Patrus Ananias já se manifestou pelo desejo de não falar nos próximos dois, que também são da bancada do PT. Aí, só vão faltar os autores do requerimento.

Para falar por 5 minutos, com a palavra o Deputado Jorge Solla.

Vou repor o seu tempo.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Eu queria pedir até, Deputado Arthur Oliveira Maia, que V.Exa. prestasse atenção, porque é um ao qual vou solicitar que tenhamos abertura, despojamento, que deixemos de lado um pouco o ódio à Esquerda, a prática de ficar queimando o PT, como vários de seus colegas fizeram aqui, e nos debrucemos no tema em questão.

Eu acho que nós temos ainda a oportunidade de buscar algum entendimento. Para isso, essa emenda é essencial, porque ela propõe tirar educação, saúde e assistência social dos efeitos dessa PEC. Por que tirar essas três áreas? Porque é nelas que se concentram, efetivamente, os gastos finalísticos de políticas que contribuem para a manutenção da vida, para o investimento no futuro das novas gerações. Inclusive, essas três áreas têm um grande efeito — eu já comentei isso antes — na geração de emprego e na distribuição de renda.

V.Exas. sabem quanto o Bolsa Família multiplica o comércio das pequenas cidades, gera emprego. V. Exas. sabem quanto a área de saúde gera emprego, seja



o contratante público, seja o privado, contratado pelo Sistema Único de Saúde. V.Exa. sabem quanto a área de educação gera emprego.

Então, eu queria, em primeiro lugar, fazer um apelo aos Parlamentares que estão na base do Governo e defendem essa PEC: avaliem, com muito cuidado, o prejuízo que seria deixar educação, saúde e assistência social dentro desse guarda-chuva de congelamento e avaliem a possibilidade de tirar essas áreas.

Eu comentei, no debate ontem sobre a PETROBRAS, falando em emprego, sobre quatro plataformas que o Governo golpista já passou para serem produzidas na China — quatro! E aqui na reportagem dizem que mais sete já foram definidas, ou seja, são 11 plataformas. O Governo golpista está queimando milhares e milhares e milhares de empregos que seriam gerados no Brasil! Está torrando emprego na área da construção naval, da indústria naval. Se se aprovar essa medida, essa PEC, com inclusão da saúde, da educação e da assistência social, haverá a perda de milhares e milhares de outros empregos na saúde, na educação e na assistência social.

Eu queria falar até sobre um estudo de David Stuckler, professor de política econômica da Universidade de Oxford, já que alguns aqui gostam tanto dessas referências americanas. Não é em nenhum país latino; é no Primeiro Mundo, que vocês gostam de elogiar e que é uma referência forte para vocês.

Diz o estudo que cortar na saúde, além do impacto social, assistencial, gera economia zero dos recursos públicos: por um lado, a redução de postos de trabalho, reduzindo emprego; por outro lado, o aumento das demandas de previdência social, com afastamentos por motivo de saúde, problemas não assistidos adequadamente, e falta de assistência de emergência propriamente dita. Os gastos em saúde e educação são os que mais dão retorno financeiro a um país.

Esse mesmo estudo mostrou que as políticas de recuperação de crises fiscais mais bem-sucedidas investiram na ampliação de gastos — ampliação de gastos — com saúde e educação. E lembro o New Deal de 1929, nos Estados Unidos, mas poderia lembrar também as políticas do pós-guerra na Europa e o Plano Marshall.

Todas as crises fiscais em que se investiu em saúde e educação, insisto no caso da saúde, gerou emprego, e emprego em alta quantidade. Não são 100 empregos em uma indústria de milhões e milhões de reais, não; são 1.000



empregos, 1.500 empregos em um único hospital que seja aberto. Cria-se a oportunidade de reduzir o impacto previdenciário, o impacto através da assistência, que não pode ser negada ao cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Jorge Solla.

Tem a palavra o Relator, por até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, o setor saúde está preservado em virtude da manutenção dessa preciosidade, dessa riqueza constitucional, e o Constituinte de 1988 colocou a educação com piso. No ano de 2000, nós colocamos o piso na saúde. E mais: nós consertamos o piso fraturado, perversamente, de forma desonesta, na Emenda Constitucional nº 86 — recuperamos.

Na educação, vou repetir, além do fortalecimento do piso constitucional, o piso pode crescer. Todos os outros Ministérios e órgãos já estão no teto. A saúde pode subir, e esta Casa, empoderada, sensível, sempre o fez. E mais: na educação; FUNDEB, protegido — o FUNDEB e o reforço, no Nordeste e no Norte, protegidos. Salário educação, protegido, fora. Quando falo protegido é porque estão fora do regime fiscal. FIES, fora do regime fiscal. PROUNI, fora do regime fiscal.

Em relação à assistência social, estou surpreso. É falta de memória! Há 2 anos a melhor política, que era o Bolsa Família, que juntou todos os programas do outro Governo e passou para Lula — de fato, reconheço, o Governo Lula aumentou o Bolsa Família —, está sem reajuste. Foi o Governo Michel Temer que deu o reajuste de 12,5%. E mais a reforma da Previdência, que não imagino que os senhores não queiram fazer, porque, daí, os nossos filhos, os nossos netos, os jovens não vão conseguir receber, assim como os próprios aposentados, daqui a 5 anos, 6 anos. E V.Exas. não estão nem vendo a janela democrática que se fecha.

Esse projeto de reformas de novos tempos no Brasil, comandado pelo Presidente Michel Temer, vai melhorar a economia. Fiquem tranquilos! Vamos reajustar o Bolsa Família, sim.

Rejeito. “Não”.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, para orientar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Para o bom entendimento, informo de novo que o “sim” acata a emenda do PT, aqui defendida pelo Deputado Jorge Solla, que é o autor do requerimento; o “não” acata o parecer do Relator.

Orientação de bancada.

Como orienta o Governo e os partidos da base, Deputado Arthur Oliveira Maia?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente, sem querer polemizar, até porque eu já nem ia mais responder a essa questão do emprego que citei e que o Deputado Henrique Fontana contestou, quero dizer que o Deputado trouxe uma tabela em que isso aqui é 12, e essa proporção é a metade de 12, 4,8. Imaginem a responsabilidade dessa tabela.

Ele fala, a tabela está aqui, em regiões metropolitanas. Eu falei, Deputado, em desemprego geral. E é irresponsável que o PT causou o maior desemprego da história do Brasil.

Com relação à outra pergunta de S.Exa., onde é que poderia cortar? Poderia ter cortado os juros, se não houvesse tanta irresponsabilidade fiscal; poderia ter cortado investimento em Cuba, na Venezuela e em Angola; poderia ter cortado o financiamento da UNE, do MST e da CUT, para fazer baderna neste País; e poderia, sobretudo, ter evitado a corrupção. Aí, sim, teria feito grande corte nessa questão do gasto público.

O Governo vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota o PT?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, sobre a corrupção, é bom falar com o Sr. Romero Jucá, é bom falar com os membros do PMDB e do PP.

Vou falar de apenas duas coisas.

O Deputado dizer que mais de 1 trilhão e 200 bilhões de reais equivalem a 2 anos de 170 bilhões? Eu não entendo essa matemática. Nós estamos falando de reserva de 370 bilhões de dólares para um déficit de 170 bilhões de reais anuais. Dizer que 170, em 2 anos, equivalem a 1 trilhão e 200 bilhões, eu não entendo a matemática. Mas vejo que a matemática tem sido ruída, rasgada, até porque desemprego em região metropolitana tende a ser menor do que no conjunto do Brasil, pois os empregos se concentram neste País nas regiões metropolitanas.



Por isso, Sr. Presidente, votamos favoráveis ao destaque do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigada, Sra. Deputada.

Como vota o PSB, Deputado Danilo Cabral?

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Sr. Presidente, quero aproveitar esta oportunidade para relembrar que o Governo fez um compromisso com os Governadores do Norte e Nordeste, quando da renegociação da dívida, de acordo com o Projeto de Lei Complementar nº 257, de 2016. A palavra foi dada e não foi cumprida. Esse destaque de incremento do Fundo de Participação dos Estados — FPE pode reposicionar esse entendimento que foi feito com os Governadores quando da renegociação da dívida que não beneficiou os Governos do Norte e Nordeste. O aumento da parcela do FPE diz respeito, sobretudo, a uma ação que pode ajudar os Governadores do Norte e do Nordeste. Então, é muito importante isso.

Foi uma palavra dada pelo Líder Andre Moura que não fui cumprida, ele falou no Plenário; o Ministro Henrique Meirelles depois recebeu os Governadores; e não se fez nenhum gesto para os Governos do Norte e do Nordeste.

Em segundo lugar, a questão da educação. Volto a afirmar: é importante que nós flexibilizemos, sim, a educação. A própria Medida Provisória nº 746, de 2016, que fala do ensino integral, está jogando despesas para os Estados sem a devida fonte de financiamento do ensino integral.

Nós votamos favoravelmente aos dois destaques apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Danilo Cabral.

Como vota o PDT, Deputado Subtenente Gonzaga?

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, minha mãe mora na zona rural de Minas Gerais e recebe a visita da equipe do Saúde da Família; meus sobrinhos utilizam o transporte escolar da zona rural; e eu fico pensando se dá para fazer isso, considerando esta realidade, em que esses direitos ainda não são universalizados. Se tivesse sido aplicada essa regra 10 ou 15 anos atrás, com certeza, nem sequer haveria essas visitas, nem sequer haveria esse transporte escolar na zona rural. Portanto, não é possível que nós fechemos os



olhos para esta realidade e não tenhamos a clareza de que impedir, por 20 anos, o aumento dessas despesas seja razoável.

Então, o PDT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Subtenente Gonzaga.

Como vota o PCdoB, Deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. Presidente, o centro de quem defende a PEC é que ela não vai tirar recursos da saúde, da educação e da assistência social. Portanto, para nós, é uma decorrência lógica disso apoiar o destaque proposto pela bancada do PT, que exclui dos limites essas despesas.

O PCdoB vota “sim” ao destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputada Angela Albino.

Como vota a Rede, Deputado Alessandro Molon?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, só há duas alternativas: ou a PEC não afeta os gastos com saúde, educação e assistência social, e, portanto, o destaque pode ser aprovado porque não altera a PEC; ou retira dinheiro da saúde, da educação e da assistência, e por isso é fundamental aprovar o destaque para evitar essa crueldade. Não há uma terceira alternativa, só há duas.

Essa PEC é a crueldade das crueldades! Eu não posso acreditar que os meus colegas vão votar contra ressalvar o dinheiro para a saúde, a educação e a assistência. Sr. Presidente, eu não posso acreditar que esse destaque vai ser rejeitado.

Em relação aos outros gastos, pode haver debate; mas em relação à saúde, à educação e à assistência? Isso merece um prêmio de maldade, Sr. Presidente. É a PEC da crueldade, a PEC da desigualdade, a PEC da maldade. Daqui a pouco o Ministro Henrique Meirelles vai falar na televisão que isso não tira o direito. É uma piada!

A Rede vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Alessandro Molon.

Como vota a Minoria, Deputado Henrique Fontana?



O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, eu quero reforçar este argumento para quem está em casa: vejam a manipulação do debate que o Governo ilegítimo de Michel Temer tenta fazer no País!

Ele dá entrevistas e fala que os recursos para saúde, educação e assistência social estariam preservados. Agora existe o veículo certo: é uma emenda para colocar recursos ali mesmo, para que não sejamos contrários à PEC. É colocar ali, para se garantir os recursos para saúde, educação e assistência social, e o Relator nega. A base do Governo quer tirar dinheiro da saúde, da educação e da assistência social, senão ela não teria por que não votar a favor deste destaque.

Então, estão fazendo jogos de palavras para iludir a população, mas ela está percebendo que esta PEC é da desigualdade, é da maldade e é contra a educação e a saúde.

Nós votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não há teto setorial, para esclarecer à opinião pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Mas há teto global.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - De novo: quem votar “sim”, vota a favor do destaque apresentado pela bancada do PT; quem votar “não”, vota a favor do parecer do Relator.

Em votação.

Aqueles que votam “sim” permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Rejeitado o destaque.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Verificação, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, verificação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como já deu o tempo determinado, vai ser dada a verificação.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Nós entramos em obstrução. A Minoria entra em obstrução.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Verificação conjunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Verificação conjunta.

Então, os senhores e as senhoras podem abrir o painel para a votação, conforme a orientação que foi dada.

Vamos à votação nominal.

Enquanto votamos, há dois Deputados que se inscreveram para falar: o Deputado Valdir Colatto, por 2 minutos, e o Deputado Mauro Pereira, por 2 minutos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu também gostaria de falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Muito bem.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Ninguém fez destaque para tirar dinheiro da PETROBRAS aqui não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Pode abrir o painel. O painel já está aberto?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, eu quero aqui elogiar o trabalho do Deputado Darcísio Perondi, que realmente foi um estudioso, esclareceu ponto a ponto todas as questões que foram levantadas aqui, e só não entendeu quem não queria.

A coisa é lógica. Na área privada, o que você faz? Vai buscar o dinheiro para depois gastar. Na área pública, você recebe os impostos pagos pela população que produz e trabalha e tem que administrar a despesa, tem que administrar os gastos. E é isso que nós estamos fazendo na PEC 241.

Quem diz aí que nós não estamos ressalvando a questão da educação e da saúde é o pessoal que não quer entender realmente os recursos que vão para lá. Houve um aumento no piso que está sendo colocado, que sai de 13,5% para 15%. Então, quando você começa com um valor mais alto, a correção automaticamente vai acontecer.

Então, não há razão de nós não aprovarmos essa PEC, que realmente vem salvar o Brasil. Nós precisamos que todos os setores produtivos sejam realmente contemplados. Por que, Sr. Presidente? Todas as vezes que nos reunimos aqui nesta Casa é para votar despesas, gastos para o Brasil. Está na hora de



começarmos a votar alguma coisa para fazer gestão pública, otimizando os recursos e cortando os gastos, que é a coisa mais lógica que nós poderíamos fazer. Se tivéssemos feito antes com certeza teríamos resolvido o problema.

Por isso, se sobrar dinheiro, nós vamos emprestar menos. É claro que nós vamos emprestar menos, e os juros vão cair. Esse é o problema. Agora, a dívida externa não foi paga, foi rolada. Nós temos 2 trilhões de dívida externa e, como algumas pessoas sabem, mais 2 de dívida interna. Então, temos dívida acumulada. O que nós queremos agora é diminuir o valor dos empréstimos que o Governo tem que buscar todos os dias nos bancos, pagando juros estratosféricos. E, havendo superávit, não é preciso buscar dinheiro no mercado, e os juros e a economia vão andar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Vamos apurar, vamos abrir o painel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Com a palavra o último orador inscrito, Deputado Mauro Pereira, por 2 minutos só.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa., o meu colega gaúcho, Deputado Darcísio Perondi, e todos os membros desta Comissão pelo trabalho e dedicação. Eu não tenho dúvida nenhuma de que nós estamos no caminho certo.

Nós estamos comprometidos com o nosso País. Nós estamos comprometidos com aquilo que há de mais importante para uma pessoa, que é ter credibilidade. E nós vamos dar ao nosso País a credibilidade que foi perdida. Nós vamos passar a ser respeitados pelos investidores nacionais e internacionais.

Eu quero aqui agradecer mais uma vez todos os nossos amigos Deputados e Deputadas que estão comprometidos com o nosso País e trabalharam hoje até às 3 horas da manhã. Apesar das obstruções, nós conseguimos ainda aprovar os vetos. Estivemos o dia todo aqui presente, com dedicação, demonstrando civismo. É disso que o Brasil precisa, ou seja, a nossa dedicação e a nossa compreensão.

Deputado Darcísio Perondi, parabéns pelo seu trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Viva o Perondi! Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Mauro Pereira.

Alguém ainda não votou? (Pausa.)

Eu vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

Pode abrir o resultado no painel. Por favor, pode abrir. (Pausa.)

SIM: 7;

NÃO: 23;

TOTAL: 30 Deputados, todos os presentes.

Rejeitada a Emenda nº 19, da bancada do PT.

A próxima emenda é a Emenda nº 21.

Votação da Emenda nº 21, objeto do Destaque nº 6 da bancada do PT, para incluir, onde couber, no Substitutivo.

Já falou o primeiro signatário, o Deputado Patrus Ananias.

Com a palavra, como autor do destaque, o Deputado Henrique Fontana, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, eu só queria pedir silêncio. Isso, obrigado.

Quero cumprimentar os colegas de novo e dizer que essa emenda...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Respeitando o seu timbre de voz, que está um pouco rouco, eu vou pedir silêncio a todos que se fazem aqui presentes, para que possamos ouvir com nitidez o Deputado Henrique Fontana.

Com a palavra o Deputado Henrique Fontana, por 5 minutos. O seu tempo está reposto.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Obrigado, Sr. Presidente. Até segunda-feira, no plenário, nós estaremos com o timbre de voz totalmente recuperado para um grande embate, que não vai ser tão fácil como este aqui na Comissão em que os membros são escolhidos, em geral, a dedo pelo Governo.

Mas essa emenda, que trata exatamente dos gastos financeiros da União, diz: *“O limite a que se refere o caput equivalerá, em cada exercício financeiro, ao valor da média das despesas pagas nos exercícios anteriores”*. O que isso quer dizer,



Deputado Alessandro Molon? Essa proposta de emenda constitucional da desigualdade trata com tanta desigualdade os lados que propõe cortar recursos para o funcionamento de uma universidade, para o funcionamento de um hospital, ajustar as contas impedindo que o salário mínimo continue tendo ganhos reais acima da inflação. Ela propõe colocar, na bacia do ajuste, o corte de recursos que alimentam programas como o Minha Casa, Minha Vida, mas dá total garantia, total liberdade para o pagamento de juros da dívida que, aliás, foi um dos motivos centrais que desencadeou o processo de golpe parlamentar no País.

O primeiro deles foi quando nós ganhamos a eleição pela quarta vez consecutiva, e aqueles que perderam a eleição decidiram desrespeitar o resultado eleitoral e passaram a trabalhar pela desestabilização do governo constituído democraticamente. E, inclusive, trouxeram para o debate da política brasileira a ideia de que um Presidente da República, que não cometeu crime, pode ser cassado pela simples vontade de uma maioria parlamentar.

Há pouco, um jornalista me disse que estão fazendo uma matéria que vai mostrar, pelo que me disseram, a fragilidade do Governo Temer, Deputada Erika Kokay.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Em respeito ao tempo e à voz do Deputado Henrique Fontana, por favor, façam silêncio!

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - E, de fato, o que eu respondi a essa rede que está fazendo a matéria? Alguém que chega à Presidência da República sem votos sempre será um governo fraco, autoritário, que propõe medidas para o País altamente antipopulares.

O Governo Temer tem essa lógica. Como ele nasceu sem votos e, segundo anuncia o Relator Darcísio Perondi, quer morrer sem votos, porque dizem que o Presidente não vai nem se candidatar, talvez ele imagine que a impopularidade dele, que já é alta, vai crescer por conta do péssimo governo que ele está conduzindo. Ele já se retira da cena democrática e diz que não vai concorrer à Presidência da República talvez com a ideia de que, dessa forma, ele possa continuar sendo apoiado por setores que querem votar medidas, como essa emenda constitucional.

Em relação a essa emenda constitucional — e disse isso diversas vezes no debate hoje e vou repetir muitas vezes —, não há nenhum país do mundo que



adotou um programa draconiano e irracional de busca de equilíbrio fiscal como esse proposto aqui. Querem congelar todas as despesas e investimentos públicos, em todas as áreas de políticas públicas, e deixar livre o gasto com juros e rolagem da dívida pública, que repito, chegou a ser de 7,5% a taxa SELIC, durante o primeiro Governo Dilma, e hoje ela voltou a ser de 14,5%. Ou seja, estamos gastando muito mais do que deveríamos, e isso é que está desequilibrando as finanças públicas brasileiras.

Por isso, pedimos o voto “sim” a essa emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Henrique Fontana.

Para contradita e defesa do parecer, concedo a palavra ao Relator, Deputado Darcísio Perondi, por até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Não vou usar esse tempo.

O juro é consequência. O Deputado Henrique Fontana é médico. Com certeza, ele trabalhou em emergência como eu. Chegou um paciente com 40 graus de febre. O médico pegou o termômetro, quebrou o termômetro e disse: “*Vai embora! Você está curado*”. Ele não fez isso, porque é um excelente médico. Ele examinou o doente, fez um exame perfeito e verificou que havia placas de pus na garganta. Essa era a causa da febre.

Eu atendi já alcoolizados em emergência, até mesmo em coma. Eu vou tratar a ressaca ou o coma do paciente, como consequência. A causa foi o paciente ter bebido muito.

Esse é o caso dessa explosiva dívida interna bruta que cresceu quase 50%, quase 100%, em 3 anos, no Governo da Sra. Dilma, que quis gastar e gastar. Não bastou aumentar os impostos. Ela fez financiamento com os poupadões. E esses poupadões são os funcionários dos Correios, da ELETROBRAS, do Banco do Brasil, do PREVI, de fundos de pensão privados, as vovozinhas, os aposentados que conseguem poupar na Caixa Econômica Federal. Todos estão financiando essa brutal dívida.

Eu não quero o Plano Collor. Eu não quero corrida a banco. Eu não quero calote. Aí, sim, vai haver desigualdade, pois haverá mais inflação que fere os



pobres, mais desemprego, maior que essa tragédia de 5 milhões de desempregados em 4 anos, a carestia que afeta os pobres assalariados.

O juro alto é consequência dos erros. Os senhores querem impostos e inflação? É óbvio que é “não” a essa emenda!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Sr. Relator, Deputado Darcísio Perondi. Só mais uma vez, para bom entendimento, lembro que, votando “sim”, vota-se a favor do destaque de autoria do Deputado Henrique Fontana; votando “não”, vota-se a favor do parecer do Deputado Darcísio Perondi.

Vamos à votação.

Sras. e Srs. Deputados, alguém quer orientar?

Para orientar, concedo a palavra à Deputada Erika Kokay, do PT, por 1 minuto.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu fico muito impressionada com o desrespeito à inteligência do povo brasileiro pelos Parlamentares, que tentam estabelecer essa discussão nesta Comissão. É muito clara a proposta da emenda constitucional.

Os gastos com as despesas primárias estão limitados pelo reajuste da inflação, com algumas exceções, com exceção para a saúde no próximo ano. E dizem aqui que isso não tira gastos da saúde? Ora, está congelado o recurso da saúde. É óbvio que o teto é global. Não é um teto setorial, mas, se eu reajusto a despesa com a saúde acima da inflação, vão ter que tirar de outra política.

Portanto, não venham ferir a nossa inteligência. Nós somos seres pensantes. E, por sermos seres pensantes, sabemos que, se houve o reajuste do Bolsa Família, foi do orçamento do ano passado da Presidenta Dilma Rousseff.

O PT vota “sim” ao seu próprio destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputada Erika Kokay.

Para orientar pelo Governo e pelos partidos da base, concedo a palavra ao Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Juro é consequência e não causa. Despesa de juros no orçamento é fruto de duas variáveis: estoque de dívida e custo



de carregamento; portanto, da taxa de juros. Querem diminuir a despesa com juros? Então, façam um ajuste fiscal que a taxa de juros baixa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota o Governo?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O Governo vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Marcus Pestana.

Como vota o PCdoB, Deputada Angela Albino?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - O PCdoB vota “sim” à emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Angela Albino.

Como vota a Rede, Deputado Alessandro Molon?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - A Rede vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Alessandro Molon.

Como vota a Minoria, Deputado Henrique Fontana?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, é muito interessante o catecismo neoliberal. O catecismo fundamentalista neoliberal diz o seguinte: *“Os juros nunca podem ser tocados. Pobres dos banqueiros que controlam o seu mercado financeirizado no Brasil e no mundo, porque eles, afinal de contas, só cobrem esse valor todo de juros, porque há desequilíbrio nas contas”*. Eles não estão interessados em aumentar a taxa de juros para ganhar mais dinheiro. Eles até gostariam de cobrar menos, diz o Deputado Marcus Pestana, desde que as contas estivessem em dia.

Não é tão simples assim, pelos debates que ocorrem no mundo inteiro. Há um predomínio da financeirização, onde de fato, em muitos lugares, os políticos e a política entendem que devem colocar os juros no altar das coisas intocáveis. E isso prejudica muito o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Voto “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Já pode ter taxa negativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Os Deputados favoráveis à aprovação da emenda permaneçam como se encontram; os contrários se manifestem. (Pausa.)

Rejeitada a emenda.

Vamos para o último destaque, de autoria da bancada do PT.

Votação da Emenda nº 22, objeto do Destaque nº 07, da bancada do PT, para alterar o art. 159 da Constituição Federal e incluir, onde couber, no Substitutivo.

Como já falou o signatário Patrus Ananias, com a palavra, para sua defesa, a Deputada Erika Kokay, como autora, por 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, essa emenda foi destacada, porque achamos que é extremamente relevante que possamos assegurar um aumento no Fundo dos Estados.

Por que digo isso? Porque quem elabora e quem efetiva a política pública são os Estados. O Fundo Nacional de Saúde repassa 75% do seu valor para os fundos municipais e estaduais. Quem estabelece e quem faz a política de educação acontecer são os Estados e os Municípios.

Portanto, Sr. Presidente, nós precisamos fazer com que os Estados não tenham o impacto dessa retração no orçamento ou nas despesas das políticas públicas.

Nós temos a previsão de gasto ou perda na saúde com essa PEC por volta de 1 trilhão de reais. Não somos nós que estamos dizendo isso, são os consultores desta Casa, inclusive consultores que não são do Partido dos Trabalhadores, que apontam que há perspectiva de uma redução de 1 trilhão. É preciso compensar os Estados de alguma forma.

Por isso, nós estamos propondo, em defesa dos nossos Estados, em defesa do pacto federativo, que tenhamos um aumento no Fundo de Participação dos Estados, para que nós possamos ter essa compensação.

Digo isso porque o Governo está implementando a mesma política que foi implementada durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, que congelou o



salário de servidores, que trouxe o Estado mínimo. E, repito, o Estado é mínimo para o povo brasileiro. É o poema do Augusto dos Anjos, que fala sobre a mão que afaga e a mão que apedreja.

A mão que afaga a cabeça de banqueiros e empresários, que estão em negociação com o próprio Presidente da República para pressionar Parlamentares — e isso está no jornal *Folha de S.Paulo* — ou banqueiros que estavam com o Relator da matéria, segundo notícias dos jornais, construindo o seu próprio parecer. Aliás, o representante da FENABAN, em audiência pública nesta Comissão, falou em nome do Governo e disse o que é óbvio, ou seja, os banqueiros estão apoiando essa PEC. Eu sei que estão apoiando, porque vai lhes favorecer.

Por isso, nós estamos trabalhando na perspectiva de que os Estados tenham alguma compensação.

Digo mais, vamos ver como foi a saída da crise de 29, nos Estados Unidos. Foi através do Estado, como indutor do desenvolvimento nacional, como foi o Plano Marshall, que reergueu o Japão, destruído pela Segunda Guerra Mundial. Foi a mesma coisa. Não existe nenhum país no mundo que limite ou que congele os gastos com despesas. Existe teto, mas são tetos que contemplam o aumento das despesas primárias, porque é investindo no País que a gente retoma o desenvolvimento. Para cada 1 real investido na saúde, eu repito, 1.70 vão para o PIB.

É preciso fazer o Brasil crescer, e não crescer o lucro dos banqueiros, não crescer o lucro dos grandes empresários, não crescer o lucro das multinacionais, que estarão comprando este País, porque a confiança que o Governo quer restabelecer é para vender o Brasil. Isso foi feito com Fernando Henrique Cardoso e, mesmo assim, o capital internacional não veio comprar nossas estatais. Eles tiveram que utilizar os fundos de pensão para comprar a Oi, para comprar as telecomunicações, a Vale do Rio Doce. Aliás, os fundos de pensão, como, por exemplo, o fundo como o POSTALIS, dirigido pelo PMDB à época, que implementou um dos maiores rombos dolosos de que se tem notícia nos fundos de pensão.

Portanto, o que eu queria dizer com isso é que vamos seguir o exemplo que deu certo: o Governo Juscelino Kubitschek, o Governo de Getúlio Vargas, o Governo Lula, que triplicou...



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Maduro, Venezuela é um bom exemplo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Fidel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Vamos respeitar a fala da Deputado Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu quero apenas que me digam qual é a semelhança da realidade brasileira com a realidade venezuelana ou com a realidade cubana, eu quero apenas que me digam.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - A falta de (*ininteligível*) da Venezuela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Deputado Alexandre Baldy, V.Exa. vai falar na sua hora.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Senão, é apenas a construção de um ódio ideológico. Este Parlamento disse que um grande conselho para aprimorar a democracia participativa era um resgate dos sovietes da União Soviética de 1917. A visão está embotada pelo ódio ideológico. Tem ódio do PT, tem ódio da perspectiva de transformação deste País, e que nós façamos o luto das casas-grandes e senzalas.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Chega, pelo amor de Deus, Sr. Presidente! Poupe-nos, Sr. Presidente! Por favor!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Por isso, Sr. Presidente, vamos seguir o exemplo do Canadá, que está fazendo isso, investindo em políticas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Neste sentido, Sr. Presidente, se me permite continuar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Peço que conclua, por favor, Deputada.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Chega, pelo amor de Deus, Sr. Presidente!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu vou concluir, se os Parlamentares me permitirem, até porque eu sei que há uma aversão pela democracia. Quem apoia um golpe tem uma aversão pela democracia.



O PT defende favoravelmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigada, Deputada Erika Kokay.

Como eu sou um democrata, vou passar a palavra para o próximo orador, conforme o Regimento.

Para contraditar, passo a palavra ao Relator, Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é óbvio, com a depressão econômica, provocada por desonerações que protegeram empresas, como FORD e FIAT, para comprar carros caros e diminuir o IPC, o IPI, etc., que caiu o consumo, caiu a renda, houve desemprego, as empresas venderam menos, caiu a receita, afetou o retorno dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios. A consequência foi a depressão econômica provocada pelos erros anteriores.

Com o novo regime fiscal, com a reforma da Previdência, com o respeito às concessões, com a liberação da economia, vai voltar um ciclo não vicioso, mas virtuoso. Haverá aumento da arrecadação, sim, dos Estados e Municípios.

Portanto, essa emenda é extemporânea, está fora do objetivo do novo regime fiscal. Rejeito, “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Sr. Relator, Deputado Darcísio Perondi.

Quem votar “sim” aprova a emenda destacada pelo PT, defendida pela Deputada Erika Kokay. Quem votar “não” aprova o parecer do Relator.

Vamos à votação.

Os Deputados favoráveis à aprovação da emenda permaneçam como se acham. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Quero encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Quer encaminhar?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - É, orientar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Quem quer encaminhar?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - O Governo encaminha “não”, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Quem pediu para encaminhar primeiro foi a Deputada Angela Albino, do PCdoB.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - O Deputado Alexandre Baldy vai encaminhar pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Com a palavra a Deputada Angela Albino, do PCdoB, para encaminhar.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Obrigada, Sr. Presidente. Agradeço a sua gentileza, porque eu tenho um voo agora às 21 horas.

Eu queria encaminhar o voto “sim” do PCdoB e peço a V.Exa. que registre o meu voto “sim”, senão, eu perco o voo. Parabenizo V.Exa. pela condução geral desse processo.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado.

Parabéns por sua condução nesta votação, Deputada Angela Albino

Como vota o PT? (*Pausa.*)

Como vota o Governo, Deputado Alexandre Baldy e os partidos da base?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Sr. Presidente, gostaria de ser claro e corroborar com o nosso Líder no sentido da discussão do emprego. Com todo respeito e carinho que tenho pelo Deputado Henrique Fontana, S.Exa. falou das taxas de desemprego de governos anteriores e dos Governos de Lula e Dilma. Mas, de uma fórmula distinta do que foi realizado no passado e que não segue a OIT — Organização Internacional do Trabalho, o PT alterou todas as fórmulas que eram fiscalizadas pelo CAGED sobre o desemprego no Brasil. Hoje, chegamos a 13 milhões de desempregados, mas esse número seria bem maior se fosse computado pelo Governo do Presidente Michel Temer, como deverá ser, seguindo as normas da OIT.

Então, esse desemprego no Brasil causado pelos Governos Lula e Dilma, seja nos governos deles ou atualmente, são bens superiores, porque hoje, aquele que não procura emprego nos últimos 30 dias, ou que está no subemprego, não é considerado desempregado, o que não é uma realidade.

Eu gostaria de sugerir à Deputada Erika Kokay, que se ausentou do plenário, que fosse visitar a Venezuela. Hoje, encontramos aqui no Brasil papel higiênico,



fralda descartável — e acredito que os filhos dela utilizam esses produtos —, mas, na Venezuela, um cidadão sequer tem condições de comprar um papel higiênico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado.

Como vota o Governo?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - O Governo vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado.

Como vota o PT? (*Pausa.*)

Como vota a Rede, Deputado Alessandro Molon?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, a Rede vai votar “sim” a esse destaque e aproveita para comunicar aos colegas que vamos, a partir de hoje até segunda-feira, procurar todos os gabinetes parlamentares para que lembrem, especialmente, dessa Emenda nº 19, que destacamos e que foi rejeitada hoje aqui.

Eu queria fazer um apelo aos colegas desta Comissão que refletissem, durante o fim de semana, se faz sentido, na semana que vem, rejeitarmos, no plenário, um destaque que protege apenas saúde, educação e assistência social.

Faço um apelo aqui à consciência dos colegas, independente de visão de Governo, posição de base ou oposição, se não podemos fazer um pacto pelo País para ressalvarmos saúde, educação e assistência.

Eu faço esse apelo para que façam uma reflexão tranquila no fim de semana, para tentarmos, pelo menos, mudar isso no plenário.

Em relação a essa emenda, a Rede vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Alessandro Molon.

Como vota a Minoria, Deputado Henrique Fontana?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, eu também vou deixar um apelo para o debate que vai continuar na segunda-feira. Inclusive, neste final de semana, vou tomar algum chá com mel para melhorar minha voz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Gengibre, para melhorar o timbre de voz.



O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - O Deputado Darcísio Perondi já está até receitando.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Muita água.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Só não quebra o termômetro do Deputado Perondi.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - O Deputado Perondi é o economista, e o Deputado Danilo é o médico.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Você é meu médico clínico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Eu já cuidei da saúde de índio. Você se lembra disso?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Agora, com o devido desconto, peço ao Líder do Governo e ao Relator, primeiro, que precisem esse número que chamam de gastança. Eu ouvi, não sei se 300 bilhões ou 500 bilhões. E, até segunda-feira, que tragam uma lista com valores orçamentários dizendo que, se estivesse no controle do País, o que ele não teria feito com esses 300 bilhões, porque não vale ficar falando que tem gastança e não dizer onde é para deixar. Não vale dizer uma frase de efeito como essa do Líder do Governo, que disse: *“Não faz lá o empréstimo para construir o porto em Cuba”*. Obviamente, não é aí que estão os 300 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Por fim, ao colega que me antecedeu, peço aqui uma filmagem. Esses aqui são dados do CAGED.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Já vou concluir, Sr. Presidente. E aqui esses 6 anos seguidos de desemprego foram com a política neoliberal.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Mas foi alterado o CAGED.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Com a política de Fernando Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Deixe-me concluir a votação. Não vou mais conceder a palavra a ninguém. Todo mundo já está cansado.

Conclua o encaminhamento, Deputado Henrique Fontana. V.Exa. tem 30 segundos.



O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Então, insisto que esses 6 anos de desemprego foram 6 anos de fundamentalismo neoliberal que geraram enorme desemprego.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Esses foram números reais, Deputado.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, V.Exa. pode me garantir a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Por favor, Deputado Baldy, vamos concluir.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Obrigado, Sr. Presidente.

V.Exa. tem de saber ouvir a diferença, Deputado.

De novo: foram 6 anos de fundamentalismo neoliberal que levaram o Brasil a um profundo desemprego.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota, Deputado?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Essa PEC vai levar o Brasil para o mesmo caminho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Como vota a Minoria, Deputado?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - A Minoria vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam a emenda destacada pela Deputada Erika Kokay permaneçam como se encontram; os contrários se manifestem. (Pausa.)

Rejeitada a emenda.

Concluída a votação da PEC 241.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Eu preciso concluir a sessão.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa., o Relator e os Deputados que estiveram aqui, independente da posição ideológica, e concluímos o trabalho a contento.

Parabéns!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Parabéns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Agradeço aos Deputados da base e aos Deputados da Oposição e a todos os partidos que tiveram comportamento exemplar nesta sessão. (*Palmas.*)

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados e Deputadas cópias das atas da 6^a e da 7^a reuniões deste colegiado, realizadas no dia 12 de setembro e 4 de outubro de 2016, respectivamente.

Pergunto se há necessidade de leitura das referidas atas.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Peço dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Dispensada a leitura das atas, a pedido do Deputado Valdir Colatto.

Não havendo quem queira discuti-las nem ratificá-las, em votação.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam com se acham. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas anteriores.

Considerando que, nessa fase dos trabalhos, esta é a última reunião da Comissão, que só voltará a se reunir para elaboração da redação para o segundo turno, após apreciação do primeiro turno no Plenário, consulto se podemos dar por aprovada a ata desta reunião em curso, uma vez que será redigida em síntese de acordo com os registros dos áudios.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sugiro aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - O Deputado Valdir Colatto sugere aprovação.

Agradeço ao Deputado Valdir Colatto.

Há alguma contradita? (*Pausa.*)

Não há contradita.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a ata desta reunião.

Quero agradecer a todos os membros desta Comissão, aos servidores da Casa, aos consultores legislativos, à Secretaria Executiva, Raquel Figueiredo, que



nos ajudou muito e contribuiu com esta Comissão. Ela está aqui desde a hora em que começamos, sem fazer uma refeição. Agradeço também ao povo brasileiro a paciência que teve em nos ouvir e nos propiciar esse momento tão importante da retomada da economia e do desenvolvimento do País e ao Poder Legislativo pela contribuição que, mais uma vez, dá ao povo brasileiro de, legislativamente, produzir as leis necessárias para o crescimento da economia do País.

Agradeço a todos. Tenho fé em Deus que o Brasil reencontrará seu caminho e que vamos conseguir, através do grande trabalho feito pelo Deputado Darcísio Perondi, fazer com que o Brasil possa retomar o desenvolvimento econômico e social.

Meu muito obrigado. Viva o Brasil! *(Palmas.)*